

# Resgate

VOL. XVIII, Nº 20 - JUL./DEZ. 2010

REVISTA  
INTERDISCIPLINAR  
DE CULTURA

## Memória e Patrimônio Rural



CENTRO DE MEMÓRIA  
U N I C A M P

# *Memória e patrimônio rural*

A presente edição de *Resgate - Revista Interdisciplinar de Cultura* proporciona ao leitor um excelente panorama das recentes pesquisas sobre o Patrimônio Cultural que encontramos nos contextos rurais paulistas. Nas primeiras iniciativas de preservação do patrimônio histórico-artístico promovidas no Brasil e, em particular, no Estado de São Paulo nos anos de 1940, a atenção sobre os conjuntos rurais paulistas foi sempre limitada a uma interpretação direta entre essas “unidades produtivas” e seus ciclos econômicos originais como o bandeirantismo, o açúcar e o café. Não que essa chave de matriz econômica seja secundária, ou mesmo, pouco incidente na organização material dos sítios, fazendas e conjuntos rurais, mas a superação desse forte eixo interpretativo, valorizando as diversas dimensões das expressões culturais materiais e imateriais, nos possibilita vislumbrar um estado paulista de grande riqueza e

polivalência, contrastando com aquelas primeiras asserções de Mario de Andrade sobre a nossa “pobreza” patrimonial. Sob o título “Patrimônio Cultural Rural Paulista” desenvolvemos um projeto de políticas públicas, financiado pela Fapesp, desde 2008, sob uma ampla perspectiva de pesquisadores de várias áreas do conhecimento, e muitos dos resultados desse conjunto ainda virão a público nos próximos meses. Boa parte do tempo passamos em campo, no diagnóstico, na compreensão, no estabelecimento de áreas de estudo como a história das técnicas, dos costumes, dos bens, das práticas, dos assentamentos, das experiências atuais que visam valorizar o patrimônio cultural rural junto ao turismo. É sobre esse complexo território de nossas pesquisas e contatos com especialistas da área que oferecemos uma pequena parte de resultados expressos na presente edição.

*Marcos Tognon,*  
organizador da edição

# Casas rurais mineiras e do nordeste paulista

Farm houses of Minas Gerais and the northeastern of São Paulo

VLADIMIR BENINCASA

Arquiteto e urbanista, pós-doutorando na EESC-USP

E-mail: vbenincasa@yahoo.com

## **RESUMO**

Trata da arquitetura das fazendas de gado abertas entre o final do século XVIII e meados do século XIX, na região compreendida entre os rios Moji-Guaçu e Grande, no nordeste paulista, cujo povoamento se deu ao longo do Caminho de Goiás por pessoas originárias das regiões auríferas e do sul de Minas Gerais. A região conserva muitas fazendas abertas então, cujas atividades originais estavam ligadas à pecuária extensiva de gado bovino, à criação de suínos e muares e à agricultura destinadas, principalmente, a suprir o Quadrilátero do Açúcar (região compreendida entre Campinas, Sorocaba, Itu e Moji-Mirim) e as regiões cafeeicultoras do Vale do Paraíba, e as tropas que passavam em direção às minas auríferas de Goiás e Cuiabá. Compara essa arquitetura “paulista” com a da região de origem de seus construtores em Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Arquitetura rural do século XVIII e XIX; Minas Gerais; São Paulo

## **ABSTRACT**

This paper investigates rural architecture in plantations farms, dated from the late eighteenth century and the mid-nineteenth century, in the northeast of São Paulo state, in a territory flanked by the rivers *Moji-Guaçu* and *Grande*, whose settlement process along the path of *Goiás* region links this region to the gold mining and southern *Minas Gerais* migratory flows. There are still some preserved farm facilities whose original activities were based on extensive cattle ranching, rearing of pigs in addition to milling and food production, primarily intended to serve the Sugar Belt (a territory that encloses *Campinas*, *Sorocaba*, *Itu* and *Moji-Mirim*) and the coffee-growing regions of the *Paraíba* Valley, besides provisioning troops passing towards the gold mines of *Goiás* and *Cuiabá*. Our goal is to compare this type of architecture understood as São Paulo's exemplars with samples produced in *Minas Gerais*, the origin place of its builders.

**Keywords:** Eighteenth and nineteenth century's rural architecture; Minas Gerais; São Paulo

O “ciclo do gado paulista”, importante episódio decorrente da ocupação do nordeste do Estado por migrantes mineiros, é pouco lembrado no estudo da arquitetura. Iniciado em fins dos setecentos, legou edificações que vem se perdendo frente aos avanços da lavoura canavieira e crescimento das cidades. Foram fazendas dedicadas à pecuária extensiva, à produção de laticínios, criação de muares, de suínos e cultivo do milho, abertas em sua maioria no início dos oitocentos que, devido à retração do mercado e altos impostos em Minas Gerais, avançaram em direção ao Rio de Janeiro e São Paulo. O Nordeste Paulista mostrava-se como uma boa opção para seu estabelecimento, pois além de grande quantidade de terras devolutas, estava à beira do Caminho de Goiás, com intenso tráfego de tropas, e população que crescente. (BACELLAR, 1999: 59) Nesse período, o enriquecimento do chamado Quadrilátero do Açúcar e os primeiros sucessos da cafeeicultura vale-paraibana, criavam um mercado consumidor importante, tornando muito atraentes as terras situadas entre Moji-Mirim e Franca.

O Caminho de Goiás partia de São Paulo, passando pelas atuais Jundiaí, Campinas, Moji-Mirim, Casa Branca, Batatais e Franca, adentrava o território mineiro, até Goiás e Cuiabá. Era cortado por várias outras estradas, que ligavam essa região à zona aurífera de Minas Gerais e ao Rio de Janeiro. [1]

Na porção paulista desse Caminho, se observa duas áreas distintas: uma de tradição paulista que, grosso modo, se estende até Moji-Mirim; e uma segunda de nítida influência mineira, ao norte. Embora esses limites sejam frágeis, pode-se afirmar que até Moji-Mirim, no âmbito da arquitetura prevaleceu a taipa de pilão; daí para frente, a taipa de mão. É interessante atentar ao legado de dois viajantes que o percorreram no início do século XIX: D’Alincourt (1818) e Burchell (1827).

Depois de São Paulo, a primeira vila era Jundiaí, onde, segundo D’Alincourt (1975: 47),

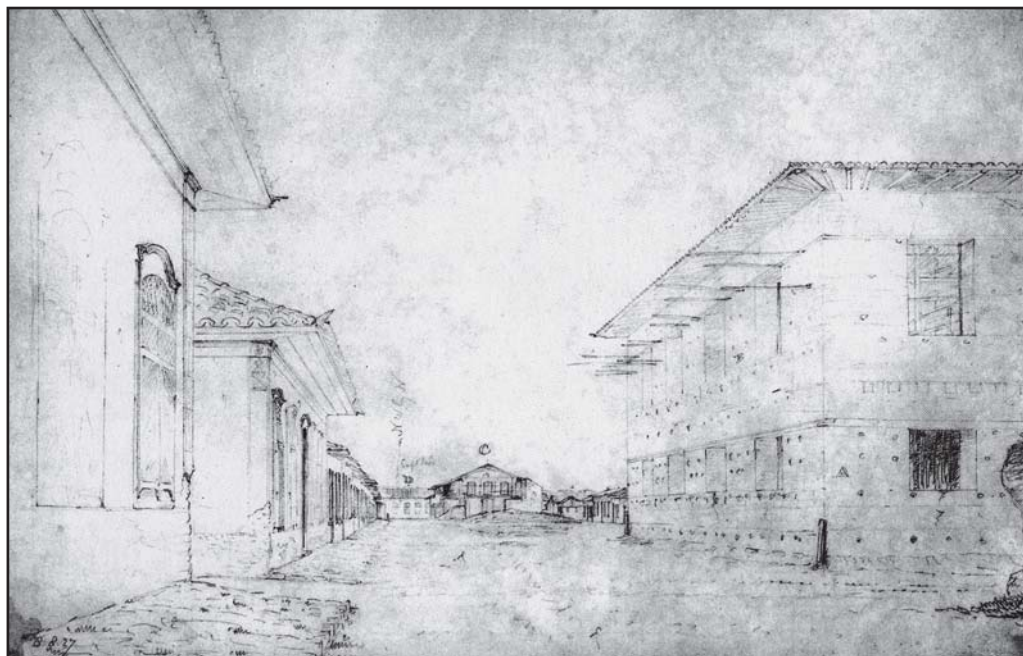
(...) todas as casas são de taipa e terras, à exceção de duas moradas, a maior parte delas são cobertas de telha vã, (...); à rua do meio segue-se a nova, e a esta a da Boa Vista, que é mais baixa, e a menos povoa-

1 - Para maior aprofundamento sobre esse tema, ver BRIOSCHI, L. R., et alii. Entrantes no sertão do rio Pardo. São Paulo: CERU, 1991.

da; a qual tem grandes espaços tapados com muros de taipa, e outros inteiramente abertos.

A seguir, D'Alincourt (1975: 51-53) descreve Campinas: *casas são térreas, exceto uma propriedade; em geral de telha vã, e construídas de taipa*. Numa imagem de Burchell dessa cidade, aparece o Largo da Cadeia, tendo ao fundo a Igreja de Santa Cruz, onde se visualizam os cabodás [2] da taipa de pilão da cadeia em construção. [Ver Fig. 01] Seguindo pelo caminho, encontrava-se Moji-Mirim, onde a taipa de pilão convivia com a de mão:

2 - Cabodá – orifício existente nas paredes de taipa de pilão onde eram introduzidos parte dos andaimes para a sua execução.



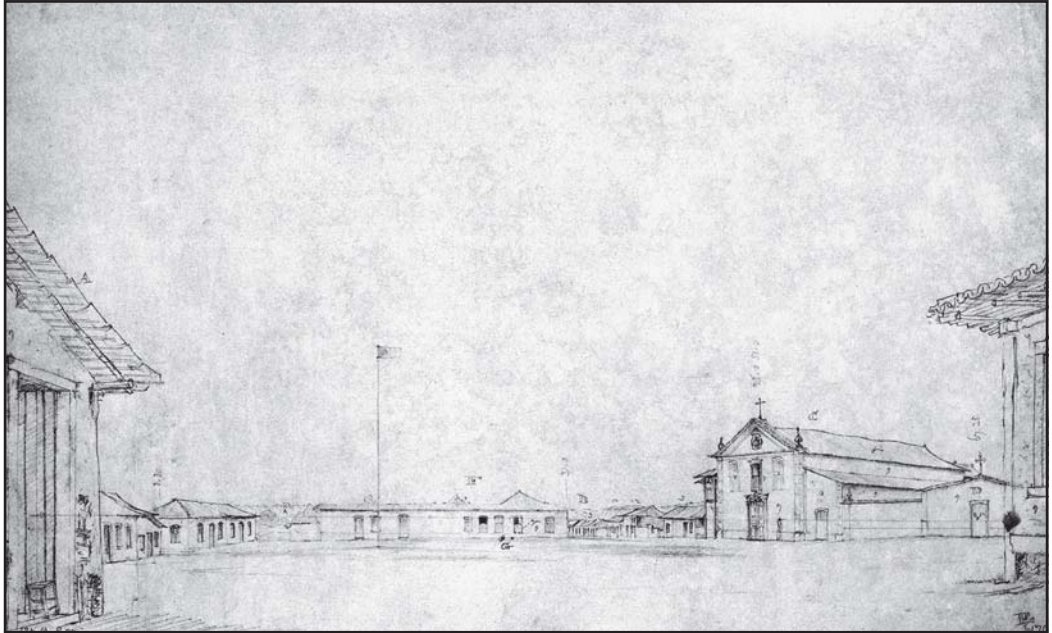
**Fig. 01** - Largo da Cadeia, Campinas, SP, segundo desenho de W. J. Burchell. Fonte: FERREZ, 1981:109.

*(...), geralmente as casas são pequenas, algumas de taipa, porém a maior parte construída de paus a prumo, ligados com ripas horizontais e os vãos cheios de barro; há somente duas moradas altas, a do Capitão Mor, e a da Câmara, com Cadeia, por baixo; (...).* (D'ALINCOURT, 1975: 59)

Confirmando a narrativa acima, a prancha de Burchell mostra um largo de Moji-Mirim, onde, à direita, há uma estrutura autônoma de madeira e pau a pique. [Ver Fig. 02] Rumo ao norte, D'Alincourt descre-

ve outros povoados, e aumentam as referências à técnica dos “paus a prumo” e os indícios da cultura mineira, como nas referências a Batatais e a Franca:

**Fig. 02 -**  
Moji-Mirim, SP,  
segundo  
desenho de W.  
J. Burchell.  
Fonte:  
FERREZ,  
1981:110.



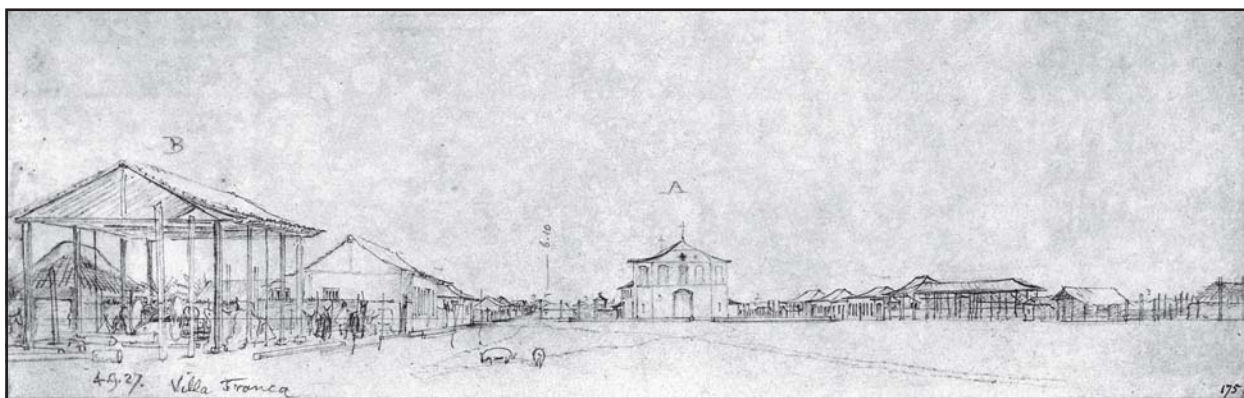
*Este lugar é muito alegre, seu dono Manoel Bernardo do Nascimento, ajudado de seus filhos, desenvolve a maior atividade na lavoura; faz-se muito bom negócio em gado vacum, e em queijos. Afastados do caminho há, nestas paragens, muitos vizinhos, mais, ou menos distantes uns dos outros, que possuem grande quantidade de gado. (D'ALINCOURT, 1975: 69)*

Deu-se a êste Arraial o nome de Franca, por virem a êle estabelecer-se tôda a qualidade de pessoas de diversos lugares; todavia a mor parte delas veio de Minas Gerais (...).

*Os habitantes dêste lugar são industriosos, e trabalhadores; fazem diversos tecidos de algodão; boas toalhas, colchas e cobertores; fabricam pano azul de lã muito sofrível; chapéus; alguma pólvora; e até já têm feito espingardas; a sua principal exportação consta de gado vacum, porcos, e algodão, que levam a Minas; plantam milho, feijão, e outros legumes para o consumo do país. (...) casas que são*

*construídas de pau a prumo, com travessões, e ripas, cheios os vãos de barro, e as paredes rebocadas com areia fina, misturada com bosta, geralmente são pequenas, e a maior parte delas cobertas de palha.* (D'ALINCOURT, 1975: 70-71)

Convém observar a prancha de Franca, de Burchell, onde se identifica a “gaiola” de madeira em várias edificações e os pousos tropeiros no largo da Matriz. [Ver Fig. 03] É importante destacar: até Moji-Mirim, aparecem citações à “taipa”, termo que se refere à técnica do barro socado a pilão, e a seguir, surge o termo “pau a prumo”, o pau-a-pique ou taipa de mão, e crescem as menções aos mineiros e às suas tradições.



**Fig. 03** - Arraial de Franca, SP, segundo desenho de W. J. Burchell. Fonte: FERREZ, 1981:113.

#### A ARQUITETURA E O COTIDIANO NAS FAZENDAS MINEIRAS DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

No tocante à arquitetura do período colonial, Minas foi bastante influenciada pelos portugueses, que acorreram àquelas paragens logo após a descoberta de ouro e pedras preciosas, mesmo sendo, inicialmente, povoada por paulistas. Deve-se considerar, ainda, que, enquanto o português se fixava a terra, lançando aí suas tradições, o paulista era quase um nômade, sempre buscando novas minas. (FREITAS, 1986: 12) Com isso, a arquitetura portuguesa se desenvolveu no meio urbano de Minas Gerais quase sem influências, principalmente no que concerne ao seu aspecto externo.

No meio rural, no entanto, a arquitetura portuguesa adaptou-se: conservou a “gaiola” de madeira e os vedos de pau-a-pique ou adobe, porém utilizou um programa mais prático que confortável, atendendo às necessidades locais.

Nos setecentos, a produção de alimentos e de animais (carga e montaria) era primordial à atividade mineradora. Destarte, surgiram muitas regiões especializadas no seu abastecimento, como a Comarca do Rio das Mortes, onde surgiram inúmeras fazendas, que foram, inclusive, grandes responsáveis pela manutenção da economia mineira após o esgotamento do ouro. (MARTINS, 1998: 24)

Fisicamente, a fazenda mineira, assim como as propriedades minhotas, era composta por várias edificações distribuídas ao redor de um pátio central (terreiro), comumente cercado por paliçadas ou muro de pedra seca. [3] Saint-Hilaire (1974: 46) descreveu a Fazenda do Ribeirão, em São João Del Rei, em 1822:

*As benfeitorias desta fazenda obedecem ao mesmo sistema de todas as outras desta comarca. Um muro de pedra seca, mais ou menos da altura de um homem, rodeia em parte um pátio muito vasto, no fundo do qual ficam enfileiradas, umas ao lado das outras, as casas dos negros, as pequenas construções que servem de depósitos e locais de beneficiamento dos produtos agrícolas, e a casa do dono.*

John Mawe, viajando por Minas (1809-10), descreve as fazendas Castro e Barro, com pátios murados à moda portuguesa, cercados por edificações como o casarão do proprietário, o alojamento dos escravos, moinhos de açúcar e de milho movidos por rodas hidráulicas horizontais, armazéns, oficinas de carpintaria e de ferreiro, entre outras, além de queijaria. (FREITAS, 1986: 36) O terreiro, além de organizar o espaço e a circulação, servia para armazenagem, secagem e benefício de cereais, e curral para o gado.

*O complexo agropecuário deve também ser visualizado pelo lado animado por pessoas e animais interagindo nele, no desempenho de variadas tarefas, na luta do dia-a-dia, produzindo e consumindo. Do preparo da*

3 - Pedra seca – alvenaria de pedra que dispensa argamassa, obtendo-se a estabilização das pedras pela sua intercalação com outras, menores. Os muros são de grande espessura (0,60 – 1,00) em relação a sua altura. Essa técnica é comum em muros divisórios de terrenos, pouco aparecendo nas habitações. As pedras são aplicadas in natura, sem qualquer aparelho (vide VASCONCELLOS, 1979: 17).



*terra ao plantio da roça, colheita e transporte no moroso carro de bois norteado pelo carreiro e seu candeeiro. Da movimentação dos engenhos e transformação da matéria-prima ao carregamento de tropas e jornada do tropeiro pelo caminho ora poeirento, ora cheio de lama; a ordenha e a transformação do leite; a chegada e saída do boiadeiro; até mesmo no âmbito doméstico, nas lidas da casa, o vai-e-vem de escravas e de moleques; a preparação de produtos destinados à alimentação: doces, biscoitos, carnes; das refeições triviais diárias às variadas iguarias dos dias de festa; e mais fabricação de sabão, fiação de algodão e de lã para tecelagem rústica e confecção de roupas. Os cuidados com as crianças; a chegada de hóspede e o convívio no meio familiar.* (MARTINS, 1998: 37)

Certamente, as dificuldades de transporte naqueles tempos obrigavam às fazendas a suprir boa parte do indispensável ao seu cotidiano. Produzia-se praticamente toda a alimentação dos seus moradores, tecidos rústicos de lã e algodão, velas, azeites para os candeeiros... E, para todas estas atividades, houve instalações e equipamentos específicos. Todos eles com funções definidas e complementares, compondo uma só unidade produtiva que destinava seus produtos tanto para o mercado como para o auto-sustento.

#### A CASA RURAL MINEIRA NOS SÉCULOS XVIII E XIX

A proximidade da água foi fundamental para a implantação das fazendas mineiras dos séculos XVIII e XIX, além da *qualidade da terra, topografia, insolação e presença de caminhos*, que garantiam acessos e escoamento da produção. (CRUZ, 2010: 54) A água era importante para consumo, preparo dos alimentos e mineração; era força motriz de monjolos, moinhos, engenhos; trazida em canais, que a desviavam do leito natural, irrigava hortas e pomares, abastecia cozinha e, depois de utilizada, ainda servia de esgoto, ao passar pelas sentinas.

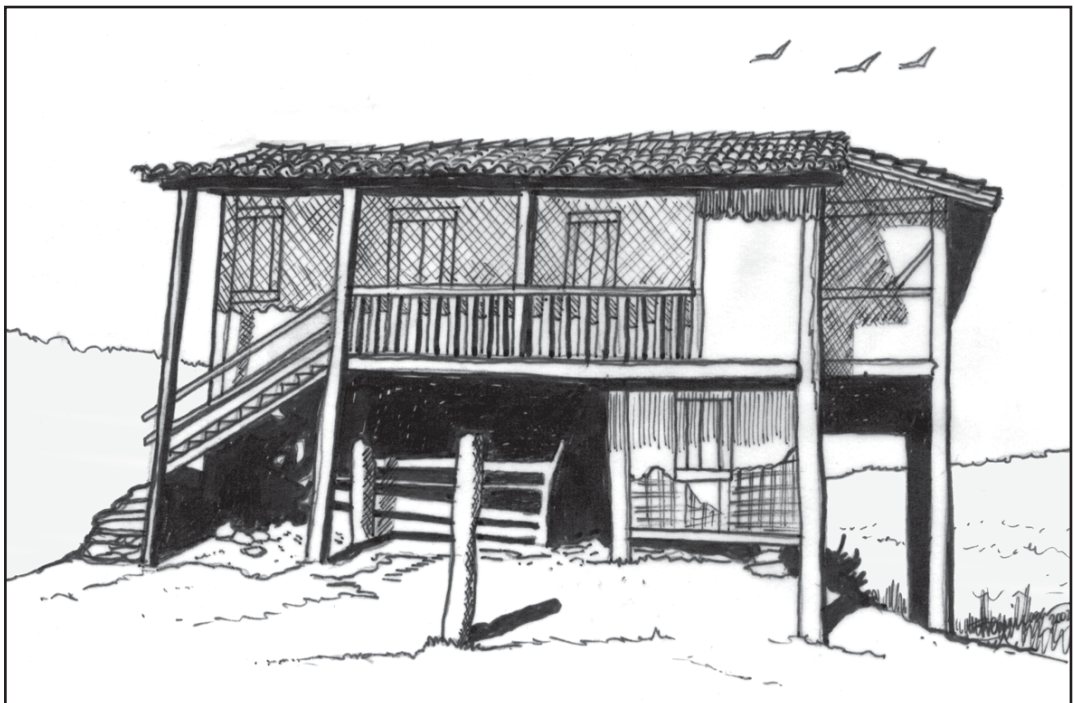
Outra possível influência na localização da casa rural mineira, haja vista se encontrar muitas nessa posição, foi a orientação com relação ao posicionamento do sol: a frente da casa, em geral, está voltada para o norte, noroeste ou nordeste, ou ao menos na face do vale mais banhada pelo sol, de

modo que o alpendre fronteiro fosse ensolarado no inverno e poupado no verão. Os mineiros obtinham, assim, bom proveito da iluminação diurna e do calor nos dias de inverno.

Quanto à técnica construtiva, a estrutura autônoma de madeira, aperfeiçoada durante a reconstrução pós-terremoto de Lisboa (segunda metade do século XVIII), se adaptou perfeitamente ao movimentado relevo mineiro.

Para o preenchimento destas “gaiolas”, os mineiros utilizaram a taipa de mão e o adobe, em paredes não estruturais, que se erguiam sobre vigas baldrames de madeira, e apoiavam-se em pés direitos ou esteios (de pedra ou madeira); estes, por sua vez, recebiam os esforços do telhado através dos frechais. As paredes do porão, abaixo das vigas-baldrames, em geral eram de pedra, podendo também ser totalmente abertos ou fechados parcialmente com taipa de mão ou tábuas. Delimitavam, assim, esse espaço abaixo das casas que eram utilizados para as mais diversas funções: depósitos, abrigo de animais etc. [Ver Fig. 04]

A “gaiola” possibilitava grande liberdade de expressão, principalmente no século XVIII, quando as casas eram mais orgânicas, crescendo e diminuindo conforme a necessidade. Esteios, pés direitos, baldrames e frechais aparentes



**Fig. 04** - Fazenda São Nicolau, Nova Era, MG. Desenho do autor.

compunham um interessante efeito plástico na fachada; sem mencionar a imensa possibilidade de se trabalhar as aberturas - portas e janelas - nas mais diferentes formas e quantidade: os vãos restantes seriam preenchidos com pau-a-pique ou adobe, compondo as paredes. Essa maleabilidade, de certa forma, seria perdida no século XIX, quando a planta em “L”, com a incorporação definitiva do anexo de serviços, se imporia no gosto mineiro, difundindo-se por São Paulo e Rio de Janeiro.

O piso dos porões comumente era de terra batida, misturada com sangue de boi, para a obtenção de uma melhor liga; no entanto, também há os revestidos de pedras ou de ladrilhos de barro, dependendo do seu uso.

Acomodada ao terreno, sem necessidade de grandes cortes, a casa rural mineira apoiava-se parcialmente no solo, o que lhe dava em parte um aspecto térreo, em outro, assobradado. O acesso poderia dar-se tanto por um lado como pelo outro. No caso do assobradado, entra-se por escada externa, situada perpendicular ou paralelamente a essa face, o que favorecia o controle. Caso essa elevação fosse a principal, a escada ganhava desenho elaborado, podendo ser em madeira ou pedra, com guarda-corpos em variados formatos e desenhos; levando diretamente a porta de entrada, ou acessando alpendre ou varanda entalada: essas três soluções são encontradas por todas as regiões de Minas, cada tipo predominando numa região. Por exemplo, as varandas e os alpendres, em suas mais variadas formas, aparecem nos Campos das Vertentes (século XVIII) e na Região de Ouro (séculos XVIII e XIX). Já nas casas do Sul de Minas, eles são elementos incomuns, geralmente acréscimos posteriores. (CRUZ, 2010:46-47)

O alpendre é, talvez, um dos elementos mais característicos da arquitetura rural mineira - espaço de recepção, de estar e de vigilância, representava na casa mineira limite físico, transição entre áreas social e íntima. As varandas e os alpendres representavam um importante elemento de composição de fachada, suavizando a volumetria compacta. Na parte traseira, quando existiam, eram espaços femininos, da fazendeira: *de onde ela controlava a horta e o pomar*. (FREITAS, 1986: 45) Foi comum a existência de cômodos ao lado da varanda ou alpendre entalada, muitas vezes sem comunicação com o interior da casa, tendo como usos frequentes ou quarto de hóspedes ou capela. [Ver Figs. 05 a 09]



**Fig. 05** - Fazenda São Miguel, Ritópolis, MG. Foto do autor.



**Fig. 06** - Fazenda Nossa Senhora da Conceição das Corvinas, Barra Longa, MG. Foto do autor.



*Fig. 07* - Fazenda São José do Manso, Ouro Preto, MG. Foto do autor.



*Fig. 08* - Fazenda Santa Cruz, Mariana, MG. Foto do autor.



**Fig. 09** - Fazenda Mato Dentro, Ritópolis, MG. Fonte: MARTINS, 1998.

Saint-Hilaire (1975: 96) descreve uma situação que define sua utilização no interior mineiro:

*A gente abastada tem o cuidado de reservar na frente da sua casa uma galeria ou varanda, formada pelo teto que se prolonga até as paredes, e é sustentado por colunas de madeira. Fica-se nessas galerias e em todas as estações aí se respira um ar fresco, igualmente ao abrigo da chuva e do ardor solar. O interior das casas, reservado às mulheres, é um santuário em que o estranho nunca penetra, e pessoas que me demonstravam a maior confiança jamais permitiam que meu criado entrasse na cozinha para secar o papel necessário à conservação de minhas plantas; era obrigado a acender o fogo fora, nas senzalas ou em algum alpendre.*

Adentrando a casa, estava a sala, a qual somente íntimos da família ou pessoas ilustres tinham acesso. A zona de estar da casa rural mineira completava-se com a sala principal, o maior cômodo da casa, em que eram feitas as refeições, onde ocorriam as conversas, findo o jantar, e as mulheres fiavam e teciam: era o espaço de reunião familiar por excelência. Seu

mobiliário, como de resto, era simples: mesa, bancos, poucas cadeiras e tamboretas com assento de couro e alguns cabides justapostos à estrutura da edificação para chapéus, capas, etc. (SAINT-HILAIRE, 1974: 46)

Contrastando com o mobiliário, havia os talheres de prata, principalmente nas casas mais abastadas, além das ocasionais peças de boa louça ou mesmo porcelana da Índia - no entanto, em inventários *post-mortem* do final do século XVIII e início do XIX, da região dos Campos das Vertentes, o que mais aparecem são os pratos de estanho.

Segundo Saint-Hilaire, o interior das casas de fazendas mineiras era simples e austero, tendo o mínimo necessário para o cotidiano, principalmente se comparadas aos das casas europeias:

*(...) oferecem, em regra, poucas comodidades e não possuem, (...), nenhum ornato sobre a brancura das paredes. Como custaria muito dinheiro mandar vir vidraças em lombo de burro desde o litoral até o interior, deixam-se as janelas completamente abertas durante o dia e à noite fecham-se com aldrabas. Não se conhecem nas casas de fazendeiros nenhum desses móveis que acumulamos em nossos aposentos, guardam-se as roupas nas malas, ou, antes, dependuram-se em cordas, a fim de preservá-las da umidade e dos insetos. As cadeiras são raras, e as pessoas se sentam em bancos, tamboretas de madeira e escabelos. Nas casas dos ricos, os leitos são os móveis que merecem mais cuidados, as cortinas e as colchas são muitas vezes de damasco, e os lençóis de um tecido de algodão muito fino, têm guarnições de renda. Quanto ao colchão, compõe-se simplesmente de um fardo de palha de milho desfiada; mas, em país tão quente, dormir-se-ia pior sobre lã ou penas. (SAINT-HILAIRE, 1975: 96)*

Nas casas mais pobres, as camas cediam lugar ao jirau de quatro paus fincados no chão, e, sobre eles, outros dois paus colocados horizontalmente, entre os quais, esteiras ou couro faziam o papel do colchão. Completavam os dormitórios o urinol ou o banco com furo no assento, para as necessidades pessoais. (FREITAS, 1986: 49) [*Ver Figs. 10 a 12*]



**Fig. 10** - Ausência de alpendre, Fazenda Capão Seco, Lagoa Dourada, MG. Fonte: MARTINS, 1998.



**Fig. 11** -  
Catre de casa rural  
mineira do século  
XVIII. Acervo Casa  
dos Inconfidentes,  
Ouro Preto, MG.  
Foto do autor.





**Fig. 12** - Cama mineira do século XVIII. Acervo Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Foto do autor.

Nos trechos seguintes, o mesmo viajante nos fala sobre outras casas rurais, da fazenda Santa Quitéria, perto de Santa Bárbara, e da Itanguá, entre Penha e Itanguá:

*Os cômodos da habitação, não têm nenhuma pintura, mas os apainelados, os portais e as próprias portas são pintados à imitação de mármore; os tetos, feitos de tábuas, são igualmente pintados, mas de modo grosseiro, e representam grandes figuras e arabescos. (SAINT-HILAIRE, 1975: 98)*

*Suas construções, que estavam caiadas de fresco, são dispostas com regularidade em torno de um grande pátio que forma um quadrilátero alongado, e no meio do qual, segundo uso do país, se plantou enorme*



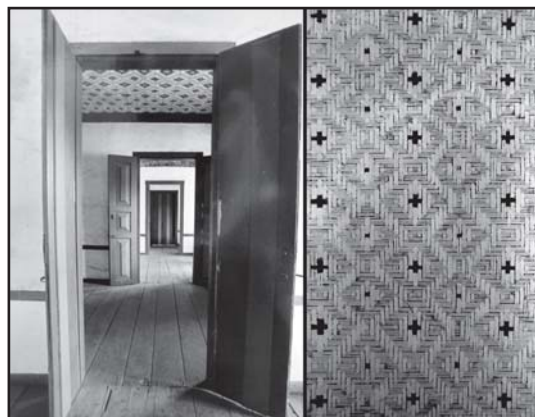
**Fig. 13** - Cama com dossel, século XVIII. Acervo Casa dos Inconfidentes, Ouro Preto, MG. Foto do autor.



**Fig. 14** - Forro de gamela, casa da Fazenda São Miguel, Ritópolis, MG. Foto do autor.



**Fig. 15** - Forro de gamela, casa da Fazenda da Posse, Santana dos Montes, MG. Acervo IEPHA-MG.



**Fig. 16** - Forro de esteira, casa da Fazenda Boa Esperança, Belo Vale, MG. Fonte: MARTINS, 2007.

*cruz. A casa reservada ao proprietário é vasta, e de acordo com o costume, só o andar superior é ocupado por ele e sua família. Após subir a escada, chega-se a uma grande peça cujas paredes são pintadas, como é costume nas casas ricas, e o teto, feito também de tábuas pintadas, eleva-se em abóbada, o que se vê geralmente, também, nas casas cujos proprietários gozam de certa abastança. (SAINT-HILAIRE, 1975: 198)*

O forro dessas casas variou bastante: por vezes, era de tabuado corrido, em outras de esteiras de taquara. Os forros de esteira eram trançados formando desenhos simples ou mais complexos. Eram esticados sobre barrotes e acabados com molduras junto à parede. (FREITAS, 1986: 47) São mais encontrados nas dependências de serviço dessas casas. Recebiam, como proteção extra, uma camada de caiação branca, ou tingiam-se as taquaras de antemão e com elas compunham-se mosaicos geométricos e coloridos. [Ver Figs. 13 a 15]

O tabuado corrido era o mais usado nos demais aposentos, no século XVIII, a partir da segunda metade do XIX, adotou-se o forro do tipo saia e camisa. Também foi comum o uso do guarda-pó nos beirais, feito com tabuado corrido simples, ainda no século XVIII. [Ver Fig. 16]

Na parte social e íntima, o piso invariavelmente era formado pelo tabuado corrido de madeira, assentado sobre barrotes dispostos ao longo do baldrame. Essas tábuas possuíam algo em torno de 20 a 40 centímetros de largura por cerca de três centímetros de espessura. Até o século XVIII, usava-se madeira de muito boa qualidade para este fim: jacarandá, canela parda ou preta, jatobá, entre outras; a partir do século XIX, reduziu-se a largura das tábuas, passando a ser empregadas, mais comumente, as de pinho de Riga, de ipê, de peroba do campo e, até mesmo, de jequitibá rosa e de pinho nacional. (VASCONCELLOS, 1979: 60)

Nos fundos da habitação, estava a ala de serviços, composta por cozinha, cozinha suja e a despensa. A cozinha possuía, ao centro, o fogão a lenha, sem chaminé, e uma trempe de pedras ou alvenaria. Quando o fogão era encostado à parede, abria-se um buraco para tiragem do fumo. (RODRIGUES, 1975: 300) Nos fogões se preparava a alimentação de cozimento mais rápido; na trempe, em grandes tachos, se faziam doces e

alimentos de cozimento mais demorado, além do sabão. Junto à cozinha, outro cômodo abrigava o forno de barro, que podia estar protegido apenas por uma cobertura, e até mesmo solto no quintal. Ocorria, também, a solução da cozinha num puxado, ao fundo da edificação.

Na área de serviço, tanto o piso de terra batida como os ladrilhos de barro ou pedras foram muito utilizados, às vezes, conjuntamente, isto é, enquanto na cozinha e despensa se revestia o piso com os ladrilhos ou pedras, no quarto do forno eram de terra batida, por exemplo. Isto variou de fazenda para fazenda, mas o que se nota é o menor cuidado com tais dependências, local de serviços e da mulher, não destinados à presença ou visitação de estranhos, logo, desnecessários maiores cuidados.

Nas proximidades, havia, geralmente, um rego d'água, ou mesmo água encanada, trazida de alguma mina através de bambus abertos ao meio ou de alcatruzes de pedra-sabão. E, também, os jardins com suas hortas e pomares.

*(...). Os jardins, sempre situados por trás das casas, são para as mulheres uma fraca compensação de seu cativo, e como as cozinhas, são escrupulosamente interditados aos estrangeiros. (SAINT-HILAIRE, 1975: 96)*

No entanto, esse viajante teve a oportunidade de conhecer o jardim da fazenda Itajuru. É interessante observar a descrição que ele faz:

*Esse jardim é cortado por um regato límpido, que não somente é de grande utilidade para a rega, mas cujas águas, desviadas por muitos pequenos regatos, servem para garantir da depredação das grandes formigas parte dos canteiros em que se plantam as flores e legumes. Encontramos no jardim do Sr. Gomes laranjeiras, alguns pessegueiros, uma parreira, e figueiras carregadas de frutos muito melhores que todos os dessa espécie que comi em França. As flores eram as que ornaram nossos canteiros, cravos, esporas, escabiosas, mal-me-queres, dianthus barbatus, silene armerias, alecrins e basiliscos. Quanto aos legumes, não vimos senão couves e abóboras. (SAINT-HILAIRE, 1975: 97-98)*



**Fig. 17** - Detalhe de guarda-pó, casa da Fazenda São Miguel, Ritópolis, MG. Foto do autor.



**Fig. 18** -  
Cruzeiro da  
Fazenda  
São Miguel,  
Ritópolis, MG.  
Foto do autor.



**Fig. 19 -** Capela situada junto à varanda, Fazenda Nossa Senhora da Conceição das Corvinas, Barra Longa, MG. Foto do autor.



**Fig. 20 -** Capela interna, situada junto à sala de entrada. Fazenda Campo Alegre, Mariana, MG. Foto do autor.



**Fig. 21** - Capela interna, junto à sala de entrada. Fazenda Capão Seco, Lagoa Dourada, MG. Foto do autor.



**Fig. 22** - Pequeno oratório, século XIX. Fazenda Brumado, Cel. Xavier Chaves, MG. Foto do autor.

Ali, a mulher cultivava parte do alimento doméstico, frutas, ervas medicinais e flores, que alegravam os austeros casarões e enfeitavam os altares dos santos de devoção.

Aliás, o espaço religioso é outro aspecto relevante nas fazendas mineiras, com várias conformações: o cruzeiro de madeira fronteiro a casa; as capelas internas ou externas; os “quartos dos santos”. [Ver Figs. 17 a 22]

As capelas internas, também chamadas de ermidas, ficavam situadas junto à varanda ou alpendre fronteiro, ou, quando mais adentro, junto à sala de receber. Essas capelas eram decoradas com certo apuro: tendo paredes e teto pintados; altar dourado encimado por imagens e castiçais. Já as capelas externas foram raras, e são quase todas do século XIX. Por vezes, chegavam a ter um capelão próprio e pia batismal, para atendimento da população das redondezas da fazenda. (FREITAS, 1986: 52)



**Fig. 23** - Telhados. Fazenda Capão Seco, Lagoa Dourada, MG. Foto do autor.

Quando não havia capelas, destinava-se um cômodo para orações apenas da família, o chamado “quarto dos santos”, com oratório e imagens. Aí não havia celebrações de missa: *No ‘quarto dos santos’, a prática religiosa era íntima.* (FREITAS, 1986: 53)

A cobertura do corpo principal da casa rural mineira era feita em quatro águas simples, com telhas de barro do tipo capa e canal; prolongava-se uma das águas para cobertura das varandas ou puxava-se telhado



independente para o alpendre. Já a da área de serviços, geralmente com pé direito inferior ao corpo principal, se fazia com um puxado de uma só água. Caso fosse muito grande em comprimento e estivesse em posição perpendicular àquele corpo principal, a cobertura se faria com duas ou três águas. Nas casas com planta em “L” também ocorreu o uso do telhado da área de serviços acoplado ao corpo principal, então se recorrendo aos rincões. No geral, a cobertura da arquitetura rural mineira foi simples, pouco se valendo de maiores movimentações. [Ver Fig. 23]

A arquitetura rural mineira, com suas paredes vazadas, sua estrutura aparente marcando o ritmo, etc., privilegiou a funcionalidade e a resolução dos problemas do complexo e rude cotidiano, extraindo de formas simples, a sua beleza.



**Fig. 24** - Sistema de gaiolas de madeiras, casa da Fazenda Nova, Mococa, SP. Foto do autor.

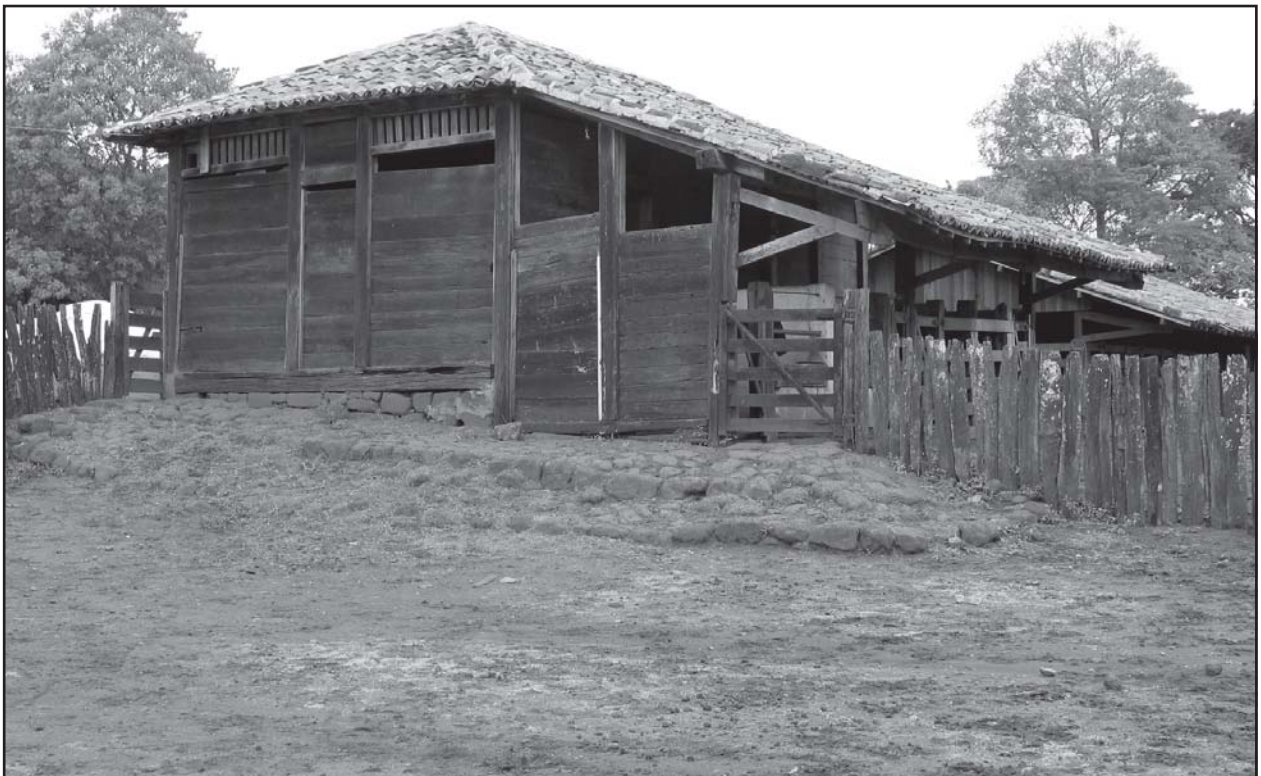


**Fig. 25** - Estrutura de madeira na casa da Fazenda São José, Nuporanga, SP. Foto do autor.

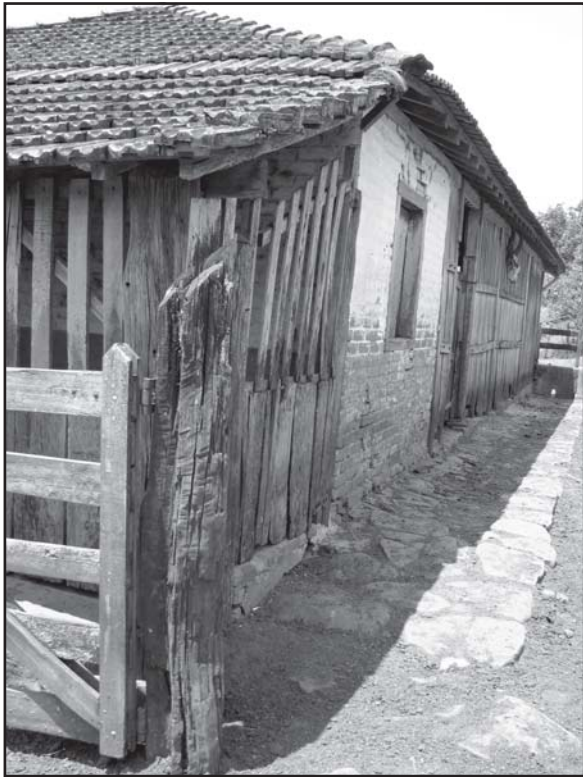
Com o fim do ciclo minerador, nas últimas décadas do século XVIII, milhares de mineiros, vindos principalmente da Comarca do Rio das Mortes, se dirigiram ao Nordeste Paulista, onde fundariam cidades como Franca, Caconde, Mococa, Batatais, Cajuru, entre outras, deixando, desde o início do século XIX, uma forte contribuição à incipiente cultura dessa região.

#### A ARQUITETURA “MINEIRA” DO NORDESTE PAULISTA

Nos antigos Sertões do Rio Pardo, podemos notar que as edificações daquelas fazendas abertas por mineiros mantêm a técnica da taipa de mão, com estrutura em gaiolas de madeira e vãos preenchidos por trama de madeira e barro ou adobes. No geral, mantinham-se em São Paulo, as tradicionais técnicas construtivas de Minas Gerais, e implantava-se um modo de vida típico, muito diferente dos costumes paulistas do início dos oitocentos. *[Ver Figs. 24 e 25]*



**Fig. 26** - Paiol e curral, Fazenda Invernada, Morro Agudo, SP. Foto do autor.



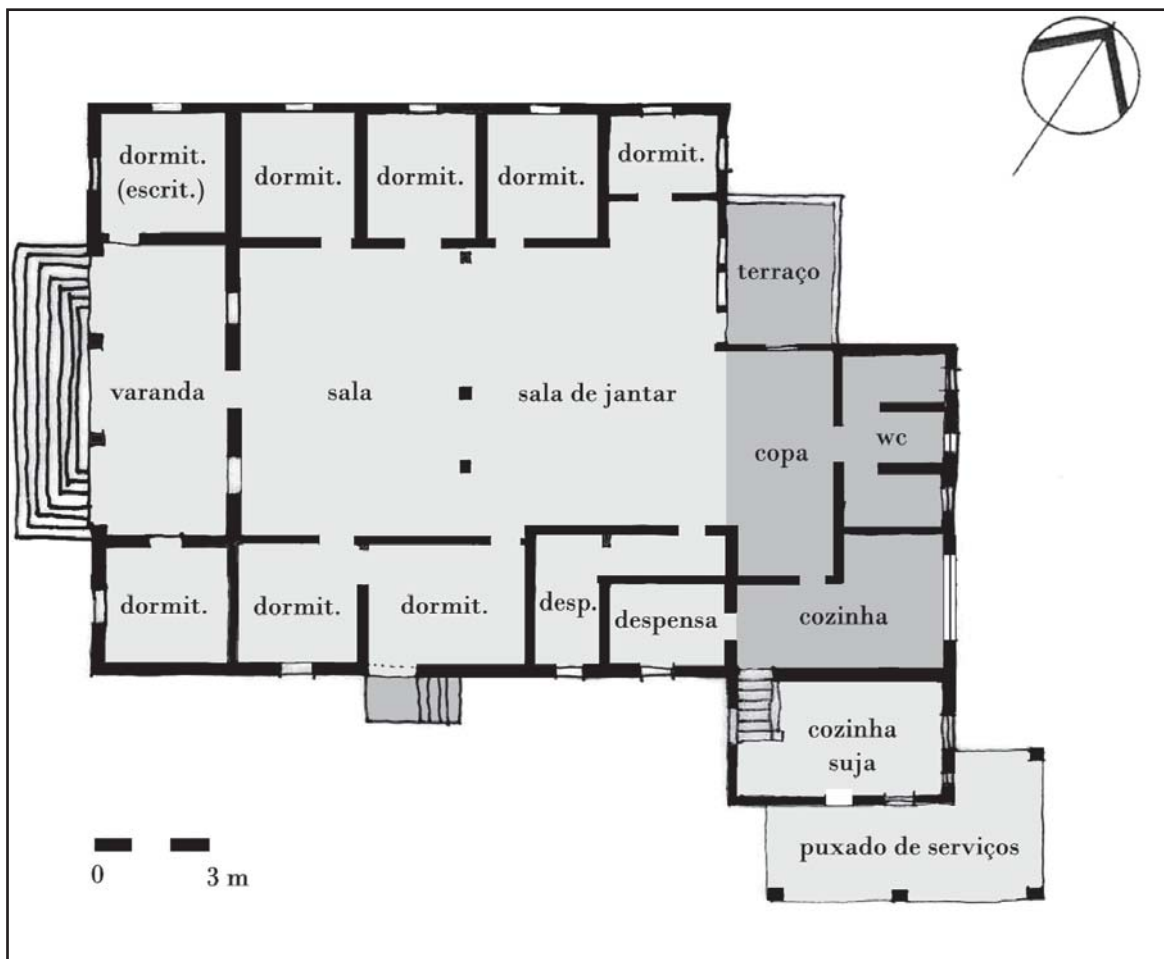
**Fig. 27 -**  
Cocheira,  
Fazenda Cachoeira,  
Casa Branca, SP.  
Foto do autor.



**Fig. 28 -**  
Cocheiras,  
Fazenda Nova,  
Mococa, SP.  
Foto do autor.

A madeira utilizada era retirada das matas locais, verificando-se um intenso uso da peroba e, principalmente, da aroeira, cujas lascas externas, retiradas no aparelhamento das toras, eram aproveitadas para a confecção de cercados, se tornou uma característica regional. Essas cercas de lascas de aroeira não são comuns em Minas, onde aparecem com mais frequência os muros divisórios de pedra seca. Entende-se a substituição dessa técnica pela abundância de madeira e pela falta de pedras, cujo afloramento não era tão comum como no território mineiro, sendo seu uso mais parcimonioso e restrito.

O embasamento das edificações é majoritariamente feito em pedra, sendo as mais comuns o basalto (ou pedra ferro, como era chamada na região) e a tapiocanga, uma espécie de rocha porosa, também rica em óxido de ferro.





**Fig. 29a -**  
Fachada  
da casa da  
Fazenda Cachoeira,  
Casa Branca, SP.  
Foto do autor.



**Fig. 29b -**  
Face lateral  
da casa da  
Fazenda Cachoeira,  
Casa Branca, SP.  
Foto do autor.



**Fig. 30 -**  
Planta da casa  
da Fazenda Vera Cruz,  
Casa Branca, SP.  
Desenho do autor.



**Fig. 30a -** Face lateral da casa da Fazenda Vera Cruz, Casa Branca, SP. Foto do autor.

**Fig. 31 -**  
Planta da casa  
da Fazenda São  
Gilberto (antiga  
Fazenda Santa  
Bárbara), Sales  
Oliveira, SP.  
Desenho do M.  
Rosada.



**Fig. 31a -** Fachada da casa da Fazenda São Gilberto (antiga Fazenda Santa Bárbara), Sales Oliveira, SP. Foto do autor.

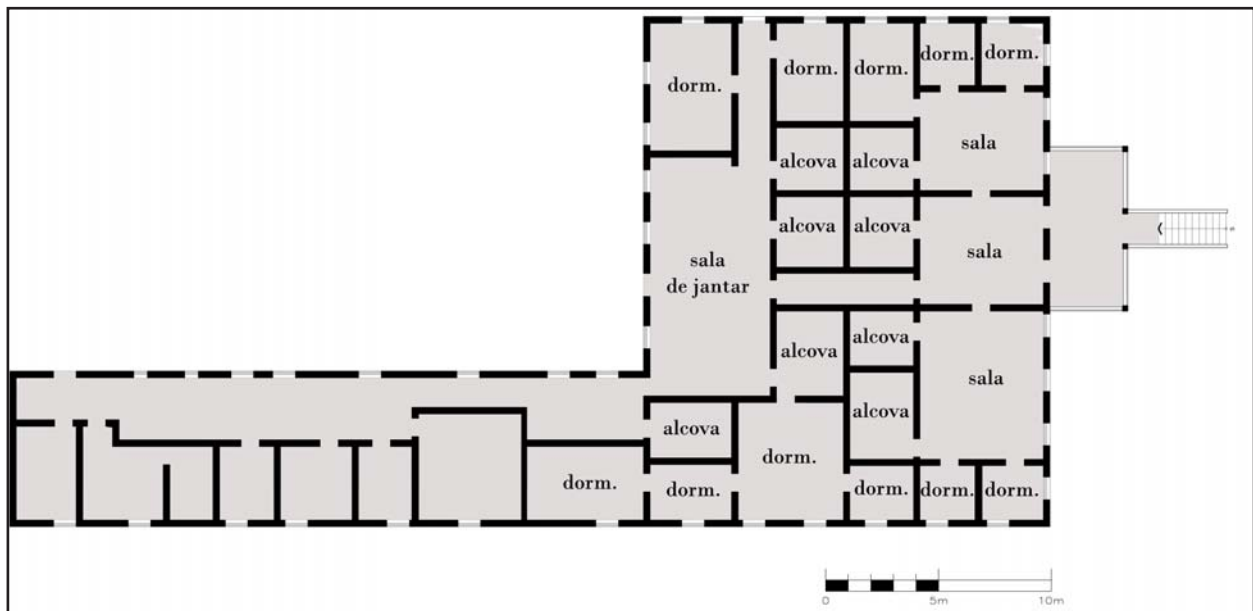


Fig. 32 - Planta da casa da Fazenda Santa Cruz, Nuporanga, SP. Desenho do autor.



Fig. 32a. - Lateral da casa da Fazenda Santa Cruz, Nuporanga, SP. Foto do autor.

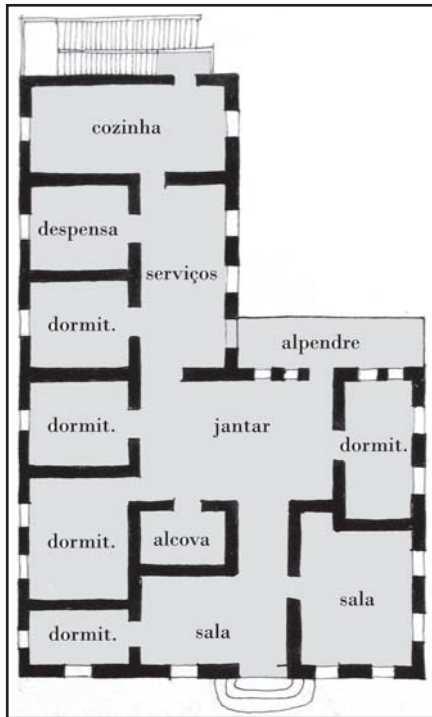




De madeira e pedra se construíram os casarões, os estábulos, os ranchos para os tropeiros, os paióis etc. [Ver Figs. 26 a 28] Eram fazendas rústicas, adaptadas a um padrão de vida igualmente duro. E essa tipologia arquitetônica legada pelos mineiros acabou permanecendo e sendo muito utilizada até praticamente a década de 1880, quando chega, na região, o ecletismo arquitetônico, com o uso preferencial do tijolo de barro cozido.

As casas são simples, sem ornamentações, com plantas ortogonais, percebendo-se facilmente a solução dos vários níveis de acessibilidade: cômodos fronteiros destinados à área social; cômodos intermédios, destinados ao convívio mais íntimo; e área de serviços aos fundos. Os casarões mais antigos, construídos por volta de 1840, apresentam planta típica mineira, quase retangular. Em geral, as dependências de serviços são acréscimos posteriores. [Ver Figs. 29 a 33] A disposição dos cômodos é ligeiramente orgânica, não havendo uma ordem muito definida ou racional. Excetuando-se talvez o casarão da fazenda Cachoeira, de Casa Branca, onde surge a varanda entalada, e na Esmeril, de Patrocínio Paulista, nas demais, todos os alpendres são acréscimos posteriores, ou seja, filiam-se ao partido do Sul de Minas, de onde provém a maioria dos “entrantes”.

Nos casarões mais recentes, ocorre a planta em “L”. [Ver Figs. 34 e 34a] São aqueles construídos a partir de meados do século XIX, onde se



**Fig. 34** - Planta da casa da Fazenda Fortaleza, Mococa, SP. Acervo da Fazenda.



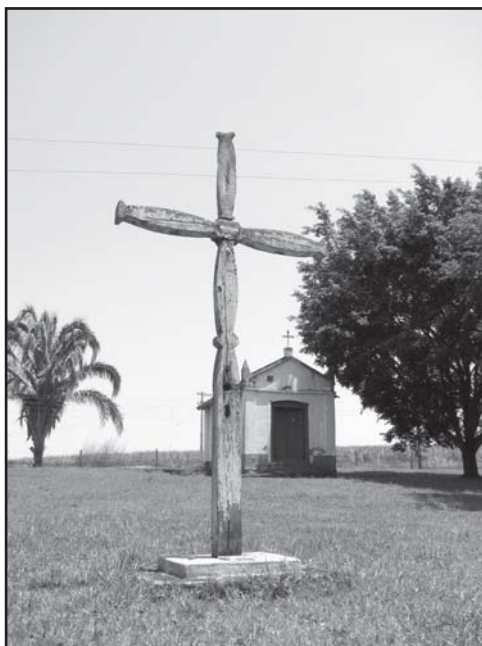
**Fig. 34a** - Fachada da casa da Fazenda Fortaleza, Mococa, SP. Foto do autor.

pode observar a planta tradicional mineira da casa rural daquele século, em que as dependências de serviço se integram às demais áreas do casarão, com uma distribuição mais geometrizada dos cômodos e paredes contínuas: o tamanho de um cômodo depende dos compartimentos vizinhos. Também começam a surgir vedos de tijolos, e não mais de pau-a-pique ou de adobe.

Os vãos, em geral, apresentam vergas retas, embora apareçam com certa frequência as de meia canga, principalmente nas mais antigas. Elementos como guarda-pó junto aos beirais, cachorros em peito de pomba, forro de esteira, vergas em meia canga - ou mesmo detalhes arquitetônicos mais específicos, como alguns tipos de recortes de madeira para encaixes das peças - também estão presentes na arquitetura rural do Nordeste Paulista, denunciando a matriz mineira. E, em muitos desses casarões, está presente a capela, externa ou interna, marca da forte religiosidade mineira, e o cruzeiro de madeira, situado num pátio ou numa elevação, à frente do conjunto. [Ver Figs. 35 e 36]



**Fig. 35** - Capela interna da casa da Fazenda Boa Vista, Mococa, SP. Foto do autor.



**Fig. 36** - Cruzeiro e capela externa, Fazenda Cachoeira, Casa Branca, SP. Foto do autor.

#### DOS INVENTÁRIOS...

Da análise de inventários *post-mortem* de fazendeiros de Batatais, Casa Branca, Cajuru, Franca e Mococa - da primeira metade do século XIX - se conclui que as fazendas dessa região se dedicavam essencialmente à criação de gado bovino, porcos, cavalos e burros. Havia também ovelhas, que, a julgar pela onipresença de teares e rodas de fiar, destinavam-se principalmente à produção de lã para tecelagem. Praticava-se a agricultura - milho e cana-de-açúcar, porém, não era a principal atividade da fazenda - o número de ferramentas agrícolas (foices, enxadas) era reduzido. Prestavam-se ao sustento da própria fazenda - é de se salientar o grande número de engenhos com seus alambiques e as garrafas e *botelhas* para acondicionar aguardente.

A constante menção a ferramentas de oficiais como carpinteiros, sapateiros, seleiros, pedreiros, ferrageiros, entre outros, nestes inventários mostra que havia muitas atividades na fazenda, além da criação de gado e da agricultura. Também se observa que o transporte das cargas dependia exclusivamente dos carros puxados por juntas de bois da raça caracu. [4]

*4 - A raça caracu resulta da mescla de gados de origem ibérica, durante a colonização brasileira, adaptando-se perfeitamente ao clima quente e à vida nos sertões brasileiros. Suas características principais são robustez e força, além de ser grande produtora de carne e leite com alto teor de gordura. Ou seja, ela foi um dos principais aliados na conquista e na fixação do português no interior brasileiro.*

A vida nessas fazendas era muito simples e, assim como naquelas mineiras, os móveis e objetos das casas rurais eram escassos, existindo apenas o mínimo e estritamente necessário ao rude cotidiano: oratórios com suas imagens, poucas mesas, bancos, tamboretas, caixas, camas ou catres, tachos de cobre, panelas de ferro, pratos de estanho, gamelas, raros copos de vidro, entre outros exíguos objetos. Raros são os inventários em que aparecem livros ou instrumentos musicais, o que demonstra que todo o cotidiano era voltado ao trabalho e à sua boa manutenção. O lazer restringia-se às conversas, uma ou outra visita a fazendas vizinhas e às vilas próximas para uma missa ou uma festa religiosa...

Todas essas fazendas tiveram como atividade principal, em sua origem, a pecuária extensiva. No entanto, com a chegada da cafeicultura, acabaram se tornando, também, grandes produtoras de café: quase sempre, as construções dedicadas ao beneficiamento do café, dentro dessas fazendas, encontram-se ligeiramente afastadas das edificações originais, formando um núcleo à parte, pelas necessidades específicas de abastecimento de água, de grandes áreas livres para a construção do terreiro, etc.

As tradicionais técnicas construtivas e tipologias trazidas pelos “entrantes”, foram amplamente difundidas por toda a região do Sertão do Rio Pardo, e continuaram sendo muito usadas, mesmo adentrado o século XX, principalmente em fazendas menores ou em construções mais simples. Além disso, as fortes marcas impregnadas nesses mais de duzentos anos de ocupação em aspectos do cotidiano, como culinária, religiosidade, modo de falar, etc., fazem dela a mais mineira das regiões paulistas.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ALINCOURT, L. D'. *Memória Sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá*. Belo Horizonte: Itatiaia; S. Paulo: Edusp, 1975.

BACELLAR, C. A. P.; BRIOSCHI, L. R (org.). *Na Estrada do Anhanguera. Uma visão regional da história paulista*. S. Paulo: Ceru/Humanitas, 1999.

BRIOSCHI, L. R. et alii. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo. O Povoamento da Freguesia de Batatais - Séculos XVIII e XIX*. S. Paulo: Ceru, 1991.

CRUZ, C. F. *Fazendas do Sul de Minas Gerais. Arquitetura Rural nos*

*séculos XVIII e XIX*. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2010.

FERREZ, G. *O Brasil do Primeiro Reinado Visto pelo Botânico John Burchell*. Rio de Janeiro: Fund. João Moreira Salles / Pró-Memória, 1981.

FREITAS, D. C. A. de. "Arquitetura rural no nordeste paulista: influências mineiras. 1800 - 1874". S. Paulo: ESP/USP (dissertação de mestrado), 1986.

MARTINS, H. T. *Sedes de Fazendas Mineiras*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 1998.

MARTINS, T. *Fazenda Boa Esperança - Belo Vale*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2007.

RODRIGUES, J. W. "A casa de moradia no Brasil antigo". In: *Arquitetura Civil I*, São Paulo: FAU-USP - MEC-IPHAN, 1975.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974.

SAINT-HILAIRE, A. de. *Viagem Pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

VASCONCELLOS, S. de. *Arquitetura no Brasil - Sistemas Construtivos*. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

# Fazendas históricas paulistas dos séculos XVIII e XIX: premissas teóricas e metodológicas para inventariar bens patrimoniais

São Paulo state historical farms of the 18<sup>th</sup> and 19<sup>th</sup> centuries:  
theoretical and methodological premisses to inventory historical goods

ELISA YUMI NAKAGAWA

Doutora e mestre em Ciências de Computação (USP) e docente do ICMC (USP)  
E-mail: elisa@icmc.usp.br

Luzia Sigoli Fernandes Costa

Doutora em Ciência da Informação (Unesp) e docente da UFSCar – São Carlos  
E-mail: luziasigoli@gmail.com

Rosaelena Scarpeline

Mestre em História (Unicamp) e bibliotecária do Centro de Memória-Unicamp  
E-mail: rscarpel@unicamp.br

## **RESUMO**

Os bens patrimoniais das fazendas paulistas, dos séculos XVIII e XIX, constituem-se em importantes fontes para ensino, pesquisa e turismo. No contexto do projeto “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”, apresenta-se uma proposta teórico-metodológica para inventariar bens patrimoniais.

**Palavras-chave:** Fazenda histórica paulista; Inventário patrimonial; Padrão de descrição da informação

## **ABSTRACT**

The historical goods of the São Paulo State farms, built in the 18th and 19th centuries, are an important source of education, research and tourism. In the context of the project “São Paulo State Rural Cultural Patrimony: Privileged Space to the Research, Education and Tourism”, it is presented a theoretical-methodological proposal in order to inventory the historical goods.

**Keywords:** São Paulo state historical farm; Patrimonial inventory; Information description standard

Preservar os registros de dados, de informações e dos saberes tem sido um dos desafios da sociedade contemporânea. A oralidade, a iconografia, a escrita, os objetos, dentre outras formas de registros, foram os meios encontrados pela humanidade para deixar o seu legado cultural e intelectual para as gerações futuras e os povos distantes. A inacessibilidade a esses registros e a falta de entendimento das mensagens por eles guardadas limita a nossa capacidade de conhecer, compreender e imaginar os fatos e os feitos que marcaram a trajetória humana, em diferentes momentos e lugares.

Sabemos que há uma diversidade de acervos de inestimável valor histórico e cultural, constituídos por diferentes suportes, preservados pelas instituições como museus, bibliotecas, arquivos, e centros de memória, públicos e privados. No Brasil, podemos considerar o universo das fazendas históricas, surgidas nos séculos XVIII e XIX no interior paulista, como locais que devem dialogar com essas instituições. Pois, essas fazendas constituem-se em inesgotáveis fontes para estudos e pesquisas diante da descoberta da grande diversidade de bens preciosos e raros de natureza material, imaterial e paisagístico.

No contexto de um projeto de políticas públicas, intitulado de “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”, [1] o nosso principal objetivo tem sido o de desenvolver uma proposta teórico-metodológica de inventário, desses bens patrimoniais, que resultassem numa base de dados e de conhecimentos abrangendo conteúdos das ciências e das artes como, também, do censo comum e da cultura popular, visando, assim, sua preservação e divulgação. O projeto, num primeiro momento, abrangeu quatorze fazendas históricas, dispersas por cinco regiões do Estado de São Paulo que compreende Itu, Campinas-Limeira, Mococa, São Carlos e Vale do Paraíba, com as denominações: Capoava, Chácara do Rosário, Santa Ursula, Quilombo, Fazenda Nova, Santa Cecília, Fazenda Aurora, Santo Antonio d’Água Limpa, Fazenda Pinhal, Santa Maria do Monjolinho, Mandaguahy, Bela Vista, Nossa Senhora da Conceição e São Francisco.

Outras três fazendas foram visitadas pelo grupo de pesquisadores do projeto mais recentemente e passaram a integrar o projeto, sendo elas: Fazenda Santa Eudóxia (em São Carlos), Fazenda Bela Aliança (em Descalvado) e Fazenda Restauração (no município de Queluz). Essas fazendas são represen-

1 - Projeto de Políticas Públicas “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”, financiado pela Fapesp, processo número 07/55999-1 com período de vigência de 2007 a 2011, tendo como coordenador geral o Prof. Dr. Marcos Tognon do Centro de Memória-Unicamp (CMU).

tativas de períodos como o da cana de açúcar, no século XVIII, do café, no século XIX, e até mesmo da pecuária, no século XX, e pertencem à macro região conhecida historicamente como alta mogiana.

Os pesquisadores envolvidos nesse projeto possuem diferentes formações acadêmicas e pertencem a associações [2] e várias instituições como o Instituto Agrônomo (IA), a Embrapa - Monitoramento de Satélite e universidades públicas e privadas dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, sendo elas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade de São Paulo (USP) campus de São Carlos e USP Leste, Universidade Estadual Paulista (Unesp) campus de Rosana, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep). A reunião desses pesquisadores possibilitou a constituição de uma equipe pluridisciplinar e o estabelecimento de compromissos com a proposição de metodologias que possam contribuir para aprimorar os processos de identificação, descrição, gestão, conservação e difusão do expressivo patrimônio rural paulista. Os resultados desses processos trazem contribuições importantes não só para os gestores das fazendas, mas, também para os pesquisadores interessados em temáticas pertinentes ao universo rural brasileiro ou aquelas relacionadas com a preservação patrimonial, mas também para um grande público que passou a olhar para as fazendas históricas como um lugar de memória, de conhecimento e de turismo cultural e, portanto, educativo.

Nessa perspectiva, nossa proposta reside em construir um sistema web livre, denominado Memória Virtual Rural, que dê conta de abarcar e disponibilizar um amplo rol de dados, informações e conhecimentos, sobre todas as áreas envolvidas, bem como as informações sobre os diferentes tipos de bens patrimoniais que possam vir a ser encontrados nesses espaços rurais, por meio de plataforma web. Vale destacar o caráter inédito desse sistema, inclusive, em âmbito internacional, em face de suas pretensões de abrangência, exaustividade e profundidade. Para a construção desse sistema, tem sido de grande importância o desenvolvimento de uma base metodológica, sustentada por um instrumento que denominamos de Padrão de Descrição de Informação (PDI). Esse instrumento tem sua fundamentação nos preceitos teóricos e metodológicos advindos da

*2 - Esse é o grupo inicial de fazendas sendo que, durante a implantação do projeto, outras fazendas podem vir a se agregar, da mesma maneira que pode haver alguma desistência.*



Ciência da Informação e da Ciência de Computação, cujo principal objetivo é o de ser capaz de representar informações referentes aos diferentes tipos de bens patrimoniais, tais como os bibliográficos, arquivísticos, audiovisual, móveis e integrados, construídos, arqueológicos, naturais e os bens imateriais, de forma integrada e relacionada, em termos dos assuntos sobre os quais se reportam os bens patrimoniais. Assim, o principal objetivo deste artigo é apresentar o PDI, bem como aspectos da metodologia utilizada para a sua construção, e o seu potencial de aplicabilidade para a realização de inventário de bens patrimoniais, no universo das fazendas históricas brasileiras.

#### BREVE HISTÓRICO DO INVENTÁRIO DE BENS PATRIMONIAIS

A palavra inventário tem sua origem no latim *inventarium*, termo usado para designar uma grande lista na qual se registravam os produtos dos armazéns; significar elencar, relacionar coisas, artefatos e representações. (MACHADO, 1977) A contabilidade empírica, praticada pelos nossos antepassados, tinha como objeto o registro do patrimônio representado pelos rebanhos, ferramentas de trabalho e outros bens. O inventário sempre exerceu um importante papel na história da humanidade, uma vez que permite não só a contagem, mas, sobretudo, a classificação dos bens segundo sua natureza: rebanhos, pedras, metais, entre outros. A palavra “Conta” designa o agrupamento de itens da mesma espécie. As primeiras escritas contábeis datam do término da Era da Pedra Polida, quando o homem registrava os seus primeiros desenhos e gravações. Os primeiros controles eram estabelecidos pelos templos e perdurou por muitos séculos. Os sumérios e babilônios, assim como os assírios, faziam os seus registros em peças de argila, retangulares ou ovais, ligeiramente convexas. Os registros combinavam o figurativo com o numérico; por exemplo, o desenho de um animal era correspondente ao número de cabeças existentes. (SCHIMIDT, 2000) A palavra inventário tem diferentes conotações, dependendo da área de conhecimento que dela faz uso. Para efeito deste estudo, adotamos o termo inventário de bens patrimoniais para designar o levantamento e descrição dos bens produzidos por uma comunidade, fruto de sua cultura, visando identificá-

los, conhecê-los, preservá-los e difundi-los. A atualização desse termo implica no surgimento de classificações não só para representar aspectos quantitativos, mas sobretudo qualitativo que abrangem os conteúdos dos bens inventariado.

A proposta de descrição de bens patrimoniais, que resultará num inventário, aqui apresentada, resulta da análise e avaliação do que vamos chamar de 1ª versão do PDI, (CRISTIANINI et al. 2004) desenvolvida e testada pelo projeto “Memória Virtual de São Carlos”. [3] Esse projeto decorreu da iniciativa de um grupo multidisciplinar de pesquisadores e especialistas das áreas de Ciência de Computação, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Museologia e Arquitetura, bem como daquelas relacionados aos bens naturais. Esse grupo visou à produção de conteúdos digitais a serem disponibilizados, via Internet. Com esse objetivo investiu no desenvolvimento de um sistema capaz de armazenar, recuperar e divulgar os diferentes tipos de informações, contidas nos mais diversos tipos de fontes, pertencentes aos acervos históricos, situados na cidade de São Carlos, interior do Estado de São Paulo. Observamos que muitos foram os desafios enfrentados e os avanços alcançados pelo grupo pioneiro de pesquisadores e especialistas que ousaram pretender reunir uma série de padrões, nacionais e internacionais, num único sistema que permitisse fazer uso, concomitante, de diversos formatos de registro, que foram reunidos no PDI. (CRISTIANINI et al. 2004) O maior desafio consiste no uso de um único sistema, por meio de equivalência de campos, para descrever dados, informações e conteúdos de naturezas tão diferenciadas, uma vez que estes apresentam um alto grau de especificidade e complexidade. Perseguindo essa premissa, a partir da disponibilização de um protótipo da 1ª versão do sistema de software “Memória Virtual” (NAKAGAWA, E. Y. et al., 2008), foi testada a sua alimentação, com diversos itens de bens patrimoniais, predominantemente, bibliográfico, arquivístico e museológico, que serviram de base para o estudo piloto, tanto da primeira avaliação sobre o desempenho do PDI quanto da primeira versão do software. Naquele momento, a cooperação entre universidades como a USP e

**3 - Projeto de Políticas Públicas “Memória Virtual de São Carlos”, financiado pela Fapesp, processo número 03/06434-0 com período de vigência de 2004 a 2008, tendo como coordenador geral o Prof. Dr. José Carlos Maldonado do Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC/USP), também membro integrante do Projeto “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”.**

a UFSCar, e o apoio da Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio da participação ativa da Fundação Pró-Memória, da Divisão de Arquivo e do Museu e, ainda, a parceria com a Associação Pró Casa do Pinhal, sediada na Fazenda Pinhal – célula *mater* da fundação da cidade de São Carlos/SP – foram ações fundamentais para o desenvolvimento do sistema “Memória Virtual”.

A realização do estudo piloto só foi possível com a participação ativa das três instituições, inicialmente envolvidas e todas sediadas em São Carlos, com seus respectivos acervos e coleções específicas, ou seja, a Associação Pró Casa do Pinhal com itens da coleção bibliográfica histórica, o Arquivo Municipal com itens de uma coleção arquivística e o Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (ICMC/USP) com os itens museológicos, pertencentes ao Museu de Computação. [4] Ainda durante o estudo piloto, o PDI foi também aplicado a um pequeno conjunto de dados da ficha cadastral de inventário de bens arquitetônicos, criada pela Fundação Pró-Memória de São Carlos para inventariar os bens imóveis passíveis de preservação, localizados no município de São Carlos/SP. Em relação aos bens “naturais” ou paisagísticos, para efeito de teste de aplicação do PDI, foi tomado como base um roteiro proposto por Costa, Furnival e Krauss (1997) para mapeamento de áreas verdes, espécies e demais elementos da natureza.

A partir desse breve relato, podemos afirmar que a 1ª versão do sistema “Memória Virtual” mostrou-se como de fundamental importância, pois permitiu não só a realização de testes com sucesso do PDI como, também, apontou caminhos promissores para a realização de inventários patrimoniais que vêm merecendo a atenção de pesquisadores, inclusive de outras áreas de conhecimento vinculado ao projeto “Patrimônio Cultural Rural Paulista: Espaço Privilegiado para Pesquisa, Educação e Turismo”. Esses pesquisadores vieram a contribuir com as iniciativas do grupo que atuou na 1ª versão do sistema e, no momento, estão imbuídos dos propósitos de avaliar, aprimorar e ampliar as categorias, os atributos, os requisitos e as

4 - <http://www.icmc.usp.br/~museu/>

especificações de propriedades, levando a um refinamento PDI que resultará na 2<sup>a</sup> versão do sistema, que passamos a denominar de “Memória Virtual Rural”.

PADRÃO DE DESCRIÇÃO INFORMAÇÃO (PDI):

CATEGORIZAÇÕES, ATRIBUTOS E REQUISITOS

Antes de entrarmos na explanação sobre a categorização de bens e dos respectivos requisitos, atributos e suas propriedades, cujo entendimento torna-se essencial para descrevê-los, esclareceram que, sempre que necessário, estabeleceremos termo de comparação entre as duas versões do PDI. A 1<sup>a</sup> versão que se caracteriza pelo padrão usado no desenvolvimento do sistema protótipo denominado “Memória Virtual” que foi usado para teste e a 2<sup>a</sup> versão do PDI, derivada da 1<sup>a</sup> versão, contendo os acréscimos e desdobramentos que estão resultando no desenvolvimento do sistema, agora intitulado “Memória Virtual Rural”. Entendemos que esse processo de “versões” se faz necessário diante do ineditismo com relação às características e abrangência dos bens patrimoniais a serem descritos, nos furtando, naquele momento, de termos como base outras experiências. Assim, as preocupações dos pesquisadores concentraram-se, desde a 1<sup>a</sup> versão, na identificação dos requisitos e atributos, capazes de gerar metadados e conteúdos sobre fazendas históricas, que nortearassem o desenvolvimento do sistema de software, conforme foi ressaltado por Cristianini et al. (2004)

Nessa ampla abordagem dos bens patrimoniais, logo pudemos constatar que um PDI deveria ser construído a fim de acolher todo o detalhamento e a complexidade que se apresenta para atender aos anseios dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, dos gestores das fazendas históricas e, ainda, de um amplo público que se caracteriza como potencial usuário. Nesse contexto, percebemos que precisávamos criar mais campos descritivos e abrir um grande leque de opções que pudessem abrigar outros tipos de bens, com atributos específicos; porém, de forma articulada, dialógica e integrada. Essa constatação, do ponto de vista de um observador, pode parecer, à primeira vista, algo inexecutável. Todavia, os propósitos do nosso projeto estão sendo perseguidos e a descrição de todos os tipos os bens patrimoniais está sendo prevista de forma integrada, em uma mesma

interface de entrada de dados, que permite descrever tanto dados gerais, comuns a todos e qualquer bem, quanto às especificidades, pertinentes apenas a um determinado tipo de bem. Esse processo resultará num grande repositório que prevê a total interoperabilidade, inclusive semântica, entre os diferentes tipos de bens patrimoniais inventariados.

A ideia central, que nos acompanha desde a 1ª versão do PDI e da base de dados do sistema “Memória Virtual”, é o fato dessa base se diferenciar de outras bases de dados, principalmente as bibliográficas, diante da possibilidade de se criar uma correspondência conceitual entre os diferentes níveis de descrição adotados para cada conjunto ou item, de acordo com a sua natureza e tipologia, como por exemplo, os bens arquitetônicos (conjunto, sub-conjunto e parte de edificações), arquivístico (fundo, série, sub-série, dossiê, processo e documento), bibliográfico (coleção, série documental e parte de documento), bem móvel ou museológico (coleção, série, peça e parte de peça ou objeto), natural ou paisagístico (classe, sub-classe, família, gênero, espécie e paisagem) e ainda os bens imateriais.

No desenvolvimento da 1ª versão do PDI, a descrição nos diferentes níveis que envolvem cada tipo de acervo ou coleção requereu a necessidade de se mapear um grande rol de atributos e requisitos e de se estabelecer a sua correspondência com uma estrutura que viria a servir de apoio para a construção do sistema “Memória Virtual”. Desse processo, resultaram os agrupamentos de atributos, de acordo com características semelhantes ou diferentes, em relação à natureza dos metadados e dos conteúdos previstos para cada campo, conforme explicitam Cristianini et al. (2004) No caso do PDI, a definição dos atributos *a priori* foi fundamental para garantir o detalhamento necessário, para cada grupo de conteúdo a ser introduzido na base de dados do sistema “Memória Virtual”, durante a fase piloto feita com a 1ª versão. Podemos entender que um atributo é um valor dado ou atribuído ou a uma classe dados, categoria ou grupo de bens patrimoniais. Por exemplo, autoria é um atributo de “pessoa”, enquanto estilo é um atributo do objeto “casa” e são esses atributos que permitem descrever, mais detalhadamente, um bem patrimonial. Num primeiro momento, quando da 1ª versão do PDI, esses atributos foram subdivididos em dez grupos, conceitualmente bastante abrangente, de acordo com os seus res-

pectivos conteúdos. Num segundo momento, quando da revisão e avaliação da 1ª versão do PDI, o rol de atributos ganhou outras especificidades de descrição e dos diferentes níveis de cada tipo de bem, em função de uma ampliação das áreas de interesse que levou à necessidade de identificarmos outros atributos que respondessem às exigências de novos itens patrimoniais e novos conteúdos. Essa ampliação, conseqüentemente, deu origem a uma nova estrutura que servirá de apoio para a construção do sistema “Memória Virtual Rural”. Vale destacar ainda que essa importante atividade contou com pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, dentre elas a Arquitetura, Arquivologia, Ciência de Computação, Ciência da Informação, Ciências Sociais, Educação, Turismo, História, Agronomia e Museologia, entre outras áreas e especialidades.

A análise e a identificação de novos atributos geraram uma nova matriz de códigos, normas e roteiros, que se somaram aos iniciais e que fornecem os subsídios para se estabelecer os parâmetros para a coleta de dados, a descrição e a geração de conteúdos. Dentre as principais fontes que compõem essa matriz, podemos destacar: o *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR2), [5] para descrição de documento bibliográfico, a *General International Standard Archival Description* (ISAD(G)), para documentos de arquivo do *International Council on Archives* (ICA), (ICA, 2000) o *Dublin Core* (DUBLIN CORE METADATA ELEMENT, Version 1.1) e a *Encoded Archival Description* (EAD) (EAD: ENCODED ARCHIVAL DESCRIPTION, Version 2002), para facilitar a descrição de recursos eletrônicos, o sistema de descrição usado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), expresso pelo Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) (SISTEMA, 2010), bem como um sistema usado pela Prefeitura Municipal de Uberlândia/MG. Em relação aos bens iconográficos, particularmente a descrição de imagens fotográficas, o PDI foi comparado com os padrões usados pelo Centro de Memória-Unicamp (CMU) e pelo Sistema de Apoio à Comunicação Integrada (SACI), desenvolvido pela UFSCar. Além dessas fontes, restam ainda maior aprofundamento em relação ao formato de registro MARC (*Machine Readable Cataloging*) para identificação, armazenamento e intercâmbio de dados bibliográficos (LIBRARY, 2010) e o estudo de Corti (1992) que

5 - [http://  
www.aacr2.org/](http://www.aacr2.org/)

certamente contribuirão para o refinamento do PDI.

Ao realizarmos um estudo comparativo, entre esses vários sistemas analisados, revelou-se a exaustividade e a completeza com que vem se configurando o PDI, visando a dar subsídios à implementação do sistema “Memória Virtual Rural”. Observa-se que 34,5% dos campos e sub-campos do PDI, ou seja, 40 de 116 campos e subcampos, não são abordados por nenhuma das outras fontes citadas anteriormente, conforme pode ser visualizado no *Gráfico 1*. Esse estudo comparativo ainda revelou que dentre os 116 campos e sub-campos do PDI, 26 deles se equiparam aos do CMU, 51 coincidiram com os do IPHAN, 13 com o sistema SACI e 19 tiveram semelhança com o Sistema de Inventário da Prefeitura Municipal de Uberlândia. O PDI revelou também quais os pontos fortes e fracos de cada uma das fontes utilizadas, bem como as suas especialidades e como elas podem ser exploradas pelo PDI.

Visando ilustrar o PDI, na *Figura 1* é mostrada a estrutura geral do PDI. Observa-se que o padrão é subdividido em 13 grupos de campos, sendo que no *Quadro 1* é apresentado em mais detalhes a descrição cada um desses grupos.

Vale ainda destacar que cada um desses grupos se desdobra em um

**Gráfico 1: Comparação entre campos e sub-campos do PDI e de outros sistemas de descrição**

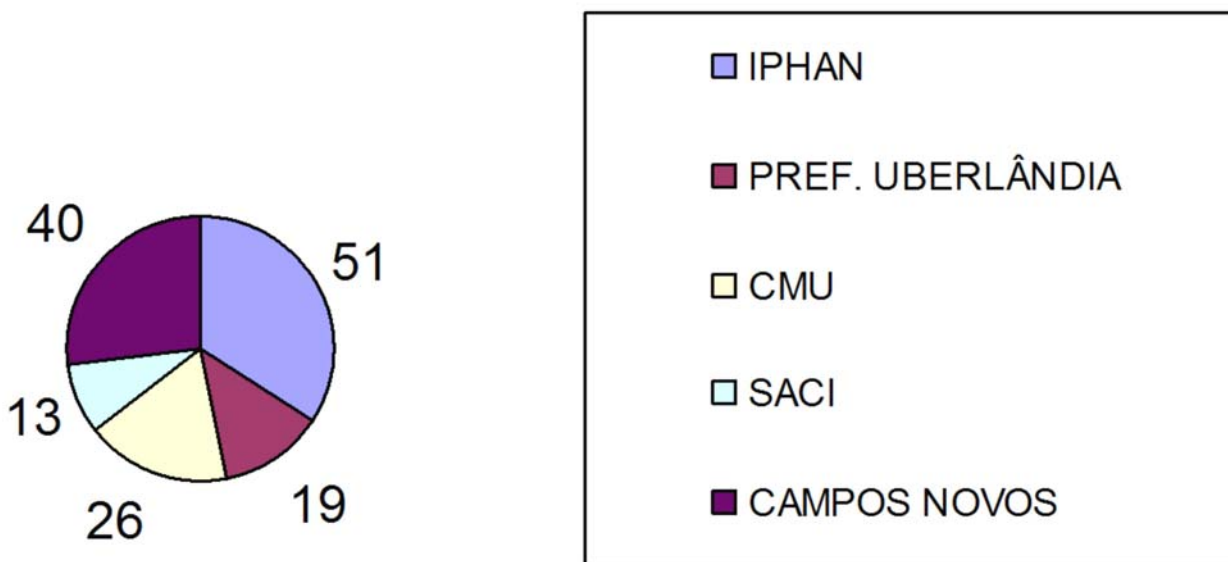
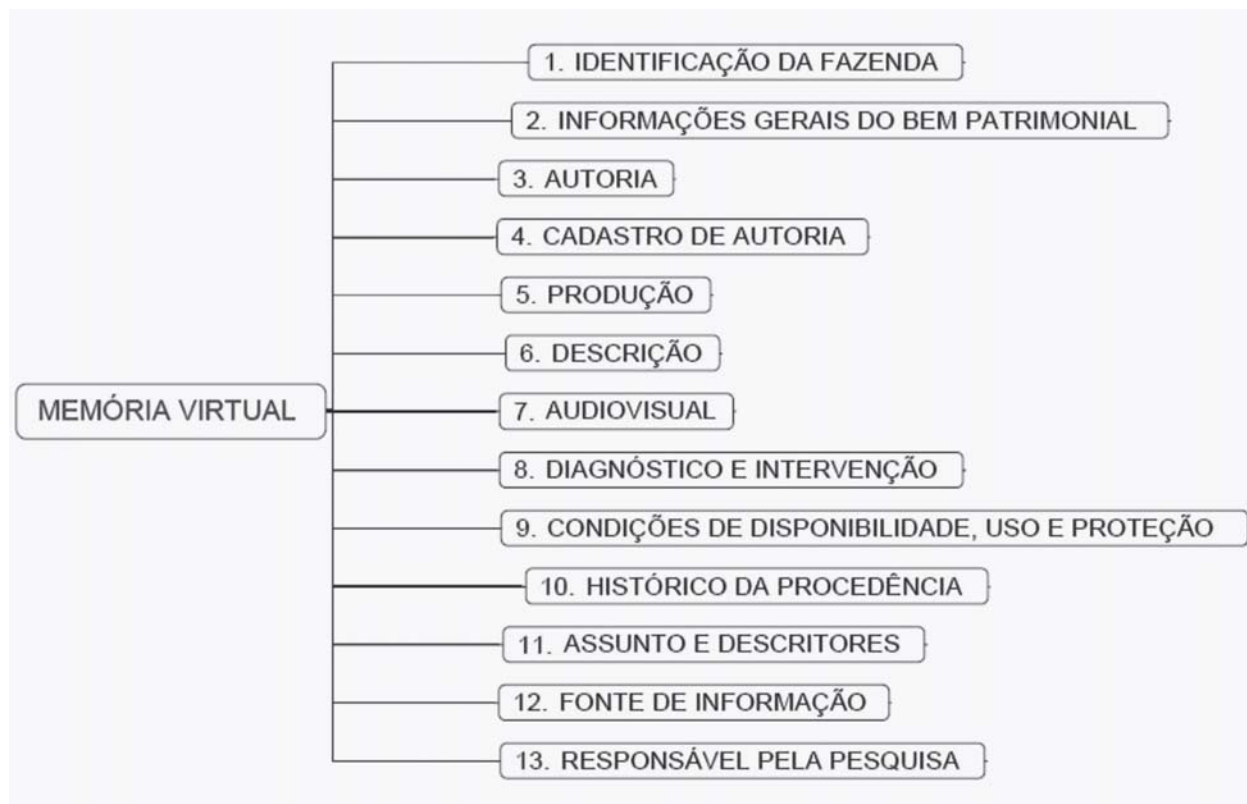


Figura 1: Estrutura Geral do PDI



conjunto maior de campos, buscando contemplar as especificidades de cada grupo. Por exemplo, na *Figura 2*, é mostrado parte do refinamento dado ao Grupo 1 referente às informações gerais do bem patrimonial. Observa-se os nomes dos campos (por exemplo, “2.4 Título”), os subcampos (por exemplo, “2.4.1. Tipo do título”), as possibilidades de escolha com valores pré-estabelecidos (por exemplo, os tipos de títulos existentes) e disponibilização de textos explicativos para os campos (indicados por balões). Essa mesma organização é encontrada nos demais 12 grupos do PDI.

Esse estudo demonstra a exaustividade e a completeza com que vem se configurando o PDI que reúne uma diversidade de campos e subcampos e apresenta-se como um elemento fundamental em termos do fornecimento dos requisitos necessários à construção do sistema “Memória Virtual Rural”.



MODELAGEM DO SISTEMA MEMÓRIA VIRTUAL RURAL

Com base no PDI, o sistema Memória Virtual Rural tem sido projetado e posteriormente deverá ser implementado com tecnologias de computação. Para isso, um conjunto amplo de modelos de sistemas foi desenvolvido,

Quadro 1: Descrição dos Grupos do PDI



Figura 2: Refinamento do Grupo 1: Informações Gerais do Bem Patrimonial

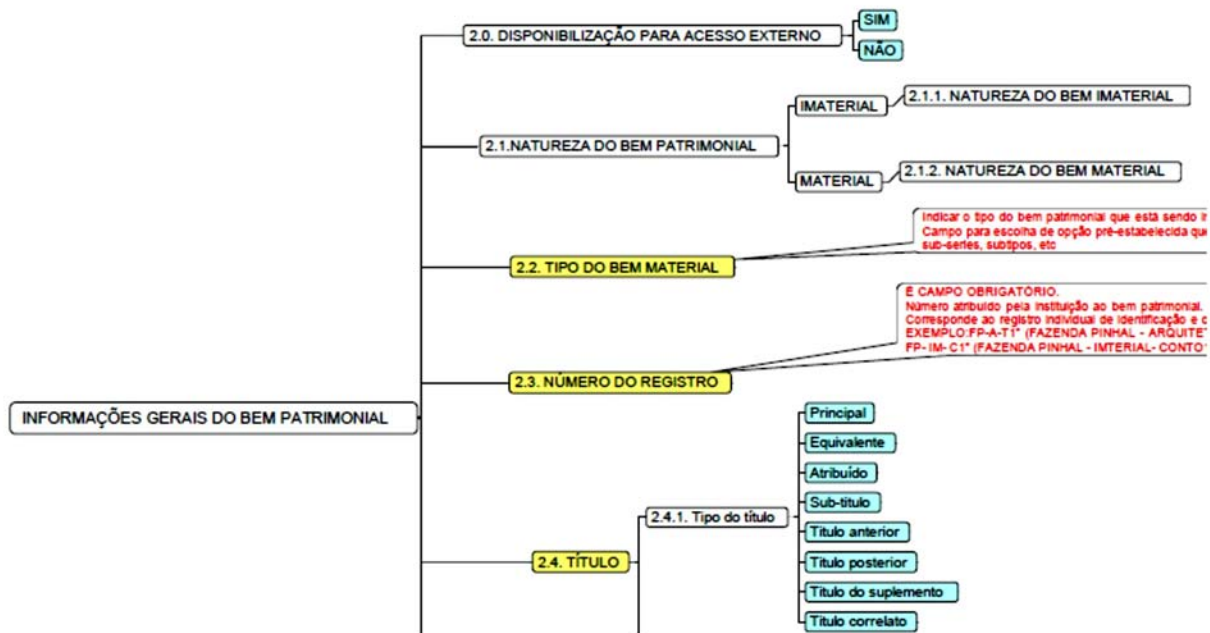
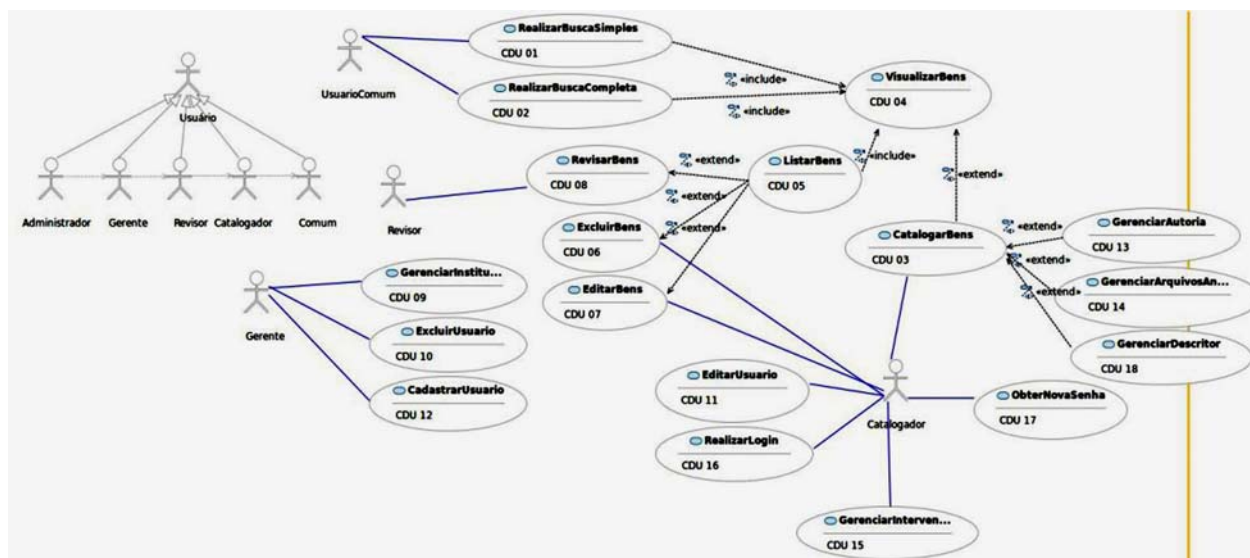


Figura 3: Diagrama de Casos de Uso do Sistema Memória Virtual Rural



buscando-se registrar a estrutura da base de dados, a arquitetura do sistema, bem como as funcionalidades que devem estar disponíveis no sistema. Por exemplo, na *Figura 3* é apresentado o Diagrama de Casos de Usos. Esse diagrama é fundamental, uma vez que registra os tipos de usuário do sistema, bem como as funcionalidades que devem estar disponíveis no sistema para cada tipo de usuário. Observa-se que os usuários desse sistema são: administrador, gerente, revisor, catalogador e usuário comum, sendo que cada um deles pode ter acesso a funcionalidades específicas. Por exemplo, o usuário comum poderá “RealizarBuscaSimples” e “RealizarBuscaCompleta”, como mostrado pelos casos de uso associados a esse tipo de usuário. Esse diagrama é também fundamental para definir a interface do sistema com o ambiente, ou seja, ele define como o ambiente (composto pelos diferentes tipos de usuário) irá interagir com o sistema. Dessa forma, é possível ter uma visão geral das funcionalidades necessárias no sistema.

Além dos modelos que representam as funcionalidades do sistema,

**Figura 4: Protótipo da Interface Web do Usuário**



foram também desenvolvidos protótipos da interface web do usuário do Sistema Memória Virtual Rural, visando ter uma interface com mais usabilidade e mais adequado ao domínio de fazendas históricas. Na *Figura 4* é apresentado um dos protótipos desenvolvidos. É importante ressaltar que esses protótipos têm papel fundamental no entendimento dos requisitos e das funcionalidades que o sistema deverá disponibilizar. Esses protótipos serão mais tarde a base da implementação do sistema Memória Virtual Rural e ficará disponível livremente, ao público interessado.

Cabe por fim considerar que as iniciativas do grupo de pesquisadores, envolvidos no desenvolvimento da 1ª versão do PDI e do sistema “Memória Virtual”, foram de fundamental importância para o estabelecimento da 2ª versão do PDI. Foram esses estudos que permitiram não só o surgimento de uma nova perspectiva de pesquisa original, visando catalogar e inventariar todo e qualquer bem patrimonial, independente da sua tipologia e natureza. Da mesma forma, a participação de um grupo maior de pesquisadores de novas áreas de conhecimento e de diferentes outras instituições permitiu que se avançasse significativamente em exaustividade e aprofundamento em relação às categorias e seus atributos.

Os avanços nos estudos para o estabelecimento da 2ª versão do PDI apresentaram até o momento resultados concretos e imediatos e outros que se traduzem em expectativas de possíveis desdobramentos. Dentre os resultados mais palpáveis, além de atender às necessidades de descrição de um amplo espectro de bens patrimoniais, está a organização de um “Documento de Referência Terminológica” contendo os conceitos e definições mais usuais no contexto do projeto, permitindo não só uma melhor comunicação entre pesquisadores e especialistas envolvidos no projeto; mas sobretudo, a elaboração do manual de instrução no qual os procedimentos previstos para cada campo e subcampos do PDI estarão definidos e exemplificados.

Além disso, nesse estudo, percebemos facilmente o entrelaçamento de muitos campos teóricos e das possíveis frentes que se abrem, tais como a necessidade de fazermos intervenções no que tange à organização e ao gerenciamento da informação e do conhecimento com o uso de ferramentas que assumam o papel de fazer a interoperabilidade semânti-

ca, integrando dados e conteúdos, contribuindo, assim, para que as informações originalmente isoladas sejam utilizadas de maneira integrada.

Num futuro próximo pretendemos construir a base de dados do sistema “Memória Virtual Rural” com base na 2ª versão do PDI. Tendo-se essa base de dados, funcionalidades serão implementadas nesse sistema de modo a possibilitar a organização e catalogação de informações dos mais diversos tipos de bens patrimoniais pertencentes às fazendas históricas paulista, bem como a disponibilização dessas informações por meio da plataforma web.

Em síntese, na medida em que o projeto avança, permite nos perceber que o PDI vai refletir diretamente na configuração da base de dados e dos diferentes níveis de exigência, uma vez que não estamos somente em busca de coleta e armazenamento de metadados ou dados descritivos, mas também de dados analíticos. Almejamos assim que o sistema “Memória Virtual Rural” possa proporcionar elementos para que possamos desenvolver não só textos descritivos, mas também textos analíticos e interpretativos, traduzindo os sentidos e os significados que nos permitem atribuir, cada vez mais, relevância científica, histórica e social aos acervos e coleções representativas do patrimônio material e imaterial, no âmbito das fazendas paulistas.

Finalmente, queremos ainda registrar que no universo das fazendas históricas paulistas, as possibilidades não se esgotam, uma vez que encontramos um território promissor com múltiplas possibilidades de descoberta e que revelam a grande diversidade de bens patrimoniais raros e de valor inestimável, do ponto de vista do patrimônio histórico, cultural e natural. É importante ressaltar ainda a sua importância como elemento de formação da identidade, da cidadania e do pertencimento a um determinado contexto espaço-temporal.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

CORTI, L. *Beni Culturali: Standards di Reppresentzione, Descrizione e Vocabolario*. Modena: Franco, Cosimo e Panini, 1992.

CRISTIANINI, G. M. S.; MORAES, J. S.; MORAES, L. S.; NAKAGAWA, E. Y.; “Conteúdos digitais e padrões de registros: desafios para a democratização de

acervos especiais”. Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias, 13 (SNBU’2004). Anais..., 17 a 21 de outubro de 2004, Natal, RN, p. 1-14.

Dublin Core Metadata Element, version 1.1. Disponível em: <http://dublincore.org/documents/dces/>. Acesso em: 03 dez. 2010.

EAD: Encoded Archival Description, Version 2002. Disponível em: <http://www.loc.gov/ead/>. Acesso em: 03 dez. 2010.

FERNANDES, L. S.; FURNIVAL, A.C. “Informação para educação ambiental: proposta para a criação de um centro de referência”. In: Seminário de Ciência e Desenvolvimento Sustentável. Anais... São Paulo: IEA/USP, 1997.

ICA - International Council on Archives. ISAD(G): General International Standard Archival Description. 2.ed. Ottawa: ICA, 2000. Disponível em: <<http://www.ica.org/en/node/30000>> Acesso em: 01 dez. 2010.

Library of Congress. Understanding MARC Bibliographic: Machine-Readable Cataloging. Washington, DC: LC, 2003. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/umb>> Acesso em: 01 dez. 2010.

MACHADO, J. P. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

NAKAGAWA, E. Y. et al. Software Architecture Relevance in Open Source Software Evolution: A Case Study, In: IEEE International Workshop on Quality and Architectural Concerns in Open Source Software (QACOS 2008), IEEE International Computer Software and Applications Conference (COMPSAC’2008). Anais..., 28 de julho a 01 de agosto de 2008, Turku, Finland, p. 1234-1239.

Patrimônio Cultural Paulista. Condephaat: Bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

SCHIMID, P. *História do Pensamento Contábil*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SISTEMA Integrado de Conhecimento e Gestão: SICG. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/portal/>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

SOUSA, M. N. M.; CANDELOT, V. L. R. Projeto Inventário do Museu Municipal de Uberlândia. Uberlândia: Prefeitura Municipal, 2007. Disponível em: <<http://app01.museudoindio.gov.br/downloads/>>. Acesso em 09 jan. 2010.

# Patrimônio em movimento: considerações sobre o mundo rural paulista

Heritage on the move: considerations on rural paulista

MIRZA PELLICCIOTTA

Doutoranda em História Cultural (Unicamp) e coordenadora  
do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de Campinas

E-mail: mirzapellicciotta@yahoo.com.br

## **RESUMO**

Este artigo procura refletir brevemente sobre a trajetória de constituição e transformação do território paulista entre os séculos XVI e XXI na busca de contribuir para a identificação e reconhecimento de diferentes paisagens culturais, gestadas em recortes de tempo e espaço específicos e que ainda hoje guardam testemunhos inestimáveis do patrimônio rural paulista. O artigo procura também traçar algumas considerações sobre as fazendas integrantes do projeto Fazendas Históricas Paulistas.

**Palavras-chave:** Território; Cultura paulista; Patrimônio rural

## **ABSTRACT**

This article attempts to reflect briefly on the history of formation and transformation of the state area between the XVI and XXI in the quest to contribute to the identification and recognition of different cultural landscapes, gestated in nippets of time and space specific and still keep that invaluable testimonies paulista rural heritage. The article also seeks to draw some considerations about the farms involved in the project farms state history.

**Keywords:** Territory; Culture São Paulo; Rural heritage

O território de São Paulo contém, em seu interior, diferentes paisagens culturais... paisagens que, constituídas no curso do tempo, sofreram transformações profundas nos últimos séculos frente aos processos acelerados de substituição da cobertura vegetal pela produção diversificada de gêneros, criação e agricultura de exportação; pela entrada massiva de grupos populacionais procedentes das mais variadas regiões do Brasil e do mundo (cerca de 70 grupos étnicos); pela intensidade da urbanização (séculos XIX e XX); pela complexificação dos sistemas de escoamento (estradas tropeiras, linhas férreas, estradas de rodagem, aviação), entre outros, que permitiram a então Capitania, depois Província e atual Estado vencer a Serra do Mar (que a mantivera isolada da dinâmica colonial ao longo dos séculos XVI a XVIII) e estabelecer vínculos comerciais e produtivos entre as regiões mais interiorizadas e o litoral.

Particularmente nos últimos cento e sessenta anos, a intensidade e força de certos processos em grande medida *externos* ao território paulista se revelaram capazes de *apagar* (nos limites entre dizimar e incorporar) a presença milenar de populações indígenas, ao mesmo tempo que *diluir* marcas centenárias de constituição cultural original (indígenas e europeias) para dar lugar a paisagens plenamente alteradas em suas bases econômicas, sociais, culturais e políticas originais. A expressão “paulista”, utilizada para caracterizar um povo *diferente* pelos hábitos, língua, costumes e formas de vida mestiça, passou em pouco tempo a designar uma população *disforme* pelos tantos aspectos culturais, vínculos e motivações agora associadas ao capital transnacional.

De qualquer forma, foi nos percursos de ocupação (e transformação) dos vários “sertões” do planalto paulista que ganhou lugar paisagens culturais específicas, podendo-se vislumbrar através delas a formação e transformação da Capitania, Província e Estado de São Paulo. A história paulista, por isso mesmo, pode ser entendida em meio a constituição e desenvolvimento de diferentes unidades internas dotadas de formas e ritmos próprios que, no curso do tempo, dariam lugar a cenários ou paisagens diferentes, muitas vezes marcadas por dinâmicas *externas* à própria região, Estado e País.

Os estudos acerca do patrimônio rural paulista realizados pelo projeto Fazendas Históricas Paulistas e fundamentados num conjunto de 14



fazendas, exigiram/vem exigindo dos pesquisadores envolvidos uma grande atenção com as particularidades presentes na esfera dos municípios, das regiões e das propriedades, além de um considerável esforço de articulação e síntese entre/das propriedades na busca de compreendê-las como parte de um território comum.

1 - Marcos de formação/ transformação da região metropolitana de Campinas à luz da história territorial paulista: séculos XVII/XX. Aula elaborada para o projeto Geotecnologias como apoio à elaboração de material didático para o ensino fundamental: Atlas Ambiental Escolar da Região Metropolitana de Campinas sob coordenação de Cristina Criscuolo. CNPM / Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite. 2010

2 - Mirza Pellicciotta. O Alto e Médio Tocantins em Tempo e Espaço de transformação. Subsídios históricos para o "Projeto Peixe Angical". Empresa Documento Arqueologia e Antropologia. São Paulo, 2000/2001. Texto inédito com registro de direito autoral na Biblioteca Nacional.

#### SOBRE OS SERTÕES PAULISTAS

Antes de mais nada, devemos considerar que a constituição do território paulista é *obra centenária*. Nos primeiros séculos de ocupação e colonização, as terras paulistas abarcavam áreas hoje pertencentes aos Estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rio Grande, Santa Catarina e ainda no século XIX, ao Paraná. Um vastíssimo território que, à semelhança de outras porções da América Portuguesa, ganharia forma na medida em que os colonizadores portugueses penetrassem pelos sertões valendo-se da capacidade de trocar/incorporar conhecimentos com povos milenarmente integrados a um território desconhecido e perigoso. (CUNHA, 1998)

A penetração, conquista e permanência portuguesa nestes *sertões* se faria/se manteria ao custo da transformação de ambos os povos sobreviventes, (MONTEIRO, 1994) sedimentando-se um percurso contínuo de (re)conquistas de um vasto território ocupado, bem como a constituição de uma sociedade mestiça e atenta em fazer avançar a colonização sobre outros "sertões". (HOLANDA, 1957)

Por outro lado, as trajetórias de ocupação também se definiram em associação direta com a manutenção - ou não - de laços entre o mundo colonial e o mundo metropolitano, [1] e neste caso, a penetração/ocupação do território paulista adquiriu características específicas ao se dar mais "isolada" do mundo metropolitano. (TAUNAY, 1950) As limitações impostas pela *serra do mar* deram lugar a uma economia modesta e ao desenvolvimento de uma sociedade itinerante que no curso dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII alcançou regiões localizadas na atualidade, nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, [2] nelas originando as bases de uma cultura regional que se tornaria conhecida como "caipira".

Os primeiros núcleos de povoamento e tentativas de fixação européia no território paulista ocorreram entre os séculos XVI e XVII na região litorânea, em áreas que hoje englobam os municípios de Paranaguá (PR), Morretes (PR), Antonina (PR), Cananéia, Iguape, Peruíbe, Itanhaém, São Vicente, Santos, Guarujá, São Sebastião e Ubatuba. Nestes séculos surgiram também núcleos de povoamento no planalto, associados a aldeamentos (em especial, jesuíticos), a instalação de fazendas (com suas capelas de devoção) e entrepostos comerciais - hoje em dia localizados no município de São Paulo e em suas imediações, nos municípios de Cotia, Carapicuíba, Barueri, Embu, São Roque, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Itu, Salto, Porto Feliz, Sorocaba, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Guararema, Ribeirão Pires, São Luiz do Paraitinga, Atibaia, Jundiaí, Taubaté, Itaquaquecetuba, Iporanga, Nazaré, Jacareí, Cabreúva, Registro, Lapa (PR). (PETRONE, 1995) Nos dois primeiros séculos, o povoamento das terras paulistas fez-se restrito a uma área de até 100 km da atual capital (Taubaté, 1636) e com cerca de 60 km de raio (Jundiaí, Parnaíba, Itú, Sorocaba e Atibaia). (MATOS, 1991)

No século XVIII, os processos de penetração apresentaram mudanças. De fato, desde a segunda metade do século XVII, a circulação de paulistas pelos sertões mais interiorizados havia lhes possibilitado identificar veios auríferos em áreas que posteriormente integrariam o Estado de Minas Gerais. A criação de inúmeros arraiais e a prática de mineração por paulistas ainda no final do século XVII redundaria em conflitos com outros interesses da Metrópole Portuguesa que, já nas primeiras décadas do século XVIII, incorporaria este território como Real. Limitados em suas atividades, os paulistas orientariam suas incursões por regiões ainda mais distantes, conseguindo realizar novas descobertas auríferas (atuais estados de Goiás e Mato Grosso), seguidas pela criação de novos arraiais, pela prática da mineração e pelo estabelecimento de uma rota fluvial regular de abastecimento - a “Rota das Monções” -, criada com a intenção de preservar algum domínio sobre as regiões.

A “Rota das Monções” interligava o povoado de Araraitaguaba (Porto Feliz) às regiões auríferas de Mato Grosso pelos rios Tietê, Paraná, Ivinhema ou Pardo, e por meio deles a um “varadouro” que os conduzia à bacia do

Rio Paraguai. Por meio dela, os paulistas instituíram uma nova modalidade de penetração ao aliar tradições bandeiristas às demandas de abastecimento, conseguindo importantes resultados. Esta dinâmica de penetração, no entanto, motivaria em pouco tempo a criação, pela Metrópole Portuguesa, de novas Capitânias: além da Capitania de Minas Gerais, seriam formadas as Capitânias de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Grande e de Santa Catarina, seguindo-se a anexação (provisória) dos sertões paulistas ao governo da Capitania do Rio de Janeiro (1748/1765) e, por fim, o restabelecimento da Capitania paulista com seu território reduzido a um terço das proporções originais.

Com os limites circunscrito, a partir de 1765, a oeste pelo Rio Paraná, ao norte pelo Rio Grande e ao sul pela área correspondente ao Estado do Paraná, seu novo território em formato triangular continuava a contar com a principal artéria de penetração paulista, o Rio Tietê, (PETRONE, 1968) ao mesmo tempo em que a constituição de Capitânias propriamente auríferas traria desdobramentos importantes para o mundo paulista. Sua criação impulsionaria a migração de populações de diferentes regiões da colônia (Maranhão, Piauí, Bahia, Rio de Janeiro, entre outras) na mesma proporção em que estimularia os núcleos paulistas a direcionar parte de sua produção de abastecimento a um mercado interno em crescimento. Os desdobramentos não tardariam a chegar; não apenas os paulistas intensificaram a produção e transporte de gêneros, como outras populações passaram a penetrar o território paulista para atender as mesmas demandas, resultando daí uma transformação ainda mais profunda dos caminhos de desenvolvimento paulista.

Em particular, a expansão dos *negócios de abastecimento* das minas ocupou um lugar importante na constituição “moderna” do Estado de São Paulo: o desenvolvimento de atividades agro-pastoris somado à penetração e fixação de um forte e contínuo contingente de mineiros traria mudanças profundas no sistema de ocupação e produção original, reforçando progressivamente as relações de mercado no trato da terra, das criações e do atendimento aos viajantes. De fato, uma nova *economia de subsistência*, fundada num outro sistema e dinâmica de posses, de pastagens e criações associados diretamente às relações mercantis, passa-

va a se contrapor a uma maneira paulista tradicional de habitar os sertões que até então atuara como verdadeira barreira ao fortalecimento das relações de mercado, fundada na agricultura itinerante e no convívio mais ou menos violento com etnias indígenas.

De forma concomitante, uma nova dinâmica migratória mostrava-se intensa e passava a registrar em pouco tempo uma sucessão de posses e/ou sesmarias integradas a “pousos” na margem dos caminhos mais importantes, como a “Estrada dos Goiaes”, que mais se assemelhavam a fazendas especializadas “em atender aos viandantes e às tropas que seguiam pelo caminho”. Na condição de verdadeiras unidades produtivas, elas mantinham roçados de mandioca, cana, feijões, bananas, algodão, milho, e frequentemente contavam com campos de pastagem e criação de gado vacum, cavalos e suínos, oferecendo não apenas sustentação para a estrada mas desenvolvimento econômico para a Capitania (autores dos entrantes do rio pardo).

Estas atividades de abastecimento nas paragens passaram, pouco a pouco, a estabelecer relações com outras paragens e a promover uma dinamização comercial entre atividades e localidades, transformando-se antigas “bocas de sertão” em “paragens de viajantes”, ou ainda, em localidades (povoadas) estruturadas em “pequenas e médias unidades produtoras dedicadas a diversas atividades voltadas para o auto-abastecimento, para o mercado interno e, mais tarde, para o mercado externo” que atuavam como “novas fronteiras”. (MESSIAS, 2003:20/21)

#### SOBRE OS CAMINHOS, PICADAS E PICADÕES NOS/DOS SERTÕES PAULISTAS

Para alcançar as minas de Cuiabá (MS), os paulistas utilizavam de uma rota fluvial, caminho que cumpriria papel central no abastecimento de parte da região centro-oeste. Mas, para chegar às minas de Goiás, fazia-se necessário seguir - por terra - os passos de seu descobridor, Bartolomeu Bueno da Silva, o “Anhanguera”, que também recebera da Coroa Portuguesa o direito de cobrar passagem sobre rios. Nos registros iconográficos do século XVIII, podemos então identificar o traçado da Estrada dos Goiaes ou do Anhanguera, caminho que partia de São Paulo rumo a Jundiá, passava pelo bairro rural de Mato Grosso (Campinas),

margeava a Serra da Mantiqueira e na altura do “sertão da farinha podre” (triângulo mineiro) tomava a direção oeste rumo às minas de Goiás e Mato Grosso. Aberta a partir do descobrimento das “minas dos goiases” em 1722, a Estrada do Anhanguera merecera, a partir de 1726, a concessão de alguns lotes de sesmarias (doados, inicialmente, aos descobridores das minas de Goiás), seguindo-se, entre os anos de 1728/1735, novas concessões voltadas a fixar “criações de gados e cavalgadas em terras que se acham devolutas”, além de fornecer gêneros, promover a sustentação da estrada e permitir o “aumento na real renda dos dízimos, e taxação aos minérios”. Em 1730, já definida como estrada real, o caminho passara a contar com “registros nos rios, sesmarias ao longo da rota e a instalação de funcionários reais” no controle e cobranças. (BRIOSCHI, 1991:12)

O “Caminho do Anhanguera” ou “Estrada dos Goyases”, como se tornou conhecida, acabou de fato por fixar pousos, fazendas de gado e de cavalgadas (que também forneciam gêneros para a sustentação da estrada), além de promover a instalação de povoados (instalações geralmente precedidas/acompanhadas pela obtenção de sesmarias) tornando-se “razão de existência e (...) sobrevivência” dos “primeiros assentamentos populacionais” (BRIOSCHI 1991) que dariam origem as cidades de Mogi Mirim (1769), Mogi Guaçu (1877), Casa Branca (1841), Batatais (1839), Franca (1821), entre outras. O “Caminho do Anhanguera”, na altura do “sertão da farinha podre” também dava acesso a estrada para a comarca do rio das mortes (São João Del Rei) - a “Picada de Goiás” (aberta em fins da década de 1740) - prestando-se a interligar o sul de Minas Gerais ao território goiano. Este caminho possibilitaria aos mineiros disputar com os paulistas o fornecimento de gêneros e criações para os arraiais e vilas goianas e mato-grossenses, auxiliando-nos a compreender o porque do enfraquecimento vivido pela “Estrada dos Goiases” entre as décadas 1740/1800, período no qual praticamente cessaram as distribuições de sesmarias em seu trajeto.

Além desta rota, surgiram outras estradas destinadas a interligar as vilas paulistas com os mercados em desenvolvimento, entre elas: a “Estrada para a Vila da Constituição” - que interligava as vilas de São Paulo a Ararituaba/Porto Feliz (1797), passando por Itu e Constituição/

Piracicaba; a “Estrada para a divisa de Minas Gerais” - que seguia por Juqueri, Atibaia (1769) e Bragança (1797); a “Estrada do Norte de São Paulo” - que interligava São Paulo a Bananal, no Vale do Paraíba, através das atuais Mogi das Cruzes (1611), Jacaré (1653), São José dos Campos (1767), Taubaté (1645), Pindamonhangaba (1705), Guaratinguetá (1651), Lorena (1788), Areias (1816) e Bananal (1832); a “estrada para Ubatuba” (1637), que passava por Santos, São Sebastião e Caraguatatuba (1857); e ainda, o caminho para o Paraná “através de Cotia, São Roque, Sorocaba, Itapetininga e Faxina (atualmente Itapeva)”. (MATOS, 2001) Em direção oeste também foram abertos caminhos por terra, entre eles, o “Picadão de Cuiabá”, estrada aberta por ordem governamental em meados do século XVIII, que seguia pela margem direita do Rio Tietê na busca de alcançar os chamados “campos do Araraquara”, localizados entre os rios Tietê, Jacaré-Guaçu e Moji-Guaçú, [3] em grande medida desconhecidos.

#### DE VOLTA AOS SERTÕES PAULISTAS

No início do século XIX, as atividades agrícolas e criatórias associadas ao mercado interno (desenvolvidas nas proximidades da “Estrada dos Goiares” e dos demais caminhos terrestres e fluviais dos sertões paulistas), ganhariam mais uma especialidade: as lavouras extensivas de cana de açúcar e café, voltadas para o mercado externo.

Estas lavouras tiveram início nas últimas décadas do século XVIII na porção sul da Capitania, no chamado “quadrilátero do açúcar” (formado entre as regiões de Constituição/Piracicaba, Mogi Guaçu, São Carlos/Campinas e Itu), em resposta a um conjunto diverso de fatores econômicos e políticos, entre eles, uma nova política governamental que se voltava a promover a ocupação, produção e povoamento do território através da concessão de sesmarias em regiões consideradas estratégicas, da adoção de medidas para a reestruturação do porto de Santos, da melhoria das vias de comunicação entre o planalto e o litoral, ou ainda, da definição de novas diretrizes de comercialização com a Metrópole.

Na região de Campinas, os canaviais começaram a chegar nas últimas décadas do século XVIII e em pouco tempo, o montante da produção somado aos recursos por ela obtidos permitiria ao povoado pleitear

**3 - Mirza Pellicciotta.** *Os Sertões do Paranapanema. Subsídios históricos para o “Projeto Taquaruçu-Sumaré. Linha de transmissão 440 kv”. Empresa Documento Arqueologia e Antropologia. São Paulo, 1999. Texto inédito com registro de direito autoral na Biblioteca Nacional.*

e obter o estatuto de vila (1797), além de receber o título de cidade (1842) quando da substituição das lavouras extensivas de cana de açúcar por café. Na região da atual Piracicaba (Constituição), as plantações de cana tiveram início nos últimos anos do século XVIII, registrando-se três engenhos no ano de 1798 e uma produção de 700 arrobas; estes números subiriam para 115.609 arrobas e 78 estabelecimentos em 1836. (PETRONE 1968) De fato, uma ampla região já se encontrava tomada pelos canaviais nas primeiras décadas do século XIX quando o naturalista francês Saint Hilaire avistou nas imediações da “Estrada dos Goiaes”, em 1819, uma: “...vasta extensão de terras muito povoadas que, em toda a Província de São Paulo, produz maior quantidade de cana de assucar e compreende as terras de Mogi Mirim, São Carlos (Campinas), Jundiaí, Itu, Capivari, Porto Feliz e Constituição”. (SAINT HILAIRE, 1953) Também, nas áreas paulistas mais interiorizadas como os “campos de Araraquara” as lavouras extensivas de cana – e depois, as de café – passaram a ocupar o lugar da produção dos gêneros alimentícios, tornando-se majoritária por volta de 1850 quando os lucros do açúcar permitiram a importação de alimentos, ainda que à custa de verdadeiros períodos de carestia.

A produção de café, opção às lavouras de cana de açúcar em diversas regiões, impulsionaria ainda mais as lavouras extensivas, desencadeando uma séria disputa por terras (em especial, as ainda ocupadas por etnias indígenas) entre as chamadas “frente de expansão” (com predomínio de atividades de subsistência frente às de troca) e “frente pioneira” (caracterizada por empreendimentos econômicos) nos sertões paulistas, (SOUZA MARTINS 1971) valendo considerar que, em meados do século XIX, a decretação da “Lei de Terras” no território brasileiro traria desdobramentos particulares para a então Província de São Paulo. Esta lei, decretada em 1850, substituía o sistema de sesmarias (interrompido desde 1822) pela regulamentação de contratos de compra/venda de propriedades, ao mesmo tempo em que instituía para áreas consideradas “não ocupadas” a categoria de *terra devoluta*, colocando “em disponibilidade” para aproveitamento, imensas extensões de terras entre as quais, os territórios indígenas, abrindo outras/novas possibilidades de avanço das frentes “de expansão” e “pioneira” sobre regiões como as de Bauru, que

desde meados do século XIX passara a abrigar etnias caingangues e otis. (PINHEIRO, 1992)

O desenvolvimento de lavouras extensivas de cana e café, somado a penetração de posseiros/criadores/negociantes de origem mineira por um território já ocupado por etnias indígenas e paulistas/agricultores itinerantes, se traduziria, enfim, num conflituoso processo de posse de terra, sobressaindo-se, de fato, a “marcha do café” em função da velocidade com que este “episódio da civilização capitalista” conseguiria transformar as paisagens paulistas. (MONBEIG, 1984)

A “onda verde”, que chegara aos sertões paulistas pelo Vale do Paraíba, penetrava agora pelos contrafortes ocidentais da Mantiqueira (Itu, Jundiaí, Campinas, Amparo, Bragança, São João da Boa Vista, Mococa) e, “aproveitando os afloramentos de terra roxa”, começava a seguir para a depressão periférica através da região ao norte de Campinas (Limeira, Araras, Rio Claro, Leme, Piraçununga e Descalvado). Na antiga região dos “campos de Araraquara”, as primeiras mudas de café começaram a ser introduzidas na década de 1830, enquanto na região da atual São Carlos, a Sesmaria do Pinhal (terras de Antonio Carlos de Arruda Botelho) introduzira o cultivo de 60 mil pés de café na década de 1860; passadas duas décadas, as fazendas do Conde do Pinhal já contabilizavam cinco milhões de pés de café (1878), enquanto as fazendas de Araraquara registravam cerca de dois milhões de pés.

Passadas várias décadas, as plantações de café alcançariam os maciços de Ribeirão Preto (dividido pelo Rio Pardo) e os de Araraquara - ambos separados pelo vale do rio Mogi-Guaçu - nas últimas décadas do século XIX, e a partir deles, os cafezais se espalhariam pelas “grandes extensões de terra roxa no planalto ocidental paulista” (de Mococa ao Vale do Paranapanema, acompanhando o esculpamento da cuesta). Identificada por Monbeig como “terceira fase da penetração cafeeira”, a produção nesta região contabilizaria no início do século XX, o montante de 110 milhões de cafeeiros no maciço de Ribeirão Preto (entre as terras, ao norte, de Batatais e as terras, ao sul, de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos e Santa Rita do Passa Quatro) e de 100 milhões de cafeeiros no maciço de Araraquara (à esquerda do Rio Mogi-Guaçu, rumo



as terras de São Carlos do Pinhal, Descalvado, Pitangueiras, Araraquara, Bebedouro e Jaboticabal). Ainda, na zona compreendida entre Araraquara e a calha do rio Tietê (nas proximidades de Jaú e Brotas) se faria presente 70 milhões de pés de café (entre as décadas de 1880 e 1910), e do outro lado do Rio Tietê, na área junto a cuesta, outros 45 milhões de cafezais (nas regiões de Botucatu/São Manoel, com prolongamento para Lençóis, Avaré, Piraju e Salto Grande)... eixo, por sua vez, que começava a aproximar a lavoura cafeeira das imediações de Bauru.

Com tal volume de produção, enfim, seria inevitável que nas últimas décadas do século XIX a economia cafeeira assumisse o centro das atenções, dos investimentos e das relações de poder no território paulista, restando aos criadores de gado e aos lavradores de subsistência - há muito instalados em várias porções do “sertão” -, a alternativa de regularizar suas “posses” e aderir ao novo processo ou vender suas terras e migrar mais para o oeste... De fato, ambos os fenômenos ganharam lugar e as “bocas de sertão” passaram a se deslocar cada vez mais para oeste (levadas por mineiros), ao mesmo tempo em que novos mineiros, paulistas, cariocas e cidadãos de outras paragens (em especial, portugueses) avançavam pelas *terras de mata*, consideradas as mais férteis para abrir as lavouras de café.

Em uma perspectiva paralela, a expansão cafeeira patrocinara a chegada da ferrovia na Província/Estado de São Paulo a partir de 1867, e entre os diversos papéis que este empreendimento desempenhou constou a tarefa histórica de vencer o isolamento imposto pela Serra do Mar aos “negócios” paulistas por meio da criação/desenvolvimento de um sistema adequado (seguro, rápido) de transporte de carga e passageiros entre o planalto e o mar. Coube também ao *sistema ferroviário* acelerar a penetração e transformação de vastas áreas de campo e mata em novas áreas de lavoura, criação e industrialização, potencializando o desenvolvimento, a articulação e a geração de um padrão de ocupação estruturado na monocultura extensiva, na diversificação do capital, na especialização regional e na migração em massa. A história de suas empresas se fez marcada, igualmente, pelas disputas de territórios, pela criação de monopólios e modernização tecnológica, transformando-se o “trem” na pró-

pria representação de “progresso”. O papel desempenhado pela ferrovia no complexo cafeeiro, enfim, acabaria por substituir as centenárias nomenclaturas dos sertões paulistas por nomes de empresas de circulação regional, entre elas, as expressões: “região central” (para a área de Campinas, Porto Feliz, Piracicaba, Indaiatuba, Bragança); “mogiana” (para a área de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Pedreira); “baixa paulista” (para a área de Rio Claro, Araraquara, Limeira); “alta sorocabana” (para uma vasta área com início em Botucatu); “alta paulista e noroeste” (para a área de Bauru).

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, enfim, grande parte da Província/Estado de São Paulo já se achava transformada pela expansão - sem precedentes - da economia cafeeira, segmento agrícola que, ao aprimorar suas relações e vínculos com o mercado, deixara-se (re)organizar como setor produtivo de forma a alcançar os mais altos níveis de qualidade exigidos pelo comércio internacional. Utilizando-se de vastíssimas terras virgens, de força de trabalho abundante (inicialmente escravo, depois livre), de equipamentos especializados, de novas modalidades de transporte e de uma significativa diversificação de capital, a produção do “ouro verde” transformara as paisagens paulistas. O século XX, neste sentido, começava marcado pelo crescimento acelerado das cidades, ou ainda, pela sedimentação/fortalecimento de suas zonas de produção e circulação. Ao longo das décadas, cada uma destas zonas cafeeiras recebera o apoio, em paralelo a expansão das lavouras, de um conjunto articulado e dinâmico de empreendimentos voltados a assegurar/ampliar a produtividade agrícola, diversificar os investimentos, garantir o abastecimento e a comercialização de gêneros (agrícolas ou não) das próprias regiões. E em meio a essa dinâmica, a fixação de trabalhadores cumpria um papel primordial, a ponto de tornar-se objeto de uma variedade de empreendimentos imobiliários específicos (rurais e urbanos), destinados a orientar esta fixação em diferentes pontos de produção do complexo.

Os trabalhadores trazidos para o território paulista procediam de diversos países e continentes e eles começaram a chegar, em escala massiva, nas últimas décadas do século XIX. Os registros populacionais das déca-

das de 1850 a 1880 nos revelam um pouco sobre as “realidades” experimentadas por estas pessoas. Eles nos fornecem dados, por exemplo, sobre a convivência que trabalhadores livres e escravos poderiam manter entre si, ou ainda, sobre as regiões a que se destinavam. Neste caso, com base em registros de 1854, 1874 e 1886, podemos observar que os novos trabalhadores escravos se mantiveram concentrados, neste período, nas regiões “central” (38 mil escravos em 1854, 52 mil em 1874, 31 mil em 1886) e “mogiana” (15 mil escravos em 1854, 23 mil em 1874, 21 mil em 1886), encontrando-se em menor número na zona da baixa paulista (5 mil escravos em 1854, 15 mil em 1874, 17 mil em 1886) e em pequeno número na zona paulista (2.500 escravos em 1854 e 2600 em 1886). No caso dos trabalhadores livres imigrantes, até o ano de 1886, eles ainda se apresentavam incipientes frente ao volume de trabalhadores escravos, além de, ao contrário dos anteriores, se encontrarem concentrados na “baixa paulista” (7700 imigrantes), na “mogiana” (4900 imigrantes) e na “região central” (4890 imigrantes). (*Memória Urbana*, 2001)

Entre os anos de 1886 e 1900, período no qual a imigração em massa já se encontrava estabelecida - e em que a escravidão se achava abolida desde as vésperas da decretação da República (1889) -, é possível observar algumas variações entre as regiões no quesito *empregabilidade*; de fato, são nas “franjas pioneiras” (áreas de desmatamento e abertura de novas plantações) que se encontram as maiores demandas por trabalhadores, sugerindo-nos os números de 1886/1900 que: as zonas central e mogiana ainda se achavam produtivas: suas populações praticamente duplicaram; que a zona da paulista ocupava o lugar de ponta: sua população quadruplicara; que a zona da “sorocabana” apresentava uma produção e crescimento ainda modestos: sua população crescera cerca de 25%. Os números de 1920 a 1940 já registram variações: eles nos dizem que as zonas central e mogiana deixaram de contar com uma produção significativa: suas populações não registravam variações; que as zonas paulista e alta sorocabana ainda se achavam produtivas: suas populações praticamente duplicaram; que a zona da “noroeste” ocupava o lugar de ponta: a sua população quadruplicara. (*Idem*, 2001)

Entre os anos 1901 e 1940, período marcado pela entrada massiva

de imigrantes, podemos perceber que as regiões apresentam oscilações em suas capacidades de atrair e reter as novas populações; a região central, por exemplo, que recebera 49 mil imigrantes em 1901, registra em 1940 a entrada de apenas 19 mil imigrantes; a “mogiana”, pelo contrário, recebera 155 mil imigrantes em 1901 e em 1940 permanecia atrativa para 118 mil imigrantes. A zona da “baixa paulista” que contara em 1901 com a entrada de 97 mil imigrantes, permanecia em 1940 com a entrada de 74 mil imigrantes, repetindo-se na zona da paulista um volume semelhante: 81 mil em 1901 e 92 mil em 1940. (Ibidem, 2001)

Um outro conjunto de dados nos permite observar a diversidade étnica destas populações, sendo possível constatar, de saída, a presença majoritária de italianos em todas as zonas cafeeiras, entre as décadas de 1920 e 1940; atrás deles viriam os imigrantes espanhóis e portugueses (com números semelhantes), e em menor escala, japoneses e alemães. Estes números, no entanto, revelam variações quando observamos sua distribuição pelas regiões: existem áreas com concentrações étnicas distintas, como a zona central que conta predominantemente com italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses; a zona mogiana que concentra, respectivamente, italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses; a baixa paulista que apresenta italianos, espanhóis e portugueses (números equivalentes), além de japoneses e alemães. Enfim, para termos uma visão um pouco mais detalhada desta diversidade, uma amostragem de 1934 nos ajuda a perceber que, nesta ocasião na capital e nos sertões paulistas, São Paulo contava com a presença de 300 mil italianos, 176 mil portugueses, 160 mil espanhóis, 131 mil japoneses, 25 mil sírios, 12 mil austríacos, 983 estônios, 3400 franceses, 12800 húngaros, 1800 ingleses, 15600 letos, 9300 russos, 8000 eslavos, 8700 argentinos, 1600 norte americanos, 450 paraguaios e 780 uruguaios. (Ibidem, 2001)

Incorporados por algumas décadas como colonos, este grande e progressivo contingente de imigrantes se transformaria, ao longo do tempo, em pequenos proprietários rurais ou em empregados/trabalhadores urbanos, de diferentes ramos de especialidades e “negócios”; nos “sertões paulistas” do século XX, de fato, torna-se possível extrair lucro das mais variadas frentes..entre elas: da especulação da terra, do cultivo e transfor-

mação de gêneros de subsistência (farinha, macarrão), da extração e transformação da madeira, do beneficiamento de gêneros de exportação (café, algodão, arroz). E esta diversidade de possibilidades se vincula ao novo padrão (e sentido) de *cidade* que se fizera emergir; por outro lado, estas características vão possibilitar ao complexo cafeeiro sobreviver a crise da própria economia cafeeira no final da década de 1920, superar e redefinir sem maiores dificuldades seus caminhos de desenvolvimento. A cidade de Campinas pode ser tomada como exemplo: ela não apenas se refez da crise, como redefiniu suas perspectivas de produção e acumulação, passando a assumir, em poucas décadas, um papel revigorado como centro de serviços e geração de ciência e tecnologia no interior paulista.

#### PATRIMÔNIO DOS SERTÕES PAULISTA

O projeto Fazendas Históricas Paulistas vem conferindo uma significativa atenção aos estudos, discussões e elaboração de propostas na interface entre turismo e preservação, razão de sucessivas e distintas atividades entre pesquisadores (de áreas distintas), técnicos e proprietários, constando entre os resultados, os esforços de aproximar os levantamentos, estudos e análises criteriosos do patrimônio material e imaterial das propriedades rurais, das estratégias, propriamente ditas, de apresentação, desvendamento e compreensão dos processos singulares de constituição, por meio de uma circulação e fruição adequada e coerente com os propósitos maiores de preservação.

Na busca de estabelecer uma modalidade de turismo patrimonial apropriado à realidade das fazendas históricas paulistas, o sub-grupo de Educação Patrimonial e Turismo avançou nas discussões sobre o esvaziamento das relações produtivas no interior das mesmas propriedades; sobre o interesse e motivação, por parte dos proprietários, de recompôr elementos identitários da fazenda através do resgate de histórias familiares - perspectiva, no entanto, que vem se mostrando insuficiente em vários aspectos, em função das mesmas famílias se acharem distantes do mundo do trabalho rural (dos saberes e fazeres populares, festas, religiosidade, costumes modeladores do espaço produtivo e da paisagem cultural); sobre a importância de restabelecer vínculos entre as propriedades rurais e as populações

outrora integradas ao espaço produtivo, na perspectiva de reforçar os sentidos de pertencimento entre a propriedade, a população e o município; sobre a necessidade de realizar estudos sobre os públicos de interesse; sobre a importância de estabelecer relações entre os processos de estudo, resgate, interpretação e conservação de bens móveis, imóveis, materiais e imateriais (de caráter permanente), com as ações educativas e modalidades de ação turística; sobre a importância de promover medidas de salvaguarda de bens culturais materiais e imateriais, utilizando-se para tanto das ferramentas de educação patrimonial e turismo; sobre a importância de desenvolver propostas integradas de circulação turística interna e externa (município e região), atentas ao conceito de paisagem cultural; sobre a possibilidade de instaurar no interior de cada propriedade um laboratório de pesquisa (espaço de workshops, de atividades pontuais de conservação e restauro, de oralidade, de ação arquivística, entre outras) atuante, também, como ponto de apoio das ações de educação patrimonial e de turismo histórico-cultural por compreender o visitante como agente da reconstrução e preservação histórica; sobre a necessidade de promover estudos aprofundados acerca da formação e transformação dos municípios no curso do tempo e sobre suas relações com a propriedade rural em estudo; sobre a importância de desenvolver e orientar a instalação de um sistema de sinalização patrimonial de caráter turístico, bem como de materiais turísticos complementares capazes de informar, sensibilizar e orientar o acesso ao patrimônio histórico-cultural e ambiental da propriedade rural à luz da história do município e da região; sobre a importância de contribuir para o fortalecimento das relações entre a propriedade rural e o município através do resgate e valorização identitária do universo rural na formação e transformação urbana.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

BACELAR, C. de A. P., Brioschi L. R. (orgs.). *Na Estrada do Anhanguera: Uma Visão Regional da História Paulista*. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999.

BRIOSCHI, Lucila Reis et al. *Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o Povoamento da Freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Ceru, 1991

CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos Índios no Brasil*. 2 ed.

São Paulo: Companhia das Letras/Fapesp/Secretaria Municipal de Cultura, 1998

DUTRA, Miguel. *O Poliédrico Artista Paulista*. São Paulo: MASP, 1981

ELLIS JR, Alfredo. *A Economia Paulista no Século XVIII. O Ciclo do Muar, o Ciclo do Açúcar*. São Paulo, s/e, 1950

GOULART, José Alípio. *Tropas e Tropeiros na Formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Monções*. 3ª edição ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1960

LEITE, Marcelo (org). *Nos Caminhos da Biodiversidade Paulista*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007

MONTEIRO, John Manoel. *Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas Origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

MARTINS, José de Souza. “Frente pioneira - Contribuição para uma caracterização sociológica”. *Estudos Históricos*, n. 10, p. 33-41, 1971

MATOS, O. N. de. *Café e Ferrovia*. São Paulo: Pontes Editores, 1990.

*Memória Urbana: A Grande São Paulo Até 1940*. São Paulo: Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

# Preservação da madeira: práticas brasileiras do passado e oportunidades de pesquisa para o futuro

Wood preservation: brazilian practices from the past  
and research opportunities for the future

CARLOS DION DE MELO TELES

Engenheiro de materiais e doutor em Arquitetura (USP-EESC)

E-mail edionteles@yahoo.com.br

OSNY PELLEGRINO FERREIRA

Engenheiro civil e doutor em Engenharia Civil (USP-EESC)

E-mail:osnypefe@sc.usp.br

## **RESUMO**

É feita uma revisão histórica do emprego de preservantes de madeira, da última década do século XIX a 1961, servindo de referência para restauradores e arqueologia arquitetônica no campo, bem como na identificação de oportunidades de pesquisa para comprovação e resgate de técnicas do passado. São citados o alcatrão vegetal, creosoto, sulfato de cobre, cloreto de zinco, bicloreto de mercúrio, pinturas à óleo, carbonização superficial, fluoreto de sódio, arseniato de cobre cromato, hidróxido de potássio ou sódio, cal, secagem adequada, lixiviação da seiva e abate em época do ano adequada.

**Palavras-chave:** Preservação de madeira; Patrimônio histórico; Materiais para construção

## **ABSTRACT**

This article presents the use of wood preservers from late XIX century to 1961, serving as a reference for heritage restorers and architectural archaeology, as well as for identifying research opportunities on testing and rescuing ancient techniques. The consolidated data shows that tar, vegetable tar, copper sulphate, zinc chlorate, mercury bi-chlorate, oils based painting, superficial carbonization, sodium fluoride, copper chrome arsenate, potassium hydroxide, sodium hydroxide, wood seasoning procedures, sap lixiviation and correct logging season.

**Keywords:** Wood preservation; Cultural heritage; Construction materials



A preocupação com a degradação das madeiras é, provavelmente, tão antiga quanto seu uso. Embora seja difícil localizar sua primeira iniciativa, Richardson (1978) apresenta uma interessante retrospectiva de sua prática no mundo ocidental. Ele atribui à *Bíblia* a primeira referência a uma técnica de preservação, onde Noé é instruído por Deus a passar piche por dentro e por fora da embarcação que suplantaria o dilúvio.

1 - HERÓDOTO, H.  
As histórias de  
Heródoto. [484-424  
aC]) apud  
RICHARDSON, B.A.  
Wood preservation.  
Landcaster: The  
Construction, 1978.

O grego Heródoto [1] (484-424 AC, apud RICHARDSON, 1978) foi um antecessor dos historiadores, tendo registrado muitos fatos de sua época, entre os quais a extração de óleos, alcatrão e resinas, que poderiam ter sido usadas na preservação. Há na obra de Heródoto descrições da operação de mumificação, que foram empregadas com sucesso na preservação de madeiras, séculos depois, por Boulton. O egiptologista Robert Brier narra alguns tipos de preservação de objetos de madeira encontrados em escavações do Egito antigo. Ainda segundo Richardson, há também evidências de preservação de madeira pelos chineses, no século 1 A.C., por imersão em água do mar. Também os romanos teriam usado cobre metálico como preservante, evidência encontrada em madeiras de antigas minas. O naturalista romano Pliny (23-79 A.C.) teria descrito mais de 48 essências úteis na preservação da madeira, entre as quais o bagaço de azeitonas, óleos de cedro, valeriana, *larch* e *juniper*. Já antes dos romanos era dito que Alexandre O Grande (356-323 AC) ordenara cobrir madeiras de pontes com óleo de oliva para protegê-las.

As Grandes Navegações trouxeram uma nova necessidade em preservação de madeiras. Na época de Vasco da Gama (1469-1524), segundo Richardson (1978), os portugueses carbonizavam a parte externa das embarcações para protegê-las de degradações por xilófagos marinhos. A degradação era tão grave que as embarcações da Companhia das Índias Ocidentais raramente fazia mais do que quatro viagens antes de serem inutilizados por degradação fúngica. Esta baixa duração se agravou na Inglaterra, quando no século XVIII a industrialização competia com as embarcações pelo uso das florestas remanescentes. No século XIX as companhias ferroviárias passam a competir também pela madeira para seu combustível, e enfrentam um grave problema: a madeira é tida como

o melhor material para dormentes dos trilhos, mas degradam muito rapidamente. Assim há um grande impulso na busca por preservativos industriais. Em 1810 a *Enciclopédia Britânica* trazia um verbete sobre preservação de madeira, com listas de preservativos originalmente publicados em 1770, por Sir John Pringle. Em 1842 cinco processos de preservação estavam estabelecidos: cloreto de mercúrio, sulfato de cobre, cloreto de zinco, sulfato e sulfito ferroso, além de creosoto. O *Quadro 1* traz uma breve cronologia adaptada de Richardson (1978).

**Quadro 1: Cronologia de citação ou patente de preservativos  
(baseado em RICHARDSON, 1978)**

Ano	Preservativo	Cientista	País
1705	Cloreto de mercúrio	Citado por Homberg	França
1767	Sulfato de cobre	De Boissieu e Bordenave	França
1815	Cloreto de Zinco	Thomas Wade	Inglaterra
1838	Creosoto	John Bethell	Inglaterra
1864	_____	Louis Pasteur anuncia que micro-organismos são os causadores do apodrecimento	França

#### A PRESERVAÇÃO DE MADEIRA NO BRASIL: DE 1880 A 1961

O que um profissional de restauro deve esperar encontrar como preservativos em madeiras do seu objeto de estudo? Pode-se dizer a idade de uma peça de madeira pelo seu preservativo? No caso de substituição de peças deterioradas por peças idênticas às originais, que preservativo utilizar? Que incompatibilidades podem-se prever entre reforços e preservativos? Estas são algumas perguntas que levaram à pesquisa bibliográfica em publicações ligadas à construção civil e marcenaria.

Apesar de abranger um período histórico mais restrito que o desejável, o presente trabalho deverá ser ampliado oportunamente, à medida que mais referências sejam encontradas e que comprovações de campo possam ser feitas.

Século XIX. Huguenin é um autor francês que adaptou um *aide-*

*mémoire* de engenharia alemã, da editora Hütte, para a realidade francesa. O exemplar consultado (HUGUENIN, 188?), da quarta edição, foi encontrado em Porto Alegre (RS), e data do final do século XIX (a referência mais recente no texto é de 1883). O autor, que tem como referência as condições na Europa, cita como 100 anos a duração média do cedro, durando 50 anos em situações de umidade, 300 a 400 em situações secas e indefinidamente quando submerso. Já a faia teria duração média de 75 anos e as coníferas 85 anos em média e 20 anos em situações de umidade.

Em 1905, outra publicação européia encontrada no Brasil é a obra de Figueiredo, sobre construções rurais. Nela há uma preocupação com sistemas aplicáveis nas zonas rurais, embora cite alguns mais complexos. Preocupado com os prejuízos causados pelas brocas nas madeiras recém abatidas, o anilhamento das árvores, procedendo da seguinte forma: no início da primavera retira-se o anel de súber, que irá impedir a passagem da seiva, um ao pé da árvore e outro por baixo das “pernadas” (ramificações de primeira ordem). Quando a árvore definhara e emurchecer, entre agosto e janeiro no calendário europeu, é derrubada. Desta forma provoca-se a absorção do amido disponível na seiva, diminuindo a propensão ao ataque de insetos à árvore.

Como medidas de conservação, são citadas a secagem além de injeções e indutos. Os produtos usados nas injeções são os seguintes:

- ◆ Sulfato de cobre: 1 a 5% em água;
- ◆ Sulfato de zinco: 1 a 3 % em água;
- ◆ Sublimado corrosivo (outro nome do bicloreto e mercúrio, também chamado antigamente de protocloreto de mercúrio): 0,2 a 0,5% em água;
- ◆ Creosoto;
- ◆ Formol: de 0,4 a 0,6%.

Apontada a dificuldade de se usar autoclaves na realidade rural, Figueiredo (1905) propõe a imersão por cerca de oito dias na solução escolhida.

Como indutos, usados para cobrir a superfície da madeira, são indicados o pez, o alcatrão, o asfalto e o coaltar ou piche ou “borra do gás”. É interessante lembrar que embora o asfalto e o coaltar sejam hoje

tipicamente produtos de petróleo, antes da difusão do petróleo o alcatrão e o piche eram originários do pez de coníferas. Já a borra do gás é provavelmente um subproduto da produção de gás de iluminação utilizada na época, a partir de carvão mineral. Figueiredo também recomenda a carbonização superficial as partes da madeira ficarem enterradas.

As pinturas são outra forma preventiva. “A tinta, de um óleo secativo (óleo de linhaça) com uma substância sólida, pulverizada constitui um revestimento preservativo contra inséctos e micróbios” (p. 79).

Apesar de não serem aplicáveis na zona rural, Figueiredo cita ainda dois processos, sendo um de secagem rápida e outro por impregnação:

1º expondo as madeiras em estufas a 40 e 50°C, ‘para solidificar a seiva’. Mas a evaporação rápida é inevitável e d’aí resulta empenárem. 2º mergulhando-as ‘em água corrente límpida, durante 3 a quatro meses.’ 3º metendo-as em água quente, a 30°C por espaço de 3 a 4 dias. Estes dois últimos tornam a madeira ‘muito leve’ mas roubam-lhe ‘a dureza e a resistência’, e em operação complementar expõe-se a uma ventilação moderada. (p. 78)

O processo do Sr. Nodon-Bertoneau, denominado senilisação, é preconizado no estrangeiro: as madeiras são submetidas a uma corrente elétrica energética, por meio da qual (...) se extrai a seiva, injectando-se imediatamente uma substancia antiséptica ou incombustível. A solução usada é de boro-resináto neutro de sódica, que se conserva a 30 ou 40°C (...). A corrente atravessa toda a espessura das peças de madeira interpóstas a laminas de chumbo. A operação faz-se no prazo d’algumas horas (...) (La Nature, 7-10º - 1889). (p. 78)

Outro trabalho, um tratado de construções civis, é publicado por Barberot em 1920. Nesta época a França exercia grande influência no Brasil, motivo pelo qual se inclui seu livro nesta revisão, cujo exemplar foi encontrado no Rio de Janeiro. São sugeridos:

- ♦ Secagem por dois anos para uso em carpintarias e quatro anos para uso em marcenarias;
- ♦ Abate da árvore em época adequada (na Europa, de 15 de novembro a 15 de dezembro);
- ♦ Flotação de três a quatro meses em água doce, para madeiras duras (como o carvalho);
- ♦ Secagem artificial à temperaturas de 30 a 40°C para angiospermas e de 80 a 95°C para coníferas;
- ♦ Secagem em estufa com fumaça, em particular para madeiras que contenham o ácido pirolenhoso (carvalho, faia, noqueira, olmo etc.) A albumina da seiva é expulsa, dando lugar ao “elemento conservador obtido naturalmente” (p.900);
- ♦ Carbonização superficial formando uma camada que contém creosoto;
- ♦ Injeções de cloreto de zinco, sulfato de cobre, protocloreto de mercúrio ou creosoto (indicando detalhes da operação);

Sobre o abate em época adequada, podemos apoiar esta recomendação no estudo atual (LIMA *et al.*, 2002), que mostra claramente a variação de açúcares na seiva e em diferentes partes de seringueiras (*Hevea brasiliensis* Müll. Arg.) entre o inverno e o verão. Embora a madeira da seringueira não seja comumente utilizada, a variação dos açúcares pode servir como indicio para outras espécies, sendo esses atrativos aos insetos.

Para conservação de madeiras já trabalhadas Barberot sugere ainda:

- ♦ A aplicação de pinturas a óleo;
- ♦ Zarcão (na época, o óxido de chumbo  $Pb_3O_4$ );
- ♦ “Goudron” ou “alcatrão destilado de vegetais, ossos ou hulha” (dicionário Petit Robert);
- ♦ “Coaltar” ou alcatrão de hulha;
- ♦ Esterilização dos “fermentos de destruição” pela secagem ou pela injeção de antisépticos.

Entre as páginas 53 e 55, são recomendados os seguintes processos preservantes:

- ♦ Pinturas a óleo;
- ♦ Revestimento à quente com uma fina camada de alcatrão de *poix* - emulsão aquosa do resíduo de destilação da terebintina, obtida de árvores resinosas coníferas, como o pinho (ALTIF, 2006).  
Espécie de pez.
- ♦ Terebintina: contra os “vermes”, pincelar uma camada de terebintina;
- ♦ Lixívia e sal: contra os “vermes”, pincelar uma camada de lixívia cáustica (normalmente hidróxido de potássio) e sal de cozinha “26p. pour 3p” - provavelmente proporção em peso.
- ♦ Tabaco e alcatrão: pincelar com um induto composto de galhos de tabaco em alcatrão.

“Em casos onde a duração da madeira é de uma importância capital, podemos, após tê-las secado, as impregnar com os antissépticos seguintes” (p.54, tradução livre):

- ♦ Sulfato de cobre: uma parte para 50 partes de água, injetado à uma pressão de oito a dez atmosferas;
- ♦ Cloreto de zinco: uma parte para 24 de água. Mergulhar a madeira em vapor durante uma a duas horas, no vácuo de uma a duas horas e meia, e na solução durante uma a duas horas, a oito atmosferas;
- ♦ Protocloreto de mercúrio: uma parte para 50, submergir a madeira de oito a nove dias na solução;
- ♦ Creosoto: submeter ao vácuo durante uma hora e em seguida na solução por duas horas, a oito atmosferas.

Em outra publicação, Pinheiro ([191?], p.259-271) aborda a madeira como material de construção. Cita como métodos “profiláticos”:

- ♦ Descascar a árvore depois de abatê-la; lavar por quatro meses em água; proceder a secagem. Sugere também a lavagem à vapor, mais rápida, porém aponta uma perda de resistência da madeira;
- ♦ Abate das árvores em época adequada. “São

contraditórias as opiniões acerca da época do ano mais favorável para o corte das árvores (...). Uma grande maioria indica, porém, o outono ou o começo do inverno como época mais propícia (...).” (p. 319)

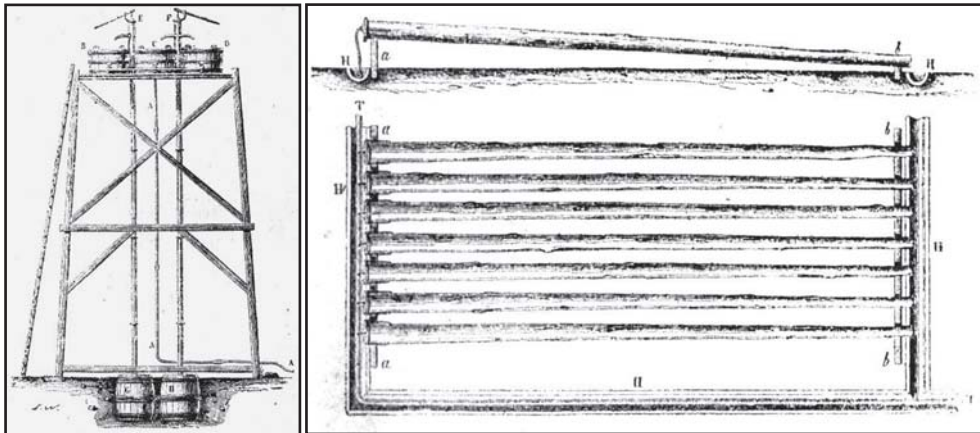
Para proteção da madeira em obra Pinheiro [191?] propõe:

- ♦A aplicação de indutos (alcatrão, tintas e vernizes);
- ♦A injeção de substâncias “antisépticas” (creosoto, sulfato de cobre, cloreto de zinco ou bicloreto de mercúrio);
- ♦A “vulcanização” da madeira, por autoclavagem em ar quente pressurizado por oito horas. Ressalva todavia que “seus resultados têm sido por vezes contraditórios”;
- ♦A carbonização superficial, “método mais antigo usado em peças enterradas satisfatoriamente desde a Grécia antiga”. Acrescenta que “este método aplicado a navios não teve grande sucesso na marinha da Inglaterra.”



Figura 1 – Método Boucherie original, onde se aproveita a evapo-transpiração da árvore para injetar-lhe uma solução de sulfato de cobre, antes do abate. (PINHEIRO, [191?])

Pinheiro [191?] chega a descrever as formas correntes de aplicação, incluindo usando o mecanismo de evapo-transpiração das plantas (*Figura 1*), por gravidade e sob pressão (*Figura 2*). Também discorre sobre a diferença entre o creosoto proveniente da destilação da madeira (que contém “parafina e ácido fênico”) e o proveniente da destilação do carvão de mineral (que contém “naftalina e ácido fênico”). Alerta também para a grande toxicidade do bicloreto de mercúrio.



**Figura 2 – Sistema de tratamento de postes segundo a evolução do método Boucherie. À esquerda a disposição dos postes em vista lateral e superior, onde um tubo é ligado à base do poste por meio de um flange estanque. À Direita, torre de cerca de dez metros para proporcionar pressão à solução de sulfato de cobre. (PINHEIRO, [191?])**

Em 1928, é publicada a primeira edição de *Materiales de Construcción*, do engenheiro M. Foerster, da qual consultamos a terceira edição, de 1942. Cita, como fonte de degradação, os fungos. Sugere, antes de tudo, que se use madeira de boa qualidade e que seja mantida em local seco. Como meios de preservação superficial, cita (p.166):

- ♦ Envernizamento com óleo de linhaça;
- ♦ Pinturas a óleo;
- ♦ Alcatrões de madeira ou hulha, com resina (não precisa que resina);
- ♦ Alcatrão de madeira misturado com cal apagada;
- ♦ Carbolíneo, “*antinonnina*” (provavelmente sulfeto de antimônio) e “*isol*”, um “isolante líquido elástico, resistente a ácidos e bases” (provavelmente um nome comercial);



Como protetivos de impregnação, aponta (p. 166 a 168):

- ◆ Óleo de creosoto (“óleo de alcatrão com 6 a 10% de ácido fênico”);
- ◆ Cloreto de zinco, sob pressão;
- ◆ Sulfato de cobre, por evapo-transpiração da planta (método Boucherie);
- ◆ Cloreto de mercúrio, ressalvada sua toxicidade;
- ◆ Caparrosa verde [2] e sulfato de alumina, seguido de cloreto de cálcio e leite de cal (“procedimento Hasselmann”).

2 - Segundo Berst (1942) a caparrosa azul é o sulfato de cobre. Supõe-se daí que a caparrosa verde possa ser o sulfato ferroso, que possui esta cor. Segundo o Diccionario della lengua española, da Real Academia Española, seria corante de tinturaria, sulfato ferroso.

Cita ainda mais três métodos:

- ◆ A carbonização superficial, todavia pondo em dúvida sua eficácia. Sugere para melhorá-la revestir as superfícies com argila, alcatrão, chapas de aço, etc.
- ◆ Lixiviação (lavagem) da seiva em água corrente;
- ◆ Lavagem da seiva por vapor.

Outra referência é o Manual del Ingeniero Constructor, organizada por F. Schleicher em 1948 e encontrada no Rio de Janeiro. É uma obra de grande abrangência nas áreas de engenharia civil, e por isto breve no tópico que nos interessa aqui. Nas paginas 430 e 431, Otto Graf traz recomendações quanto à proteção da madeira contra “putrefação e insetos”, estando em grande parte ligadas à evitar a umidade na madeira. O abate de árvores durante o outono ou inverno é justificado para evitar o ataque de fungos.

Como protetivos, são recomendados tratamentos com:

- ◆ Carbolíneo (destilado leve do alcatrão de hulha);
- ◆ Xilamón (nome comercial de um produto, cuja fórmula pode ter mudado com o tempo);
- ◆ Pinturas impermeáveis sobre madeira seca, e bem conservada (pintura sem gretamento).

Sugere a “a impregnação em forma e momento adequado”, sem detalhes, mas referindo-se algumas fontes para maiores referências.

Marcellini [195?], em seu manual de marcenaria, propõe que as

madeiras expostas ao ar sejam protegidas com vernizes, mastiques (“resina vegetal extraída de certas anacardiáceas, especialmente da aroeira”) [3] ou alcatrão. Já para madeiras enterradas sugere a carbonização superficial ou injeções de sulfato de cobre, cloreto de zinco, pirolenhito de ferro ou creosoto. Se o foco for eliminar insetos, adiciona o bicloreto de mercúrio à lista.

3 - dicionário  
PRIBERAM

Já em 1961, a ampla compilação de Argentièr e outros, o *Novíssimo Formulário Industrial*, traz na página 291 informações chegando a detalhar as concentrações de produtos e forma de aplicação. São os preservativos nele apontados:

- ◆ Bicromato de Cobre, que “reage rapidamente e se transforma em cromato básico de cobre, pouco solúvel”;
- ◆ Bicloreto de mercúrio, aplicado por imersão;
- ◆ Óleo de alcatrão, contra o emboloramento;
- ◆ Soluções em água de sais de cobre zinco e mercúrio;
- ◆ Fluoreto de sódio;
- ◆ Fluossilitados de zinco e magnésio, apontados como lixiviáveis;
- ◆ Cloreto de zinco, ressaltando que, ao estabilizar, gera ácido clorídrico, que pode atacar conectores de ferro;
- ◆ Bicromato de potássio, aplicado com fluoretos alcalinos, arseniato sódico e nitrofenóis;

Focando em construções rurais, o prof. Carneiro publicou a 6ª edição de sua obra em 1961. A parte que trata de preservação de madeiras conta com contribuições do dr. Paulo Ferreira de Souza e dr. Felipe Cabral de Vasconcelos. Divide os tratamentos em superficiais e de impregnação. Entre os tratamentos contamos:

- ◆ Carbonização superficial: indicada para madeira enterrada no solo;
- ◆ Pintura com creosoto ou piche: usados aquecidos ou diluídos para melhor penetração;
- ◆ Pintura à base de óleo, em especial com zarcão;

- ♦ Sulfato de cobre, 1% em água (evitar contato com ferro);
- ♦ Solução de cal, de 5 a 8% em água;
- ♦ Biclreto de mercúrio, 0,6% em água;
- ♦ Fluoreto de sódio;
- ♦ Cloreto de zinco;
- ♦ Creosoto ou óleo creosotado;
- ♦ Processo Wolman: impregnação industrial com CCA (Arseniato de cobre cromato)
- ♦ Cal (20kg), Sulfato de Cobre (1kg), Arseniato de Cálcio (250g), água (100 litros quando pincelado, 150 litros se empregada pulverização).

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Mesmo sem cobrir todo o universo de publicações do período, serão feitas análises considerando representativa a população apresentada.

Podemos considerar o número de citações como indício de comprovação de sua eficácia, condicionada a outros fatores como disponibilidade do produto, publicidade, entre outros. Não será uma prova de que os preservantes pouco citados não seriam eficazes, mas somente que os mais citados seriam mais comprovados. Podemos ver no *Quadro 2* os preservantes citados mais de uma vez entre as obras consultadas.

**Quadro 2: Preservantes citados mais de uma vez nas obras estudadas**

Nº Citações	Preservativo
8	Biclreto de mercúrio
8	Creosoto
8	Sulfato de cobre
7	Cloreto de zinco
5	Alcatrão superficial ou derivados
5	Carbonização superficial
5	Tintas, pinturas à óleo
4	Lavagem em água corrente
3	Abate da árvore em época adequada
2	Fluoreto de sódio
2	Lavagem à vapor
2	Secagem adequada
2	Zarcão (Pb <sub>3</sub> O <sub>4</sub> )

Podemos também considerar a longevidade do uso de um produto como fator de comprovação de sua eficácia, também condicionada com outros fatores já citados. Neste caso, os produtos recomendados por mais anos, da sua primeira citação à última, indicaria sua eficácia e disponibilidade ao uso. Todavia quando um produto cai em desuso não implica necessariamente em ineficácia. Existem outros condicionantes que provocam uma mudança de preferências, como a disponibilidade de outro produto substituto de mais fácil aplicação ou disponibilidade; fatores comerciais como royalties; fatores técnicos como a popularização dos conectores metálicos, passíveis de corrosão por alguns preservantes; fatores econômicos, implicando na exploração ao longo do ano todo ou na venda sem secagem da madeira; entre outros. No *Quadro 3* vemos a cronologia das citações dos preservantes entre as obras consultadas.

Ainda é interessante observar os preservantes citados apenas uma vez. Seu desconhecimento nas demais obras não implica em ineficácia,

**Quadro 3: cronologia de citação dos preservantes**

Preservante	[188?]	1905	[191?]	1920	1942	1948	195?	1961
Bicloreto de mercúrio								
Creosoto								
Sulfato de cobre								
Cloreto de zinco								
Alcatrão superficial ou derivados								
Carbonização superficial								
Tintas, pinturas à óleo								
Lavagem em água corrente								
Abate da árvore em época adequada								
Fluoreto de sódio								
Lavagem à vapor								
Secagem adequada								
Zarcão (Pb <sub>3</sub> O <sub>4</sub> )								

que entre outros fatores, podem ser métodos regionais, sem comprovação da comunidade científica, sem distribuição comercial eficaz ou com preços proibitivos. Vemos no *Quadro 4* os preservantes menos citados entre as obras consultadas.

**Quadro 4: Preservantes menos citados**

Preservativo	Autores
Terebintina	Huguenin (188?)
Lixívia e Cloreto de Sódio	Huguenin (188?)
Tabaco e alcatrão	Huguenin (188?)
Sulfato de zinco	Figueiredo (1905)
Formol	Figueiredo (1905)
Asfalto, piche, borra do gaz	Figueiredo (1905)
Processo Nodon-Bertoneau	Figueiredo (1905)
Vulcanização da madeira	Pinheiro (191?)
Secagem com fumaça	Barberot (1920)
Óleo de linhaça	Foerster (1942)
Alcatrão de madeira misturado com cal apagada	Foerster (1942)
Carbolíneo, antinonnina e isol	Foerster (1942)
Caparrosa verde, sulfato de alumina, cloreto de cálcio e leite de cal	Foerster (1942)
CCA (Arseniato de cobre cromato)	Carneiro (1961)

#### CONCLUSÕES

Quando o leitor analisar os dados apresentados, deve estar atento à mudança da nomenclatura com o tempo. Alcatrão e creosoto tendem a ter origem predominantemente vegetal nas referências mais antigas, porém sua produção passou a ser predominante da hulha ou petróleo mais recentemente. A evolução do processo de destilação e a valorização de outros produtos da hulha e petróleo fizeram com que fossem subtraídos vários compostos do alcatrão e o creosoto, empobrecendo-os.

Mesmo o alcatrão vegetal, que tem entre seus elementos ativos o ácido pirolenhoso, pode ter diferentes efeitos dependendo de sua origem. Uma origem tradicional é o pinho e outras coníferas resinosas. Costa *et al.* (2003) mostram em seu estudo que a eficácia do ácido

pirolenhoso varia conforme a espécie que lhe dá origem. Segundo Paes et al. (2002) o creosoto vegetal, quando originado de árvores folhosas, possui inclusive um caráter ácido, que pode ser danoso às ferragens empregadas na madeira tratada.

As tintas superficiais tradicionais empregavam o óleo de linhaça, de notado efeito preservante, muitas vezes tendo como pó secante o litargírio (PbO), seguramente pouco atrativo a insetos. Muitas vezes ainda era adicionado o zarcão (Pb<sub>3</sub>O<sub>4</sub>), também um composto de chumbo. Assim, esta tinta tende a ter um efeito preservante mais eficaz do que as atuais tintas industrializadas.

O próprio óleo de linhaça hoje vendido nas lojas de tintas não é mais o óleo de linhaça que se empregava: apresenta-se misturado ao óleo mineral e outros componentes.

Quanto à evolução dos preservantes no período estudado, pode-se perceber que as técnicas de secagem, abate em época adequada e lavagem em água corrente deixam de ser citadas a partir de um período. CCA e o fluoreto de sódio só são citados em 1961, enquanto outros aparecem durante todo o período.

Do ponto de vista de arqueologia arquitetônica, vemos os principais preservantes foram empregados durante longos períodos, dificultando sua datação. Outros, como o CCA e o Fluoreto de Sódio somente são encontrados mais recentemente. Eventualmente o presente estudo poderá ser ampliado, buscando datar quando caíram em desuso o bicloreto de mercúrio, o sulfato de cobre e o cloreto de zinco, servindo assim de referência para datação. Já outros métodos sequer deixam marcas veementes, como a lavagem em água corrente, o abate em época adequada e a secagem.

No caso do patrimônio rural, o uso de recursos disponíveis na própria fazenda versus insumos industrializados poderá ser ligado aos períodos históricos de maior autonomia versus períodos de maior facilidade de comércio. É sempre interessante consultar a biblioteca da fazenda sobre publicações técnicas que possam ter influenciado as práticas locais. Fontes de informação orais também podem contribuir com dados relevantes.

Do ponto de vista de oportunidades para pesquisa, é preciso acrescentar aos dados apresentados mais informações sobre a toxidade, o im-

pacto ambiental e os custos atualizados dos métodos. Do ponto de vista ambiental podem representar boas oportunidades:

- ♦A pintura a óleo de linhaça, substituindo o pó secante por outro menos tóxico;
- ♦Óleo de linhaça puro;
- ♦Carbonização superficial;
- ♦O alcatrão, creosoto ou carbolíneo de origem vegetal com comprovada eficácia, com tabaco ou não;
- ♦Terebintina;
- ♦A lixiviação de seiva com água;
- ♦O abate em época adequada;
- ♦Lixívia com cloreto de sódio;
- ♦Soluções de cal, com ou sem outros sais, precavendo contra a provável oxidação dos conectores;
- ♦Soluções de sulfato de cobre ou cloreto de zinco, em locais onde não houver lixiviação e tomadas as precauções quanto à oxidação dos conectores. [4]

4 - Agradecemos às professoras Maria Ângela Bortolucci e Akemi Ino pelo apoio na formalização deste artigo.

#### *REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ARGENTIÈRE, R. et al. *Novíssimo Formulário Industrial*. São Paulo: LEP, 1961.

ATILF - *Laboratoire D'analyse Et Traitment De La Langue Française Lexilogos*: dictionnaire français. Disponível em:<[http://www.lexilogos.com/francais\\_langue\\_dictionnaires.htm](http://www.lexilogos.com/francais_langue_dictionnaires.htm)>. Acesso em: 17 de junho de 2006.

BARBEROT, E. *Constructions Civiles*. Paris: CH Béranger, 1920.

BERST, J. *Recetario Industrial y Domestico: 17.000 Recetas y Métodos Aplicables a Todas Las Industrias, Artes y Ofícios y Al Alcance De Todos*. Buenos Aires: Montesó,1942.

BORDALLO, T. *Biblioteca de Instrução Profissional: Materiais de Construção*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, [191?].

BRIER, R. *History of Ancient Egypt*. Chantilly: The Teaching, [199?]. 24 CDs.

CARNEIRO, O. *Construções Rurais*. 6.ed. São Paulo: Carioca, 1961.

COSTA, A. et al. "Estudo comparativo entre produtos químicos

preservantes e licores pirolenhosos na inibição de fungos emboloradores”.

*In: Brasil Florestal*, Brasília, n.75, jan. 2003.

FIGUEREDO, A. *Construções Rurais: Habitações Estábulos, Oficinas e Arrecadações Agrícolas*. Porto: Chardron, 1905.

FOERSTER, M. *Materiales de Construcción*. 3.ed. Buenos Aires: Labor, 1942. (Manuales Técnicos Labor, 34).



# Em busca do patrimônio intangível: dificuldades, estratégias e caminhos para a reconstrução do patrimônio imaterial das fazendas históricas paulistas

Aiming for the intangible heritage: difficulties, strategies and solutions to rebuild the immaterial heritage from the historical farms from São Paulo

OLGA RODRIGUES DE MORAES VON SIMSON

Socióloga e pesquisadora do Centro de Memória-Unicamp (CMU)

E-mail: simson@superig.com.br

## **RESUMO**

Depois de reconstruir o processo de constituição da noção de patrimônio intangível ou imaterial em nosso país, mostrando os principais estudiosos que buscaram sua construção, registro e a inserção dessa preocupação na Constituição de 1988, o texto busca mostrar como o projeto Fazendas Históricas Paulistas vem trabalhando essa questão, ao tentar reconstruir o patrimônio imaterial de cada fazenda, através de depoimentos orais colhidos com proprietários e/ou trabalhadores que vivem há muito tempo na propriedade.

**Palavras-chave:** Fazendas históricas; Patrimônio imaterial ou intangível; História oral

## **ABSTRACT**

After the effort to recreate the concept of an intangible or immaterial heritage in Brazil, highlighting the most famous experts that aimed for its construction, register and insertion in the 1988's Constitution, this present study aims to report how the project "Fazendas Históricas Paulistas" have been working with this subject while trying to rebuild the immaterial heritage of each farm through oral speeches of the farm's owners and workers who have spent a large time on those properties.

**Keywords:** Historical farms; Immaterial or intangible heritage; Oral history

A preocupação com o conhecimento e registro do patrimônio imaterial ou intangível [1] em nosso país já é bem antiga. Mário de Andrade na famosa expedição que realizou ao Nordeste brasileiro, nos anos 30 do século passado, foi pioneiro na busca, registro e incentivo às criações populares no âmbito dos ritos, da música, da dança, dos hábitos, das crenças e do folclore, constituintes de um rico patrimônio imaterial, até então desconhecido e pouco valorizado. Seu livro *O Turista Aprendiz* inaugura a discussão sobre o tema da cultura imaterial em nosso país, ao registrar os contatos que manteve com os mestres da cultura popular nordestina, no grande esforço de conhecer os modos de fazer nos ritos, na música, na dança, na culinária, nos ofícios e nos costumes, todos eles aspectos constituintes dessa riquíssima diversidade do nosso patrimônio intangível. Mário de Andrade foi precursor de uma atitude que considera que não são os objetos os elementos mais importantes na cadeia do patrimônio, mas sim as maneiras de fazer, isto é, o processo envolvido na sua produção.

A atuação desse intelectual junto ao Departamento de Cultura de São Paulo foi inovadora, pois desenvolveu uma proposta avançada de recolha do patrimônio intangível, ao já utilizar nos anos 30 e 40 do século passado, as então novíssimas tecnologias de registro sonoro e de filmagem, visando a captação e a salvaguarda [2] de documentação original sobre as mais diversas formas de manifestação cultural das classes populares do nosso país.

Outros intelectuais o sucederam nessas preocupações como Aluísio Magalhães que criou o CNRC (Centro Nacional de Referências Culturais) no início dos anos 80 e introduziu o debate sobre processos de homogeneização cultural, de assimilação de práticas culturais externas e sobre a influência das transformações provenientes de inovações tecnológicas em diversos aspectos da cultura nacional. Uma das grandes conquistas de Magalhães foi a introdução de um novo conceito de patrimônio cultural que abrangia também “o gesto, o hábito, a maneira de ser da nossa comunidade”, [3] conseguindo dessa forma estender a proteção legal ao patrimônio intangível ou imaterial, até então não reconhecido e podendo abranger assim aspectos das culturas populares e dos cultos afro-brasileiros.

Luís da Câmara Cascudo realizou trabalho hercúleo cobrindo du-

1- *Intangível é o termo cunhado pelos ingleses (intangible heritage) para falar do patrimônio imaterial, buscando distinguir essa herança imaterial daquelas que já estavam contidas nas convenções da Unesco, sob a forma de patrimônios materiais, sejam eles arquitetônicos ou naturais.*

2 - *Salvaguarda é o termo utilizado, quando tratamos do patrimônio intangível ou imaterial, para substituir preservação, que poderia sugerir a idéia de museificação, inapropriada para manifestações tão dinâmicas e mutáveis, como as da cultura. Salvaguardar significa procurar garantir a manutenção dos meios que possibilitam a produção e a manifestação dos bens imateriais*

3- *Magalhães, A. 1985, p.6*

rante décadas a diversidade cultural nordestina. Também a Fundação Joaquim Nabuco, através dos pesquisadores de seu Centro de Estudos Folclóricos, tem tido papel relevante nas pesquisas que mapearam e registraram a riqueza cultural de Pernambuco. Assim, aos poucos, foi se constituindo, com o apoio dos antropólogos que enfatizavam a importância da nossa diversidade cultural, uma consciência difusa o que resultou na inclusão na Constituição de 1988 de referências ao patrimônio cultural brasileiro, entendido como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos”. ( Brasil. Constituição de 1988)

Em 2000 o país realizou um importante avanço nessa questão ao aprovar o Decreto 3.551 que criou o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem o patrimônio cultural brasileiro e se antecipou à Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial realizada em Paris em 2003.

Existem muitas definições de patrimônio imaterial ou intangível, mas a que mais se adequa ao tipo de trabalho que realizamos é aquela que salienta que ele é fruto da vida em sociedade. Assim, para que ele exista e possa ser captado, é necessária a presença de uma comunidade com intensa vida social capaz de gerar manifestações culturais como ritos, festas, quermesses, novenas, crenças, romarias que produzam músicas, danças, poesias, rezas, criações nas artes plásticas, no artesanato e no folclore local.

A pesquisa em fazendas históricas paulistas tem se preocupado em captar esse patrimônio imaterial, ainda existente no meio rural paulista e quando, por motivos vários, sua força no presente, se mostra débil ou inexistente, temos trabalhado com a memória dos atores sociais que viveram na fazenda, no auge de sua vida econômica e social para reconstruirmos e registrarmos a riqueza que esse patrimônio imaterial teve no passado.

Com o auxílio do método biográfico ou da história oral, [4] entrevistamos o proprietário e também o funcionário que há mais tempo vive na propriedade, com o objetivo de recuperarmos a memória da vida social passada e da riqueza patrimonial que ela produziu, através de enfoques provenientes de duas classes sociais diversas.

*4 - História oral é a metodologia qualitativa que se vale da memória de informantes selecionados para reconstituir oralmente e registrar através de áudio-gravação ou filmagem, aspectos do passado não contidos em outros suportes. Ela apresenta várias técnicas como: História de Vida, Depoimento Oral, Relato Oral ou Entrevista, que são utilizadas de acordo com os objetivos da pesquisa que se pretende realizar.*

Também nos preocupamos em saber se existem iniciativas, por parte do proprietário ou do poder público municipal, visando a divulgação do patrimônio intangível produzido localmente, tanto para crianças e adolescentes que visitam a propriedade histórica, como para grupos de adultos e idosos que a procuram, no intuito de rever aspectos do passado que foram importantes para familiares, amigos ou vizinhos de mais idade.

Essa recuperação do patrimônio intangível ainda presente nas fazendas históricas e que constitui a alma desses espaços arquitetônicos que datam dos séculos XVIII ou XIX não é nem rápida e muito menos simples. Em primeiro lugar, faz-se necessário construir uma relação de confiança, tanto com o proprietário, como com o funcionário que há mais tempo reside na fazenda, pois nos interessa enxergar esse passado, definidor das marcas culturais formadoras do patrimônio imaterial, através do olhar de pelo menos duas classes sociais, ainda ali presentes e que foram as construtoras da riqueza econômica, social e cultural paulistas.

#### DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS REALIZADOS EM CAMPO

Nas visitas técnicas que realizamos às propriedades históricas, fazemos uma rápida passagem pelo patrimônio arquitetônico preservado e escolhemos um local mais calmo e isolado solicitando então ao proprietário que nos indique o funcionário mais antigo, ainda vivendo no local, para colhermos sua história de vida na fazenda. Enquanto nossos colegas, que se preocupam com a localização e registro do patrimônio tangível, observando, medindo, fotografando e filmando a riqueza material ainda presente na propriedade, nós mergulhamos no seu passado recente para, junto com o trabalhador rural local, reconstruirmos como se deu a vida social na propriedade e quais foram os tempos importantes para festejar a boa colheita, para agradecer benesses aos santos padroeiros ou orar fervorosamente na pequena capela, quando secas prolongadas ou pestes ameaçadoras, colocavam em risco esse viver simples e ligado a terra.

A primeira parte dessa coleta de dados é constituída de uma explanação ao trabalhador rural sobre a importância da reconstrução dos aspectos imateriais do passado recente, que não estão mais presentes de maneira concreta, pelo desmonte da comunidade de trabalho que dava vida à propriedade cafeeira e da qual ele muitas vezes é o único remanescente.

Explicamos a ele que é na riqueza da sua memória que se mantêm presentes e ainda vivos os aspectos desse viver interiorano e que contamos com sua paciência e participação para que, através dos fragmentos de memória que ele consiga reconstruir, possamos ter uma idéia, ainda que aproximada, de como foi o viver social local no auge da produção cafeeira.

Quando nossos colegas, encarregados da localização e registro do patrimônio material móvel, localizaram fotos antigas que focalizam as atividades de caráter mais comunitário como, por exemplo, o beneficiamento do café, as festas do fim da colheita, as novenas e quermesses, nós as utilizamos como detonadoras do processo de rememoração do nosso entrevistado, conseguindo assim construir indagações mais adequadas à realidade local e datar melhor as várias fases por que passou a propriedade estudada.

Dessa maneira, geralmente conseguimos colher um depoimento que alterna rememorações prazerosas do passado, com constatações sofridas da pobreza cultural da vida social contemporânea, nas propriedades históricas visitadas e a manifestação do prazer, que esse trabalhador diz encontrar, ao relatar para crianças e adolescentes, como era o viver nos espaços que eles hoje vêm conhecer. Os trabalhadores entrevistados muitas vezes também falam da realização que encontram ao liderar os passeios eqüestres e as cavalgadas, realizados com os hóspedes pelos caminhos e trilhas da fazenda, que ele tão bem conhece.

Após uma boa refeição, em que degustamos as delícias locais e nos preocupamos em reconstruir com a proprietária, os modos de fazer, dos pratos típicos da fazenda e da doçaria regional, ágape sempre seguido de um delicioso cafezinho, coado a partir dos grãos, cultivados, torrados e moídos na propriedade, chega o momento de convidarmos o fazendeiro ou a proprietária (no caso de uma viúva responsável pela fazenda), para nos sentarmos nos amplos terraços, que via de regra circundam a casa sede, para uma longa conversa. É nesse papo, de caráter mais informal, que procuramos reconstruir a memória familiar, invariavelmente entrelaçada a história da propriedade agrícola, porque são elas que nos fornecem as chaves para o entendimento do patrimônio imaterial, tanto o de origem popular, como também aquele produzido pelo grupo familiar. Este se

encontra muitas vezes registrado em álbuns fotográficos ou em cadernos de poesia ou de cantigas, as manifestações culturais informais que animavam as noites na fazenda, ainda antes das vitrolas e da televisão.

Esses depoimentos, (construídos com o apoio de um roteiro orientador, para que se tornem documentos comparáveis em nossas posteriores análises de caráter histórico-sociológico) são gravados digitalmente e depois transcritos com o auxílio dos técnicos do LAHO (Laboratório de História Oral) do Centro de Memória-Unicamp (CMU). Eles se transformam assim, em documentos escritos, que permitirão a realização de análises temáticas e de conteúdo, ambas preciosas para a construção de um conhecimento novo sobre tais espaços de caráter privado, que eram inacessíveis aos pesquisadores, antes do convênio, realizado entre as quatro universidades públicas (Unicamp, USP, Unesp e UFSCar) e a Associação das Fazendas Históricas Paulistas e que deu origem à presente pesquisa.

Dessa maneira nosso arquivo já contém cerca de quarenta depoimentos orais cobrindo a primeira fase do projeto e se ampliará, nessa segunda fase, quando pesquisaremos propriedades da zona da Mogiana, ao Nordeste do Estado de São Paulo, já na divisa com Minas Gerais, além de algumas fazendas históricas do Vale do Paraíba.

Uma outra preocupação do nosso grupo, que pesquisa o patrimônio imaterial, é a de saber como os aspectos do patrimônio intangível se fazem presentes nas ações de turismo cultural e de educação patrimonial, promovidas pelas fazendas históricas pesquisadas.

#### TIPOLOGIA DAS FAZENDAS PESQUISADAS

Ao longo da pesquisa conseguimos construir uma tipologia das fazendas integrantes da pesquisa que podem ser agrupadas em três grandes tipos:

A) Aquelas que possuem um patrimônio material e imaterial significativo, em fase de pesquisa e registro. Tais propriedades se encontram em fase de organização para receber turistas e escolares, mas ainda não iniciaram a divulgação da sua riqueza cultural e desejam uma assessoria especializada da universidade, através da presente pesquisa, para realizar essa

tarefa com competência e qualidade.

*B)* Aquelas que, tendo seu patrimônio cultural (material e imaterial) pesquisado e registrado, já se organizaram e iniciaram timidamente processos de divulgação atraindo localmente grupos interessados em conhecer a propriedade e desfrutar de um turismo tipo *'day use'* explorando seus espaços e vivenciando algumas atividades culturais. Gostariam de receber orientação da equipe de pesquisadores para melhorarem o acolhimento aos visitantes e proporcionarem a eles vivências culturais mais significativas. Algumas dessas propriedades já recebem turistas (principalmente estrangeiros) que permanecem por todo um fim de semana, acompanhando as atividades realizadas na fazenda, vivendo nos quartos desocupados da casa-sede e se alimentando à mesa com os membros da família proprietária, numa modalidade turística denominada *'turismo de habitação'*. Também costumam receber crianças e adolescentes, trazidos pelas escolas dos municípios vizinhos que experimentam uma educação patrimonial orientada por professores locais ou pelo proprietário, que possui formação universitária. Quando os grupos de visitantes são muito numerosos os fazendeiros costumam contratar estudantes universitários da região para realizar, na função de estagiários/monitores, as explicações de caráter histórico dos acervos patrimoniais de caráter material e imaterial. Como exemplo, desse tipo de propriedade, temos a Fazenda Mandaguahy de Jaú, a Fazenda Quilombo de Limeira ou a Chácara do Rosário de Itu.

*C)* O terceiro tipo de fazenda identificado, reuni as propriedades que investiram capital significativo e adaptaram seus espaços para o recebimento de hóspedes, se transformando em *'hotéis-fazenda'*. Elas oferecem hospedagem de alto nível, acompanhada de atividades como *trecking*, por trilhas especialmente preparadas, cavalgadas diurnas e ao luar ou, até mesmo, expedições de vários dias, a cavalo, para conhecer o interior do estado e outras propriedades da região. Como exemplo, desse tipo de propriedade, temos a Fazenda Capoava em Itu ou a Fazenda Bela Vista, em Dourado.

Na maioria delas, entretanto, quem realiza o atendimento diferenciado dos hóspedes, agregando às atrações oferecidas um toque de saborosas histórias sobre o passado da fazenda, são os proprietários ou seus familiares (raramente encontramos um funcionário, que já vive há muitos anos na

propriedade, prestando alguma ajuda), pois fica muito difícil delegar essa tarefa a jovens estagiários de nível universitário, porque além da formação histórica, há de estar presente também um toque especial sobre as especificidades locais.

Portanto, cabe também aos pesquisadores envolvidos na presente pesquisa em fazendas históricas paulistas desenvolver metodologias de recebimento dos hóspedes e turistas, capazes de reunir algumas informações sobre o contexto histórico regional, mas também aspectos socioculturais da propriedade, numa mistura competente que torne a capacitação dos estagiários bastante completa e capaz de transformá-los em membros ativos da vida na propriedade, conhecendo não só os aspectos materiais, mas também as especificidades históricas e culturais da fazenda, captadas via história oral e estrategicamente anexadas aos roteiros turístico-culturais adaptados para crianças, adolescentes e idosos.

Para que esse objetivo seja alcançado é de importância fundamental a pesquisa dos aspectos imateriais do patrimônio cultural local, capazes de fornecer justamente o *plus* necessário para transformar os jovens monitores em guias especialmente treinados, hábeis ao revelar aos visitantes, não só a riqueza arquitetônica e paisagística dos espaços visitados, mas a alma dessas configurações espaciais que está contida no patrimônio imaterial, construído pela comunidade local durante mais de um século de vida rural.

#### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARANTES, Antonio Augusto. “O patrimônio imaterial e a sustentabilidade de sua salvaguarda”. In *Resgate - Revista de Cultura do Centro de Memória-Unicamp*) “Memória e patrimônio: territórios e cenários de lembranças”. no.13, 2004, pp 11 a 18

BURKE, Peter. *O que é História Cultural?* Trad. Sérgio Góes de Paula. 2ª. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2008

COUCEIRO, Sylvia; BARBOSA, Cibele. “Patrimônio imaterial: debates contemporâneos”. In: *Cadernos de Estudos Sociais - Recife*; Fundação Joaquim Nabuco, Instituto de Pesquisas Sociais, 1985, vol. 1, pp. 151 a 160

LANG, Alice B. S. Gordo (org.) *Desafios da Pesquisa em Ciências Sociais*. Textos CERU, Série 2, no. 8, 2001.



- LANG, Alice .B.S.Gordo et al. *História Oral e Pesquisa Sociológica. A Experiência do CERU*; São Paulo. Humanitas, 2001
- MAGALHÃES, Aloísio. *A Questão dos Bens Culturais no Brasil*. Jan. Nova Fronteira; Brasília; Fundação Nacional Pró-Memória, 1985
- MONTENEGRO, Antonio T. *História Oral e Memória. A Cultura Popular Revisitada*. 3ª. ed. S.Paulo - Contexto, 1994
- Leopoldianum*. (Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos.) Número Especial “Patrimônio cultural imaterial - Histórias, contos e lendas”. Ano 35 - jan.-abril 2009, no. 95.
- VISCARDI, Claudia M.R. & DELGADO, Lucila de A. Neves. *História Oral. Teoria, Educação e Sociedade*. Juiz de Fora, Ed. UFJF, 2006
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes. “Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento”. In: *Margens*. Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa - CUBT/UFGA Dossiê Memória e Oralidade, pp. 11 a 16
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes.(org) *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Área de Publicações. Centro de Memória-Unicamp, 1997
- VON SIMSON, Olga R. de Moraes. “Reflexões de uma socióloga sobre o uso do método biográfico”. In: MEIHY, José C. Sebe Bom (org.) *Re-introduzindo a História Oral no Brasil*. S. Paulo, Xamã, 1996, pp, 83 a 91

# Turismo, cultura e velhice bem-sucedida: contribuições para a elaboração de atividades turístico-culturais para idosos no contexto de fazendas históricas paulistas

Dissertação de mestrado em Gerontologia  
defendida em 2010 na Faculdade de Ciências  
Médicas (FCM-Unicamp).  
Orientadora: Profa. Dra. Olga R. M. von Simson

LÍVIA MORAIS GARCIA LIMA  
E-mail: liviaomoraes@hotmail.com

A presente pesquisa [1] propõe discutir perspectivas para a melhoria da qualidade de vida do cidadão idoso voltadas para o uso cultural do lazer, por meio de propostas de atividades de educação patrimonial não-formal e turismo cultural, no contexto das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas em andamento denominado: Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo (Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas - CMU/ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - Fapesp), fase 2, ao qual esta pesquisa está vinculada.

O projeto Fapesp/CMU reúne dezoito propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo, sendo essas definidas

pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa-Casa Branca e Vale do Paraíba. O projeto tem como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo.

Segundo o coordenador do projeto, Marcos Tognon, “o Patrimônio Cultural Rural pode ser definido como o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural”. (TOGNON, 2007, p: 2)

O pesquisador responsável pelo Programa de Pesquisas em Políticas Públicas (PPPP/Fapesp) ainda ressalta que tal Patrimônio Cultural Rural possui um perfil múltiplo, em escalas e tipologias, que contemplam não só as fazendas históricas e os complexos produtivos antigos, mas também usinas e barragens para a implementação das pioneiras redes de produção e distribuição de energia elétrica do campo e da cidade, pontes, diques, ferrovias, enfim, registros edificados no território agrário que se somam aos acervos artísticos, bibliotecas, arquivos, equipamentos e máquinas, festas e arte popular, hábitos, costumes, crenças e modos de fazer.

Por se tratar de um quadro complexo de questões que exigem uma abordagem ampla e multidisciplinar o projeto propõe um grupo de pesquisa estruturado em três núcleos temáticos: Inventário e Catalogação, Preservação e Sustentabilidade e Educação Patrimonial e Turismo,

A atual pesquisa está vinculada ao núcleo temático Educação Patrimonial e Turismo e selecionou duas fazendas, das quatorze integrantes que foram definidas a partir do universo abrangido pelo projeto em políticas públicas mencionado. As fazendas selecionadas para o projeto de mestrado foram a Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira (SP) e a Fazenda Pinhal, localizada no município de São Carlos (SP).

Assim, o objetivo geral da presente

pesquisa é investigar e analisar as formas pelas quais as duas propriedades rurais históricas paulistas selecionadas se preocupam em proporcionar atividades voltadas para idosos, trabalhando o turismo cultural no espaço rural com uma preocupação voltada à educação patrimonial não-formal e sob um enfoque qualitativo.

Nas últimas décadas, estudos e projeções estatísticas mundiais vêm demonstrando “o crescente envelhecimento populacional em países desenvolvidos e de maneira substancial em países subdesenvolvidos”. (HOOVER e SIEGEL, 1986: 35-36) Para muitos pesquisadores o grande desafio para os países de Terceiro Mundo, que são carentes em vários aspectos, é fornecer melhoria de qualidade de vida aos que já envelheceram e aos que estão no processo de envelhecimento.

Conforme estimativas para o ano de 2050, países escolhidos para efeito de comparação internacional, conhecidos como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) possuem ao todo cerca de 273 milhões de pessoas de 60 anos ou mais de idade, o que corresponde a 40,6% da população idosa mundial. (IBGE, 2008) No Brasil, entre 1950 e 2025, a população, como um todo, crescerá em torno de cinco vezes, enquanto que o crescimento da população idosa será da ordem de quinze vezes. Assim, “o Brasil será em 2025 a sexta maior população de idosos no mundo”. (KALACHE e GRAY, 1985: 51-55)

Alguns autores destacam a idéia da constituição da velhice como problema social, “não podendo ser entendida apenas como resultado mecânico do crescimento do número de pessoas idosas, como tende a sugerir a noção de “envelhecimento demográfico” usada para justificar o interesse social pela questão”. (DEBERT, 1994: 57-60)

Assim, destacamos a idéia de que para se usufruir da velhice é preciso dispor de políticas adequadas que possam garantir o mínimo de condições de qualidade de vida, para os que atingem a idade avançada e sem dúvida, “o lazer representa um marco importante nessa disponibilidade”. (SOUZA, 2002: 49)

O entendimento do que seja o lazer e o turismo na terceira idade necessita da “compreensão da velhice como continuidade de um processo natural da vida e da heterogeneidade bio-psico-social do indivíduo que a vivencia”. (CAMPOS, 2003: 47-50) Ampliando esse conceito, podemos dizer que a velhice de um indivíduo é construída pela estrutura biológica, por seu capital cultural e social e por suas crenças e valores, como resultado de tudo aquilo que vivenciou. Faz parte da noção de heterogeneidade da velhice a proposta de vê-la como um fenômeno não só biológico, mas também como uma etapa da vida construída socialmente e permitir ao velho ser consciente de sua importância como sujeito social. “Pensar a velhice de

maneira não total é estabelecer uma determinação do biológico sobre todos os outros aspectos que explicam o envelhecimento”, (MERCADANTE, 1998: 60-64) ou seja, não devemos restringir a velhice apenas a análise de suas características biológicas.

Assim, apesar de considerar o crescente número de idosos integrando a sociedade brasileira com os outros segmentos etários, estamos procurando investigar as novas interpretações e formas do uso cultural do lazer e a vivência do lazer turístico através da educação patrimonial não-formal, associadas ao envelhecimento. “Uma das importantes necessidades afetivas dos idosos é a alegria, que se associa à exploração do ambiente, por exemplo, por meio do lazer”. (TEIXEIRA; NERI, 2008: 90) Nesse sentido, afirma DUMAZEDIER (1994: 34):

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Do ponto de vista dos estudiosos do assunto, alguns revelam que ainda não há consenso sobre o que seja lazer, “o que gera dificuldades para abordagens do tema, programação de atividades, difusão do concei-

to e compreensão dos juízos de valor associados ao termo”. (MARCELLINO, 1983: 45) O autor destaca, entretanto, a existência de pelo menos duas grandes linhas conceituais relacionadas a esta temática: a que se fundamenta na variável atitude, considerando o lazer como um estilo de vida; portanto independente de um tempo determinado e a que introduz o critério tempo como uma variável; o lazer só se realiza num espaço de tempo específico, que não se confunde com o tempo dedicado ao trabalho ou à prática de outras responsabilidades (familiares, sociais, políticas, religiosas etc.). O lazer é, então, situado como “tempo liberado” do trabalho ou como “tempo livre”, não só do trabalho, mas dessas outras obrigações, enfatizando-se a qualidade das ocupações desenvolvidas.

O estudo realizado por estudiosos do assunto, afirma que “em viagens curtas ou passeios de apenas um dia de duração, idosos têm diferentes tipos de expectativas. Desejam fazer novas amizades, descansar ou participar de atividades físicas”. (SOUZA et al, 2008: 77-79) Assim, baseados nos resultados obtidos, as autoras oferecem às empresas que organizam viagens para idosos, algumas sugestões como viagens com passeios a locais de interesse histórico-cultural, e que os guias forneçam explicações sobre a história do local visitado. Isso vem ao encontro com o objetivo da presente pesquisa, trabalhando o turismo cultural

no espaço rural visando atividades sócio-culturais que sejam educativas e prazerosas e considerando o meio rural como uma experiência diferenciada de lazer para os idosos e as fazendas históricas como o atrativo turístico, conforme assinala JUNIOR (2001: 23):

O turismo é um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência.

O turismo pode ser abordado como objeto de estudo sob três perspectivas: “como fenômeno (conceituação), como produto (suas características) ou como oferta (bem a ser comercializado)”. (BACAL, 2003: 110) Como fenômeno, é nítido nos meios acadêmicos a dificuldade em conceituar o turismo. Define-se turismo como objeto formal de alguma ciência específica, isto é, definições nas áreas econômica, psicológica, sociológica etc.

Na presente pesquisa adotamos o ponto de vista social, que oferece ao indivíduo “oportunidades de relacionamentos espontâneos e gratificantes com pessoas que podem lhe dar um enriquecimento por meio de informações não conhecidas e vivências diferentes, focando em atividades que sejam educativas e prazerosas”. (BACAL, 2003: 113-115) Têm-

se o destaque aos elementos motivacionais e a relação com várias dimensões, nas quais o turismo pode gerar repercussão social, econômica e cultural, reforçando a sua suscetibilidade de ser campo de estudo e de interesse de várias ciências sociais.

Pode-se perceber a amplitude que a atividade turística possui e que ela remete a uma série de tipologias de turismo. E a tipologia de turismo que dialoga com o patrimônio cultural se refere justamente ao turismo cultural, que estaria relacionado a todo turismo cujo principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana. (BARRETT0, 2001: 57)

A atual pesquisa se preocupa em definir o turismo cultural no espaço rural estabelecendo uma relação com os espaços históricos das fazendas paulistas selecionadas, produzindo um conhecimento mais amplo do turismo como fenômeno social.

Assim faz-se necessário conceituarmos o turismo no espaço rural. Segundo Silva,

Ele consiste em atividades de lazer realizadas no meio rural e que abrangem várias modalidades definidas com base em seus elementos de oferta: turismo rural, turismo ecológico ou ecoturismo, turismo de aventura, turismo esportivo, turismo de negócios, turismo jovem, turismo social, turismo de saúde e turismo cultural. (SILVA, 1998: 32-36)

Dessa maneira, “o turismo cultural é baseado no patrimônio histórico, arquitetônico, cultural e artístico enquanto produto da atividade humana, onde instalações abrem as portas para a exploração do passado”. (FAUSTINO, 2006: 23-26) sendo compatível e “comprometido com o fortalecimento da identidade, a preservação da memória e do patrimônio cultural em lugares de destinação turística”. (FREIRE E PEREIRA, 2002: 16-18) O turismo cultural se viabiliza, portanto, em grande parte, através da interpretação planejada e realizada junto com a comunidade.

A intenção, com as reflexões trazidas pela presente pesquisa, foi refletir sobre o crescimento do mercado turístico e a criação de uma nova linguagem em oposição às antigas formas de tratamento dos velhos: a terceira idade ou a melhor idade substituiu a velhice; a aposentadoria ativa se opõe à aposentadoria inativa; o asilo passa a ser chamado de centro residencial. Os significados do envelhecimento são invertidos e assumem novas designações: nova juventude, idade do lazer, idade de ouro. [2] Da mesma forma, invertem-se os signos da aposentadoria, que deixa de ser um momento de descanso e recolhimento, para tornar-se um período de constante atividade, em que o velho torna-se somente um consumidor em potencial.

O uso da designação “terceira idade” ou “melhor idade” ao invés de velhice vêm provocar um novo sentido que seria o sen-

tido da não-velhice, negando o sentido histórico da velhice como declínio, incapacidade, fragilidade e como fase de resignação às perdas da beleza e da capacidade físico-cognitiva. “Essa nova sensibilidade considera a juventude como um valor dissociado à categoria etária, que deve ser preservado na vida das pessoas envelhecidas”. (OLIVEIRA, 2009: 10-18)

Assim, o turismo se caracteriza por possuir imensa capacidade de adaptação e de segmentação de seu mercado, moldando-se ante as dinâmicas de estruturação de novos produtos e também em novos mercados consumidores. É desta forma que o turismo para a “melhor idade” aparece como fruto da segmentação turística, crescentemente ocupando espaço e ganhando visibilidade no contexto em que se desenvolve o turismo e sob o novo conceito de envelhecimento adotado pela sociedade moderna. Também sobre a concepção de velhice ativa atrelada à idéia de terceira idade, “essa expressão e os movimentos que se organizam em torno dela indicam mudanças radicais na forma como o envelhecimento é visto, deixando de ser compreendido como decadência física, perda de papéis sociais e retraimento”. (DEBERT, 1999: 58) A autora cita como exemplo o grande número de programas para a “terceira idade” no Brasil, como os grupos de convivência, as escolas abertas e as universidades.

Na análise que empreende das formas

de tratamento como terceira idade, melhor idade, idade de ouro, idade legal, dentre outras, considera que são subterfúgios semânticos, palavras apazíveis, mas têm o propósito de encobrir a velhice, (NERI, 2007: 41) portanto, permanecerão nessa pesquisa em suspensão. “A escolha pelo vocábulo “terceira idade” ou “melhor” idade, em detrimento da palavra velhice, encobre um debate mais importante, que é a função social da velhice na nossa sociedade”. (PARK, 2005: 70-78) Para a autora, o uso de eufemismos como esses tende a privilegiar a discussão em torno da longevidade, cujo foco passa a ser o combate à velhice, uma grande preocupação da contemporaneidade, em meio a investimentos ideológicos voltados a essa faixa etária, em que o velho é alvo como um mercado consumidor crescente.

Assim, assumimos o termo velho ou idoso pelo fato destas categorias delimitarem com maior clareza as representações pelas as quais a velhice vem passando.

### HISTÓRIA ORAL COMO BASE PARA ESTRUTURAR O TURISMO CULTURAL

A história oral e o turismo cultural têm alguns aspectos em comum que os autores abaixo citados elencam:

A democratização do conhecimento sobre o passado e o reconhecimento das diferentes vozes que o traduzem no presente; o interesse em se aproximar do “senso comum” e em ampliar

o acesso aos bens culturais e aos testemunhos da história; o interesse pela memória e a construção da identidade coletiva. (MURTA e ALBANO, 2002: 123)

Para a interpretação do patrimônio e seu correlato planejamento interpretativo, conforme conceituado por Murta e Albano, são fundamentais os relatos orais e o seu registro por meio de diferentes suportes escritos e audiovisuais. Para as autoras as expressões locais – falas do tempo, memória que repousa no imaginário coletivo, de onde também brota a criatividade humana, representam um recurso importante que amplia e aprofunda a participação da comunidade, contribuindo de forma especial para desenvolver um sentido de lugar, transmitir seus valores, sua ecologia e sua história para as novas gerações.

A presente pesquisa utiliza uma metodologia de caráter qualitativo com ênfase no método biográfico ou da história oral em associação com registros em diário de campo e a produção de registros fotográficos das visitas observadas.

“A pesquisa qualitativa não utiliza uma amostra estatisticamente significativa e sim aponta direções e encaminha possíveis explicações para os fenômenos sociais em estudo”. (LANG, 2001: 93) Na avaliação da autora, a metodologia da história oral foi empregada com tanto sucesso pelos cientis-

tas sociais que foi encarada como a técnica por excelência, sendo complementar às metodologias quantitativas. Assim, o relato oral constituía sempre a maior fonte humana de conservação e difusão do saber e sua transmissão diz respeito tanto ao passado mais longínquo, quanto ao passado muito recente, a experiência do dia a dia.

O método da história oral, “busca conhecer o passado recorrendo à memória do narrador. Nesse método a rememoração de fatos é empregada no processo de reconstrução da realidade sociocultural”. (SIMSON, 2008: 34-40) Para a autora, o instante do recordar implica o lembrar e o imaginar, pois apenas traços destas experiências podem ser construídos; elas nunca serão representadas, trazidas para o presente de novo, tais como ocorreram no passado. Essa rememoração pode ter um caráter mais pessoal e afetivo mas “pode ser também um instrumento político ou um critério de definição da verdade, sendo a memória uma ligação entre passado e presente”. (BRITO, 1989: 21-24)

Assim, realizou-se primeiramente um levantamento do patrimônio imaterial que se apresenta nas dezoito fazendas históricas paulistas selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas PPPP/Fapesp, através de entrevistas abertas para a rememoração dos saberes tradicionais rurais com os proprietários e funcionários mais antigos em fazendas que realizam atividades educacionais e turísticas no espaço da propriedade. Para a entrevista,



elaboramos previamente um roteiro de questões, tendo por base os itens lendas e causos, festas e comemorações, culinária típica da fazenda, atividades musicais, artesanato e remédios caseiros à base de plantas.

Através desse levantamento pudemos conhecer melhor o universo das fazendas históricas, e dessas, dizer quantas se dedicam ao turismo cultural e a educação patrimonial. Também foi realizado o levantamento das atividades turísticas em espaço rural já realizadas no contexto das fazendas visitadas, através de entrevistas com os proprietários e o levantamento das atividades de educação patrimonial, ouvindo gerentes e monitores. Posteriormente realizamos a transcrição de entrevistas com seis idosos que participaram de atividades turísticas – culturais: quatro deles à Fazenda Quilombo, e dois à Fazenda Pinhal. Também realizamos entrevista com a agente de viagens responsável por um dos grupos que visitaram a Fazenda Quilombo, para ao final desse processo efetuar o fichamento temático das entrevistas.

“O momento da entrevista é como um evento interativo, uma performance que envolve as atividades de ambos: o entrevistador e o entrevistado, permitindo compreender a entrevista como uma construção reflexiva”. (DAVIS, 2003: 11-15)

No caso do patrimônio imaterial das fazendas históricas paulistas, “o relato oral

se apresenta como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado, serve para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível”. (QUEIROZ, 1988: 15)  
O autor vai além:

A história oral pode captar a experiência efetiva dos narradores, mas também recolhe destes tradições e mitos, narrativas de ficção, crenças existentes no grupo, assim como relatos que contadores de histórias, poetas, cantadores inventam num momento dado. ( QUEIROZ, 1988: 19)

Em relação aos registros em diário de campo, “são nas notas de caderno de campo que estão registrados todos os aspectos da construção da relação entre entrevistador e os vários entrevistados, as percepções e os *insights* que aconteceram durante a longa série de contatos e visitas ao campo”. (SIMSON e GIGLIO, 2001: 66-71) No caso da presente pesquisa, o diário de campo foi um instrumento imprescindível para o registro de observações e as impressões das idas às fazendas históricas, tanto em relação ao contato com os depoentes selecionados, como da comunicação com os proprietários e funcionários mais antigos da propriedade.

A escolha de duas fazendas para a realização da presente pesquisa se justifica pelos proprietários possuírem formação

universitária e incorporarem uma preocupação com a educação patrimonial em atividades voltadas para idosos que ocorrem na fazenda.

A Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira (SP) foi a primeira propriedade selecionada pela pesquisa. A propriedade ao longo de sua história recebeu um grande número de trabalhadores imigrantes de origem italiana, alemã e espanhola. Sua sede construída em 1892 permanece em excelente estado de conservação, assim como galpões e outras dependências para guarda de grãos. Atualmente, é uma das únicas fazendas históricas paulistas a manter a atividade da cafeicultura, em pequena escala para consumo próprio e venda de café em pó ou em grão para os visitantes, além da criação de cavalos quarto de milha e puro sangue inglês usados em competições de pólo e hospedagem no período em que não estão em intensa atividade esportiva.

A segunda propriedade selecionada pela presente pesquisa foi a Fazenda Pinhal localizada no município de São Carlos (SP). A propriedade compreende diferentes espaços (construídos ou naturais) como a casa grande, os terreiros, a tulha, o pomar, a antiga senzala, pastos, plantações, dois ribeirões e uma mata ciliar nativa. A propriedade rural foi uma grande produtora de café em meados do século XIX no município de São Carlos. Em decorrência

desse passado e da conservação de seu patrimônio material, em 1981, a propriedade foi tombada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo), e em 1987 foi declarada Patrimônio Histórico e Artístico Nacional pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico-Nacional).

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora fiquem nítidas, através da fala dos informantes, as diferenças socioeconômicas e culturais entre os diversos grupos observados, a visita à fazenda parece representar para todos eles um momento de prazer, adquirindo significado de extrema importância para o idoso, porque pode representar a fuga da rotina e do isolamento ou até a concretização de um sonho, que pela ruptura do cotidiano amplia horizontes históricos e possibilidades de convivência social.

A contribuição dessa pesquisa passa também pela discussão da condição do velho frágil versus aquela do velho ativo, criado pela “ditadura” da juventude, imposta pela sociedade atual que quer transformar todo velho em um velho participante. É necessária a discussão, principalmente no meio turístico sobre o direito de ser velho, através de viagens e passeios que levem em conta as condições reais do indivíduo, uma

vez que a interpretação inadequada da velhice bem-sucedida pode se apresentar como uma espécie de negação da velhice, o que tentaria ocultar as fragilidades da idade e retiraria deles o direito de ser velho, com suas respectivas limitações.

Trabalhamos a relação velhice e turismo em uma perspectiva educacional não-formal e não apenas na perspectiva operacional como é feito nas áreas mais tradicionais do turismo, como a da gestão hoteleira ou a da administração das empresas turísticas. É necessário assim, que os profissionais de turismo que em suas atividades lidam diretamente com idosos, conheçam as particularidades desse público e respeitem sua autonomia e suas limitações para evitar atitudes que reforcem os preconceitos a respeito do velho frágil.

A pesquisa finalmente constatou em situação de visita às fazendas recebendo idosos e os grupos selecionados, o prazer de construir um conhecimento sobre o passado rural que também poderia ser um passado de outras gerações da família, sem restrições curriculares, sem cobranças avaliativas e envolvendo memórias orais partilhadas por várias gerações.

Podemos indicar como constatação principal dessa pesquisa em termos práticos, que as propostas de turismo cultural ou educação patrimonial para idosos devem ser elaboradas visando o atendimento de grupos reduzidos e formados segundo

o desejo e a seleção dos próprios idosos, para que sua efetividade e prazer alcancem os níveis desejados. A oferta de turismo de massa [3] para essa faixa etária e para os espaços patrimoniais das fazendas se mostra desaconselhável, tanto para o público a ser atendido, que não verá suas demandas adequadamente respondidas como para os espaços turísticos a serem explorados que poderão sofrer sérios desgastes, em seu frágil patrimônio cultural rural.

Observamos que o turismo cultural no espaço rural parte da constatação de que deve prover atividades turístico-culturais com infraestrutura e facilidades instaladas em propriedades, tanto aquelas de pequenos produtores rurais, como neste caso nas fazendas históricas paulistas selecionadas. Estas são motivadoras e propiciadoras de trabalho para as famílias residentes no campo e geradoras de oportunidades de emprego, enquanto oferecem aos visitantes idosos situações originais para desfrutarem do ambiente rural vivenciando atividades e costumes ausentes do ambiente urbano.

Enfim, é necessário pensar em uma educação do uso do tempo livre, já na fase escolar, e que terá continuidade ao longo da vida a partir de propostas de lazer que visem os interesses, as competências e as identidades do turista, seja ele idoso ou não, para que tais atividades ganhem signi-

ficado e não seja somente um passatempo vazio.

Desta forma, as experiências das visitas que acompanhamos durante o trabalho de campo, demonstraram que a conservação do patrimônio cultural rural pode ser entendida, sobretudo, como uma consequência do turismo cultural e da educação patrimonial não-formal. Sendo assim, a atividade turística contribuiu no sentido da valorização da cultura rural como um todo, através do patrimônio material (patrimônio arquitetônico) e do imaterial (saberes e fazeres). Além disso, é necessário considerar, de forma especial, os grupos menos favorecidos quanto à escolaridade e renda, nos quais imagens negativas em relação à velhice são mais comuns.

Como o turismo cultural no espaço rural se caracteriza por atividades em que os visitantes se identificam com as especificidades da vida rural, ou seja, aquelas que valorizam o ambiente rural a economia e a cultura local, esse turismo deve ser visto como algo que não pode ser implementado sem uma assessoria especializada, tanto no campo da cultura, como da gerontologia. Pode ser entendido como um processo que permite mobilizar todos os recursos do mundo rural, numa perspectiva de integração de todos os setores e atividades, desde o turismo na pequena propriedade ao da grande fazenda, ao artesanato, ao comércio local, aos eventos, à agroindústria, à pecuária e ao uso mo-

derado dos recursos florestais. É necessário, portanto, que o poder público (ao nível municipal, estadual e federal) se faça presente no papel de incentivador, mas ao mesmo tempo de planejador da atividade turística em meio rural.

Sugerimos que os proprietários com maior experiência na adaptação das fazendas, principalmente aquelas com atividades turísticas já implementadas, partilhem e discutam com seus pares as estratégias e táticas já desenvolvidas nesse processo. A busca de parcerias com empresas, assim como com órgãos públicos pode ser realizada em conjunto sob o “guarda-chuva” da Associação das Fazendas Históricas Paulistas.

As entrevistas realizadas com proprietários, moradores e funcionários das fazendas para a coleta de informações sobre patrimônio imaterial e sobre as atividades educativas a ele relacionadas, permitiram uma reflexão sobre a educação patrimonial e o turismo cultural no espaço rural voltadas para idosos, na atualidade. Percebemos que a programação e o atendimento às necessidades dos idosos devem ser elaboradas, no sentido de não transformá-los em turistas com necessidades especiais, mas levando em conta a fragilidade relativa de parte desse público.

Ao término dessa pesquisa, conclui-se que as atividades de turismo cultural no espaço rural e de educação patrimonial não-formal nas fazendas históricas paulistas selecionadas, podem ser desenvolvidas den-

tro de um mesmo propósito comum que envolve a própria noção de fazenda histórica. Porém, ao apresentar seus atrativos, cada propriedade faria, à sua maneira, de forma autônoma e original, uma apresentação das suas especificidades quanto a atrações e possibilidades de hospedagem e atendimento, tomando por base a história da propriedade no contexto da região. É necessária uma definição temática que se expressaria através dos roteiros turísticos propostos, capazes de mostrar o diferencial de cada uma delas.

“É de grande necessidade a busca pela compreensão do amplo campo de relação entre turismo e terceira idade e de estudos e investigações enfocando essa relação”. (CAMPOS, 2003: 133) Assim, o turismo voltado para os idosos, especificamente o turismo cultural em espaço rural, ainda é um campo em construção que pode permitir a elaboração de programas diversos para cada uma das fazendas pesquisadas.

Acreditamos desta forma, que esta pesquisa vem contribuir para a discussão das especificidades do campo Turismo & Velhice, suscitando assim novas discussões no âmbito da Gerontologia e do Turismo Cultural no espaço rural.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACAL, S. *Lazer e o Universo dos Possíveis*. São Paulo: Aleph, 2003.
- BARRETTO, M. *Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica*. Campinas, SP: Papirus, 2001.
- CAMPOS, T.J. “Lazer e terceira idade: contributos do turismo no âmbito do Programa Clube da Melhor Idade”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Gerontologia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: Unicamp, 2003.
- DAVIS, K. *Biography as Critical Methodology*. Newsletter Research Committee of ISA, n. 38, Utrecht University, 2003.
- DEBERT, G. G. *Pressupostos da Reflexão Antropológica Sobre a Velhice*. Textos didáticos n. 13. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/Unicamp, pp. 7-30, 1994.
- FAUSTINO, R. F. “O turismo em espaço rural como modo de valorização do Patrimônio Cultural: estudos de caso na média depressão periférica paulista: o caso das Fazendas Capoava e Ibicaba”. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2006.
- FREIRE, D; PEREIRA, L, L. “História oral, memória e turismo cultural”. In: MURTA MM, ALBANO C. (Org). *Interpretar o Patrimônio: um Exercício do Olhar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- HOOVER, S. L; SIEGEL, J. A. *International Demographic Trends and Perspectives on Aging*. San Diego: Cult. Gerontology, 1986.
- JÚNIOR, A. B. “Turismo e antropologia no

- Brasil: estudo preliminar”. In: Junior AB; BARRETTO M. (Orgs). *Turismo e Identidade Local: Uma Visão Antropológica*. Campinas -SP: Editora Papirus, 2001.
- KALACHE, A; GRAY, J.A.M. Health problems of older people in developing world. In: Pathy, M.S.J. (Org). *Principles and practice of geriatric medicine*. New York, 1985.
- LANG, A.B.S.G. *História Oral: Procedimentos e Possibilidades*. São Paulo: Ceru, 2001.
- MARCELLINO, N.C. *Lazer e Humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- MERCADANTE EF. “Velhice: uma questão complexa”. In: CÔRTE B, MERCADANTE EF, ARCURI IG. (Org). *Velhice e Envelhecimento/Complexidade*. São Paulo: Vetor, 2005.
- NERI A. “Feminização da velhice”. In: NERI A. (Org). *Idosos no Brasil: Vivências, Desafios e Expectativa na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2007.
- OLIVEIRA, G.S.D. “Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos”. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.
- PARK. M. “Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação”. In: PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs). *Educação Não-formal: Contextos, Percursos e Sujeitos*. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP: Editora setembro, p. 67 - 90, 2005.
- QUEIROZ, M. I. P. “Relatos orais: do ‘indizível’ ao ‘dizível’”. In: Simson, O. R. M. (Org). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália - Brasil)*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- SILVA, J. G. “Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil”. In: ALMEIDA, J.A.; FROEHLICH, J. M; RIEDL, M, (Org.). *Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.
- SIMSON, O.R.M. “História oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa”. Texto apresentado em Simpósio realizado na Universidade de Concórdia no Canadá, 2008.
- SIMSON, O.R.M; GIGLIO, Z.G. “A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida”. In: *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas, Sociológicas*. NERI AN. (Org). Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Vivacidade).
- SOUZA, H.M.R. *Turismo na “Terceira Idade. Expectativas e Realidades”*. Dissertação (Mestrado). ECA - Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2002.
- TEIXEIRA, I.N.O; NERI, A.L. “Envelhecimento bem-sucedido: uma meta no curso da vida”. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v. 19, n.1, p. 81-94, jan. 2008.
- TOGNON, M. “Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço para pesquisa, educação e turismo: (oitava chamada para o Programa de

Pesquisas em Políticas Públicas da Fapesp – PPPP/2007)”. Cidade Universitária Zeferino Vaz, Campinas, SP: Centro de Memória – Unicamp, 2007.

*NOTAS*

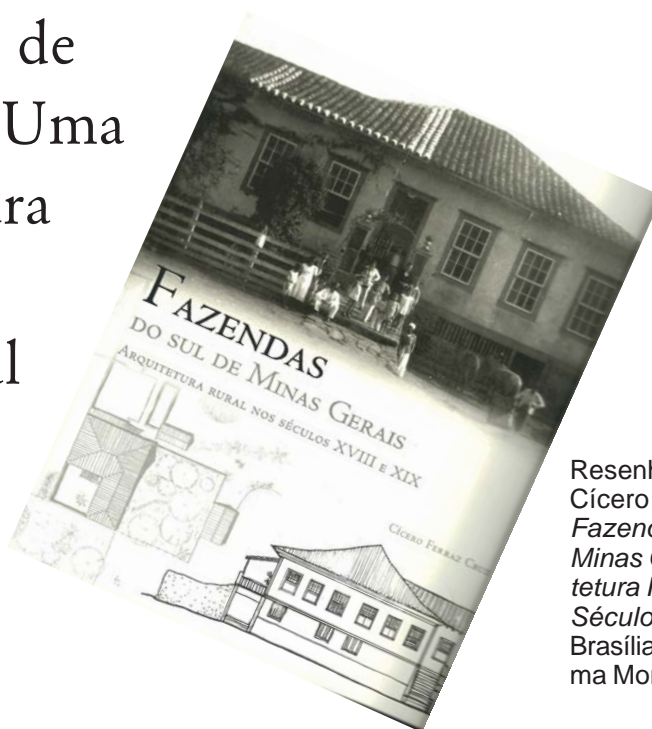
1 - Texto apresentado em forma de comunicação no 2ª Seminário de Patrimônio Agroindustrial - Lugares de Memória, 2010, USP / São Carlos – SP.

2 - Tais termos, utilizados em vários programas gestados pelo poder público ou por empresas turísticas, que fugindo dos termos velho ou idoso, tentam ideologicamente afastar a

realidade da velhice vendendo a idéia de que o lazer e o turismo rejuvenescem.

3 - O turismo de massa abrange tanto o turismo de grupo como o turismo social. A diferença entre ambos reside no fato de que o primeiro tipo pressupõe indivíduos com disponibilidade para realizar viagens de férias com recursos próprios, sem qualquer forma de subvenção. O segundo tipo se caracteriza pelo vínculo com empresas – públicas ou privadas – que organizam viagens turísticas, e as subvencionam total ou parcialmente. (BACAL, 2003: 133-135)

## Fazendas do sul de Minas Gerais - Uma contribuição para compreender a arquitetura rural paulista



Resenha do livro de Cícero Ferraz Cruz: *Fazendas do Sul de Minas Gerais: Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX* Brasília: Iphan/ Programa Monumenta, 2010

MARIA ÂNGELA P. C. S. BORTOLUCCI

E-mail: mariacsb@sc.usp.br

Arquiteta e professora do Instituto de Arquitetura e Urbanismo – USP (São Carlos)

Em agosto de 2010 foi lançado o livro de Cícero Ferraz Cruz, *Fazendas do Sul de Minas Gerais - Arquitetura Rural nos Séculos XVIII e XIX*, pelo IPHAN através do Programa Monumenta, consistindo em mais uma publicação da linha editorial *Coleção Arquitetura* que, conforme afirma Luiz Fernando de Almeida no texto de apresentação da obra, privilegia a divulgação de trabalhos “voltados especialmente para análise, observação e inventário dos mais importantes conjuntos culturais brasileiros”. E é exatamente o que Cícero produziu: um

cuidadoso e minucioso inventário de fazendas mineiras do século XVIII e começo do século XIX, indo além de uma visão isolada dos exemplares arrolados e estabelecendo análises a respeito do diversificado contexto de caminhos e de ocupação de território, de gentes e de arquiteturas, que deram vida a lugares tão ermos, mas ainda assim, tão impregnados pela cultura portuguesa. O autor visitou mais de cem fazendas, realizando desenhos de implantação dos conjuntos, plantas e elevações das sedes, e de uma infinidade de detalhes construtivos. Executou, também, intensivo le-



vantamento fotográfico desses conjuntos, privilegiando de maneira especial, o interior e o exterior de suas imponentes sedes.

O livro é decorrente da dissertação de mestrado [1] realizado na USP de São Carlos, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, que tivemos a grata satisfação de acompanhar na qualidade de orientadora de Cícero. Nesse período, ele atualizou referências, documentação e o exaustivo material levantado desde sua iniciação científica na Fapesp, sob a orientação de Antonio Luís Dias de Andrade, o Janjão. Cícero é arquiteto formado pela FAU/USP e um talentoso pesquisador, de grande capacidade investigativa e que acertadamente soube se valer da importante contribuição de pesquisadores que o precederam, entre esses, destacamos, sem dúvida, Antonio Luís Dias de Andrade e também Carlos A. C. Lemos, que inclusive é autor do brilhante prefácio. E no relacionamento entre seus contemporâneos está outro talento dessa geração e também pesquisador do patrimônio rural, paulista no caso, o arquiteto Vladimir

Benincasa.

São 354 páginas de ótima impressão em papel couché, num formato amplo de 23x29,5cm, repletas de valiosas informações e imagens do patrimônio rural mineiro, que Cícero organizou em seis capítulos: o primeiro, tratando de *sertão e território*; o segundo oferece *um panorama da arquitetura das fazendas*; o terceiro é dedicado ao *sítio, implantação e conjunto arquitetônico*; o quarto é da *técnica construtiva*; no quinto, ele trabalha o *programa de necessidades e esquemas de plantas*, e, no sexto, a *intenção plástica e preceitos estéticos*. Por fim, acrescenta dois anexos destinados aos inventários: Anexo 1: *inventário das fazendas*, apresentando os exemplares documentados por ele, e o Anexo 2, que inclui

uma lista relativamente extensa de *fazendas de outras regiões de Minas*. Dessa forma, esse livro de Cícero sobre Minas se insere no rol das leituras indispensáveis para compreensão da arquitetura rural brasileira, especialmente a da região paulista, acolhendo tanto o leitor leigo, quanto o especializado.

1 - Cícero Ferraz Cruz. "Arquitetura Rural no Sul de Minas nos séculos XVIII e XIX". Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo (São Carlos) - Universidade de São Paulo, 2008.

Documentário*Fazenda Santa Maria do Monjolinho*

LUIZ FLÁVIO DE CARVALHO COSTA

E-mail: flaviodecarvalho@me.com

Doutor em História pela USP, professor e pesquisador do Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ

**P**róxima do núcleo urbano do município de São Carlos (SP) encontra-se a fazenda Santa Maria do Monjolinho, de propriedade da família Malta Campos. Esta empresa rural, de 1.500 hectares, conservados desde a abertura da fazenda em 1850, tem hoje como principal atividade econômica o plantio da cana-de-açúcar para fornecer a matéria-

**1 - A fazenda é reconhecida como patrimônio histórico e tombada pelo Condephaat. Seu acervo foi catalogado e registrado em projeto do arquiteto Candido Malta Campos Filho e da bibliotecária Vera Zavaglia Malta Campos**

prima às usinas de açúcar e álcool da região; e mantém paralelamente outras atividades como o plantio de café, milho, soja, a criação de ovinos, cavalos e o turismo rural. Seu patrimônio material e imaterial, ricos e bem conservados, faz da Santa Maria uma fazenda de especial interesse de observação, e provoca em quase

todos que a visitam o reconhecimento dos esforços das várias gerações de proprietários, desde sua abertura, em criar, manter e conservar uma riqueza pouco comum em nosso meio rural.

[1] São esses os motivos mais fortes que

*Síнопse*

Baseado em entrevistas com Decio Luiz Malta Campos, um dos proprietários da fazenda Santa Maria do Monjolinho, São Carlos (SP), o documentário reconstitui parte da história da fazenda, aberta em 1850 para o plantio de café, e apresenta seu rico e bem preservado patrimônio cultural.

**Título:** *Fazenda Santa Maria do Monjolinho*

**Gênero:** *documentário*

**Realização/direção:** *Luiz Flávio de Carvalho Costa*

**Ano:** *2011*

**Duração:** *31'40"*

**Cor:** *Colorido*

**Bitola:** *Vídeo*

**País:** *Brasil*

**Local de Produção:** *São Carlos, SP e Rio de Janeiro, RJ*

**Vídeo disponível em:**

*[www.facebook.com/centrodememoria](http://www.facebook.com/centrodememoria)*

despertaram nosso interesse em registrar tal patrimônio em linguagem videográfica, aproveitando fotografias, imagens em movimento e a transmissão oral da memória de Décio Luiz Malta Campos, um de seus proprietários, resultando enfim no filme/documentário intitulado *Fazenda Santa Maria do Monjolinho*, que aqui apresentamos.

A integração dessa região à economia da Província de São Paulo ocorreu mais firmemente a partir da década de 1870 com a formação de algumas fazendas de café, estimulada pela chegada da ferrovia em Rio Claro (1876) e também diante das obras do prolongamento da estrada de ferro em direção a São Carlos e Araraquara. Aliás, as razões do surgimento deste núcleo urbano diferem daquelas que lhe deram origem a partir do seu primeiro desdobramento, o termo de Araraquara. A criação da freguesia de São Bento de Araraquara, em 1817, fundamenta-se na fixação do homem no sertão, no esforço de penetração e de conquista territorial, com base na economia de criação do gado bovino, de porcos e na produção do açúcar. Em contraste, São Carlos, como dezenas de cidades paulista do século 19, teve a sua formação decorrente da economia cafeeira, tipicamente é o que podemos chamar de uma das “cidades paulistas do café”. As terras da Santa Maria foram adquiridas em 1850 pela família Camargo Penteado, provavelmente como

forma de assegurar terras em um momento de valorização relativamente pequena desse recurso no planalto ocidental paulista, quando a produção agrícola, sobretudo a cana-de-açúcar, e a criação de bovinos e de suínos nessa região eram pequenas no isolamento daquela fronteira em relação aos mercados consumidores. Mas, logo as condições de produção e facilidades de escoamento criadas pela estrada de ferro mudaram o ritmo de ocupação e da atividade agrícola, de tal forma que em 1878 São Carlos tem registrado mais de 5,8 milhões de pés de café, incluindo as plantas jovens. [2]

Uma referência à situação da jovem vila de São Carlos, encontrada em um mapa cartográfico manuscrito de 1867, nos parece bem sugestiva da transição que ali se opera, de reorganização das paisagens (nos múltiplos sentidos dessa palavra), para tirar a região de sua condição marginal na economia e na sociedade da Província paulista:

“A pequenina vila de São Carlos na Província de São Paulo, que tem apenas onze anos de existência, torna-se notável pelo seu rápido engrandecimento em população e comércio, assim como pela alta lavoura e criação de gado, poderosos incentivos para a sua manutenção e progresso. Os recursos pois,

2 - Cf. Vidal, B. A. S., *Estudo histórico e geográfico da cidade e do município de Araraquara*, in: *Antonio França (org.), Álbum de Araraquara, 1915, p. XLIX, fac-simile por Antônio A. C. Silva.*

para uma força [militar] que por lá transitar, são de fácil aquisição, abundantes e por preços assaz razoáveis. Sob o ponto de vista arquitetônico, encontram-se ali edifícios construídos com arte e gosto, em alguns dos quais se ostentam magníficos estabelecimentos comerciais de fazendas, ferragens e diversos outros gêneros. Contrasta entretanto com os progressos da vila de São Carlos a decadência, se bem que insensível, continuada da vila de São Bento de Araraquara na mesma província, e outrora bem florescente, devido a causas que a estreiteza do tempo não nos permite apreciar e sobretudo a ruína quase plena em que se acha a vila de Santana do Parnaíba, onde além de outros inconvenientes, concorre poderosamente para a sua queda a epidemia de febres intermitentes que periodicamente a invade (...).[3]

Entre as inúmeras unidades produtivas desse novo tempo encontra-se a fazenda Santa Maria do Monjolinho. A diminuição dos custos de transporte e a alta dos preços internacionais do café na década de 1870, ainda que na crise da mão-de-obra para as lavouras, aumentaram as oportunidades de negócios. Ali, a produção de café gerou riquezas, e parte delas foi convertida em edificações de moradia e de produção, assim como provocou um outro modo de vida no trabalho e no ambiente doméstico. Temos aqui duas dimensões de igual interesse, quais sejam, os objetos reclamados e gerados por esse modo

de vida e, também, suas manifestações no que se refere a comportamentos e técnicas do fazer.

O documentário *Fazenda Santa Maria do Monjolinho* foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa “Patrimônio Cultural Rural Paulista”. Suas filmagens ocorreram na segunda metade de 2010 na própria fazenda, durante três visitas, tendo como principal referência um de seus proprietários, Decio Luiz Malta Campos. Nossos propósitos foram claros: registrar – por meio de imagens estáticas e em movimento e, sobretudo, por meio da oralidade centrada na pessoa de Decio Luiz – seus bens culturais e a memória preservada para a sua história.

Busca-se aqui tomar as entrevistas como fontes para a compreensão do passado, complementadas pelo olhar sobre os bens pertencentes a esse passado, criados nesse passado e que dele são seus indícios, suas fontes, igualmente. O resultado tem para nós um duplo significado. Primeiramente, somos apresentados

3 - Itinerário topográfico da marcha da Força Expedicionária a Província de Mato Grosso desde São Paulo até o Coxim compreendendo a estrada que da cabeceira de Boa Vista se dirige à cidade de Campinas por Sant'Anna do Paranaíba, São Francisco de Salles, São Bento de Araraquara, e a parte da estrada-geral que do rio Paranaíba se dirige a Cuiabá pela capital de Goiás segundo as observações de d'Alencourt, construído e oferecido ao Governo de S. M. O Imperador pelo Capitão do Estado Maior de 1ª. Classe B.<sup>el</sup> Capitolino Peregrino Severiano da Cunha, membro da Comissão de Engenheiros junto à Força Expedicionária. 1867.

à memória (disponível e encontrada no momento em que recolhemos as informações) da própria fazenda Santa Maria do Monjolinho. Em segundo lugar, percebemos que a memória da fazenda é em largo sentido a memória de uma época, de uma região, e que pode mesmo servir para generalizações ainda maiores, uma vez que ali acontece, no microcosmo de uma unidade produtiva, o que é observado nas grandes manifestações pelo olhar mais abrangente. Em outras palavras, reproduzem-se localmente fenômenos e eventos que ocorrem em plano superior – ali estão a nossa política, nossa cultura, nossa economia, algumas de nossas maneiras de viver em sociedade, marcadas pelo tempo, coladas ao exterior, como um espelho que pode reproduzir em tamanho reduzido um mundo bem mais vasto e, por isso mesmo, muitas vezes mais fácil de se olhar.

O relato oferecido pelo entrevistado nos dá essa ideia de que tudo que acontece na fazenda tem correspondência na sociedade maior. Os temas mais caros de nosso passado, os acontecimentos de grande significado, as dificuldades, as soluções, os ganhos, as perdas, a intolerância e a conciliação, tudo se condensa em um microcosmo que reproduz seu universo envolvente.

Acompanhar o relato contido no documentário – marcado acima de tudo pela fala do entrevistado, porém maior do que a narração pessoal –, coloca-nos diante de vários momentos decisivos da história brasileira contemporânea. Por ali, na intimidade de 1.500 ha,

passam os nossos grandes temas nacionais. A fazenda Santa Maria foi aberta em momento de crise da mão de obra escrava no Brasil. Italianos, japoneses e nordestinos fizeram parte do cenário do trabalho, em regime de colonato, parceria ou assalariamento. Parte da mão-de-obra imigrante foi absorvida pela cidade de São Carlos, expressando a divisão social do trabalho e também como parte da lógica da acumulação cafeeira, urbana em grande medida. Igualmente, a busca de ascensão social é um forte motivo para o abandono do campo. A estrutura social da fazenda também aparece dividida nas diferentes especialidades, refletindo um mundo rural mais complexo à medida que o tempo passa e as atividades em todos os sentidos se tornam mais diversificadas. Particularizando o mundo do trabalho, a divisão social aumenta com o surgimento de outras ocupações, criando especializações em uma nova organização interna. Além do próprio trato do café, com suas divisões de tarefas da lida na terra segundo as estações do ano e do beneficiamento, a propriedade abriga na sua evolução formas mais variadas de trabalho – a criação de animais, os cuidados com os muare, o arreamento das carroças, a diversificação da agricultura comercial, a utilização de maquinários, o cultivo de hortas etc.

Questões como transporte, queda do preço do produto, excessivo aumento da produção, a crise internacional de 1929 estão claramente presentes na história dessa unidade produtiva, que vive tais fenômenos à sua própria maneira. No entanto, não é apenas no plano econômico

e produtivo que a fazenda Santa Maria do Monjolinho apresenta manifestações particulares. Vamos encontrar também expressões locais da cultura e da moral próprias de uma sociedade em momento de afirmação social e de controle político: o prestígio social que a elite agrária paulista buscava e cultivava manifesta-se em vários momentos do documentário, da busca do título de barão aos conflitos familiares diante de casamentos entre pessoas de famílias socialmente desiguais.

Na década de 1940 e 1950, a fazenda viveu as transformações que nossos estudos sociais e econômicos chamaram muitas vezes de “modernização” ou “industrialização” da agricultura, com a introdução de novos cultivos, sobretudo o da cana-de-açúcar em terras paulistas, a mecanização, o uso mais intensivo da mão-de-obra assalariada, a maior integração dos sistemas produtivos em cadeia, inovações em tecnologia mecânica, química e biológica etc. A fazenda Santa Maria guarda na sua história a passagem desses dois momentos distintos do desenvolvimento brasileiro, não sem os conflitos que a nova fase trouxe com suas ameaças generalizadas de empobrecimento da paisagem. Foi nesse contexto que o nosso mundo rural passou por um período de grande perda do seu patrimônio cultural, quando a chamada modernização da agricultura levantou-se contra os bens culturais que supostamente se colocavam como obstáculos no caminho de

sua realização, desfazendo casas, terreiros de café, senzalas, colônias de moradia, maquinários, pomares, reservas florestais, nascentes, cursos d’água, a pequena agricultura diversificada dentro da monocultura, receitas de bolos, festas juninas, moda de viola, álbuns de fotografias. Nossa paisagem tornou-se mais pobre.

Nem todas paisagens, felizmente, passaram pela sucessão redutora frequentemente imposta pela nossa contemporaneidade. A crônica da fazenda Santa Maria não fala da perda, da destruição; não nos informa sobre o desaparecimento das realizações do passado. Contrariamente, expõe os bens culturais conservados pelos quais nossa identidade regional tanto se beneficia. E isso é feito por meio de uma narrativa oral estruturada e controlada na maior parte das vezes. Entretanto, em alguns momentos a narrativa *escapa do controle*, sobretudo nos últimos momentos da entrevista quando o encontro assume o tom de conversa e o entrevistado desapega-se do ritual narrativo para entregar-se à espontaneidade de suas memórias e de suas convicções. A fazenda Santa Maria do Monjolinho integra um conjunto relativamente pequeno de propriedades rurais paulistas que manteve admiravelmente, com cuidado, parte significativa das riquezas material e imaterial criadas por gerações, patrimônio este que dá sentido ao nosso passado e que nos mostra um pedaço de nossas melhores realizações.

Mostra fotográfica

## Paisagem rural

PROJETO PATRIMÔNIO CULTURAL RURAL PAULISTA

E-mail: fazendas@unicamp.br

**A**s fazendas que compõem essa nossa mostra virtual de fotografias participam do nosso projeto de pesquisa em políticas públicas financiado pela Fapesp desde 2008. É um panorama muito interessante, pois conseguimos distinguir claramente esses conjuntos pelos seus períodos de implantação, da bandeirante Chácara do Rosário de meados do século XVIII até a sede *art nouveau* de Mandaguahy do início do século XX. Destacamos esses núcleos não só pelas suas plenas adesões a cada uma das demandas dos costumes e das técnicas do tempo, mas também pela densidade de suas características singulares mantidas e reconhecidas nos dias contemporâneos. Oferecemos assim vistas gerais e detalhes que configuram, exemplarmente, o patrimônio cultural rural paulista.

*Marcos Tognon*  
coordenador do Projeto

## *Fazenda Aurora* Santa Cruz das Palmeiras

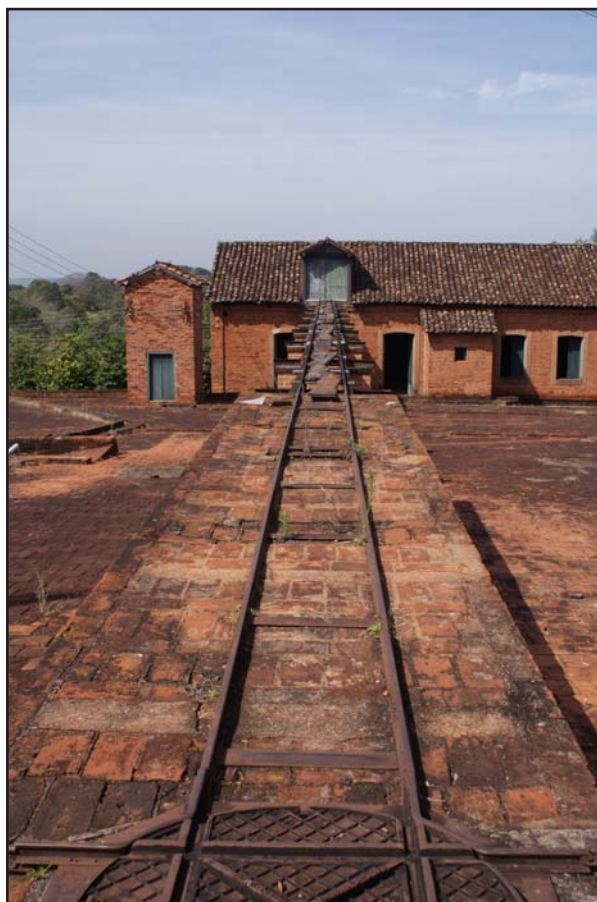
Fundada em 1869 por João Carlos Leite Pentead, a fazenda desenvolve a cultura do café e a criação de gado da raça caracu, práticas que a tornam conhecida no Brasil e no exterior. A fazenda hoje se dedica à plantação de cana, laranja, soja, sorgo, milho e ao turismo residencial.



**Portão de entrada da casa sede**



**A grande árvore ao lado da biblioteca da fazenda**



**Trilhos por onde corriam os vagonetes *Decouville* para transporte de café**



## *Fazenda Bela Aliança*

Descalvado

Fundada no final do século XIX por Francisco Antônio de Souza Queiroz Filho, a fazenda mantém ainda hoje a estrutura produtiva do período áureo do café.

Sua casa sede foi construída no séc. XIX em taipa de mão e de pilão.

Hoje a fazenda se dedica ao turismo rural.



Fachada principal da casa sede



Alameda de entrada para a área da casa sede, em pedras, ladeada por palmeiras



Fachada posterior da casa sede

# *Fazenda Bela Vista*

Dourado

Fundada em 1860, a fazenda inicialmente se dedicava à cultura do café. Atualmente se destaca pela criação de cavalos e de gado de leite e de corte. Também desenvolve turismo rural, ecoturismo e cavalgadas.



Fachada da casa sede e do alpendre fronteiro



Espaço do curral adaptado como espaço de recepção e refeição



Caminho de acesso a fazenda, tendo de um lado a fileira de palmeiras e do outro o terreiro de café

# Fazenda Capoava

Itu

Fundada no final do século XVIII, a fazenda teve como primeira cultura a cana de açúcar. Sua casa sede foi construída em taipa de pilão em meados de 1750, quando teve uma capela anexa ao alpendre. Atualmente desenvolve turismo rural, ecológico e cultural



Fachada da casa sede



Lago rodeado de palmeiras



Roda d'água

## *Fazenda Chácara Rosário*

Itu

A casa sede da Chácara do Rosário foi construída em 1756. Edificação de arquitetura bandeirista, encontra-se em ótimo estado de conservação. Dedicar-se a atividades do turismo rural e cavalgadas.



**Vista interna do alpendre frontal**



**Fachada da casa sede,  
destacando o muro em pedra**



**Vista interna da antiga olaria,  
com destaque para os fornos**

## *Fazenda Mandaguahy*

Jaú

A Fazenda Mandaguahy é um desmembramento da gleba de 6.000 alqueires comprados pelos irmãos Almeida Prado na cidade de Jaú, em 1858. Sua casa sede e demais edificações começaram a ser construídas a partir de 1867. Hoje a fazenda se dedica ao turismo rural e ecológico.



**Fachada da casa sede, com alpendre frontal que possui lambrequis em seu beiral**



**Porta de entrada da Capela da Fazenda**



**Portão de acesso da casa sede para o pomar, tendo seus pilares guarnecidos por anjos**

# *Fazenda Nova*

Mococa

A casa sede da Fazenda Nova foi construída a pau-a-pique partir de 1830 em estilo mineiro; a varanda e os arcos são de um período posterior. Originalmente se dedicava à criação de gado de corte, porcos e mulas. Hoje dedica-se ao turismo rural e a cavalgadas



Fachada da casa sede, com destaque para a varanda frontal



Jardim situado na parte interna da casa sede



Portão principal de acesso à casa sede

## *Fazenda Nossa Senhora da Conceição*

Lorena

Em 16 de fevereiro de 1813, suas terras foram adquiridas pelo Capitão Mor Manuel Pereira de Castro. De lá para cá passou por vários proprietários, sem perder sua vocação: plantio de café. Sua casa sede foi construída por volta de 1860. Atualmente a fazenda se dedica à pecuária e ao turismo histórico.



**Fachada posterior da casa sede, em destaque a varanda assobradada**



**Fonte ornamental do jardim da casa sede**



**Muro que contorna os jardins da casa sede**

# *Fazenda Pinhal*

São Carlos

A fazenda foi fundada em 6 de dezembro de 1831, e, quase ao mesmo tempo, passou a ser construída sua casa sede em taipa de pilão e de mão. Por longo tempo se dedicou a plantar café e ainda possui, em sua tulha, uma máquina de beneficiar café em pleno funcionamento.



**Portão principal de acesso a casa sede, com destaque para o muro de pedra e os pilares**



**Fachada da casa sede, com destaque para o balcão do pavimento superior**



**Escada de água para praticar a terapia das águas, implantada pela condessa de Pinhal no jardim dos fundos da casa sede**



## *Fazenda Quilombo*

Limeira

A fazenda foi fundada na década de 1870 pelo Dr. Ezequiel de Paula Ramos, a partir de uma área desmembrada da Fazenda Morro Azul. Tinha como principal atividade a plantação de café. Sua casa sede foi construída em 1892. Atualmente, a fazenda, além da plantação de café, se dedica à criação de gado de corte, criação de cavalos e ao turismo rural.



**Fachada da casa sede**



**Fachada da Tulha**



**Vista do portão de acesso à casa sede,  
em destaque os terreiros de café**

# *Fazenda Restauração*

Queluz

A casa sede da fazenda, um grande sobrado com quarenta e quatro janelas, foi construída no pé da montanha em 1867. Dedicava-se à plantação de café, e ainda hoje pode-se ver o terreiro de café e o escoamento de água para sua lavagem.



**Vista da paisagem a partir das escadas da porta principal de entrada da casa sede**



**Fachada da casa sede, destacando-se o muro de arrimo em pedra do terreiro de café**



**Escoamento de água para o tanque de lavagem de café**

## *Fazenda Santa Eudóxia*

São Carlos

A Fazenda Santa Eudóxia, tombada pelo Condephaat, pertenceu ao coronel Francisco Cunha Bueno e a seu genro e sobrinho, Alfredo Ellis.

Em 1874 iniciou-se a plantação de café. Sua casa sede com fundações em pedra e paredes em taipa, foi construída na segunda metade do século XIX.



**Fachada da casa sede, em destaque o alpendre fronteiroço**



**Capela da fazenda**



**Fachada lateral da tulha**

# *Fazenda Santa Maria do Monjolinho*

São Carlos

A Fazenda Santa Maria do Monjolinho foi adquirida em 1850 por José Inácio de Camargo Penteado. A casa sede assobradada passou a ser construída apenas em 1887, ano em que foi contratado o italiano, Pietro David Cassinelli para sua construção. Em 1904 foi adquirida por Candido Souza Campos com todos os objetos e mobiliário. Atualmente a fazenda pratica turismo rural.



Fachada lateral da tulha e a roda d'água



Fachada da casa sede,  
em destaque o muro de pedra



Portão de acesso da casa sede  
para o aqueduto

## *Fazenda Santa Úrsula*

Jaguariúna

O Barão de Ataliba Nogueira (João de Ataliba Nogueira) foi proprietário da Fazenda Santa Úrsula. A casa sede, grande casarão assobradado, foi construída no fim do século XVII e passou recentemente por um processo de restauro.



**Fachada da casa sede**



**Muro da de contorno da casa sede; em destaque o calçamento em pedra**



**Detalhes das jabuticabeiras do pomar**

# *Fazenda Santo Antônio da Água Limpa*

Mococa

Desde 1822 a Fazenda Santo Antonio da Água Limpa pertence a Família Pereira Lima. Pioneira no cultivo de café orgânico/natural no Brasil, é considerada um símbolo de sustentabilidade. Sua casa sede é datada de 1860. Atualmente seus proprietários praticam turismo de residência.



Fachada lateral da casa sede, com destaque para o alpendre assobradado



Vista geral dos canais para escoamento do grão do café



Jardim de entrada da casa sede, em destaque o caminho de pedra

## *Fazenda São Francisco*

São José do Barreiro

A Fazenda São Francisco é construída num vale às margens do Riacho Carrapato. Foi inaugurada 1813 e apresenta no pórtico principal um brasão com as iniciais AFS (Antonio Ferreira de Souza), menção ao seu primeiro proprietário. Hoje seus proprietários praticam o turismo de residência.



**Muro de arrimo e escada de acesso ao jardim frontal da casa sede.**



**Fachada lateral da casa sede**



**Exemplares de roda d'água.**